

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÍLVIA REGINA SILVEIRA

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO PROFISSIONAL**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SILVIA REGINA SILVEIRA

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO PROFISSIONAL**

PORTO ALEGRE

2017

SILVIA REGINA SILVEIRA

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO PROFISSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

S587 Silveira, Sílvia Regina

A Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Inserção Profissional na Política Pública de Educação no Brasil : Desafios e Perspectivas no Âmbito do Projeto Profissional / Sílvia Regina Silveira .
– 2017.

222 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel.

1. Política de Educação. 2. Serviço Social. 3. Projeto Profissional. I. Maciel, Ana Lúcia Suárez. II. Título.

SILVIA REGINA SILVEIRA

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO PROFISSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel (orientadora) – PUCRS

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi – PUCRS

Profa. Dra. Rosa Castilhos – UFRGS

Prof. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins – UNESP

Porto Alegre

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo ao meu pai herói José Duarte Silveira *In memoriam*. Tenho certeza que onde estiveres estará orgulhoso de mais essa etapa em meu processo de formação permanente. Perder-te durante a construção deste estudo me fez seguir à frente por ti e por tudo o que a tua história de vida significa pra mim. Homem íntegro, honesto, solidário, amigo e que dedicou a sua vida toda ao trabalho e a sua grande família. Obrigada por me dar oportunidades para voar longe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pela vida, força e saúde durante a realização deste estudo que foi marcado por momentos muito difíceis. Sempre grata pelas oportunidades recebidas!!!

Ao amor da minha vida, André Coruja, por andar de mãos dadas comigo, tornando este momento mais leve, proporcionando o aconchego necessário para a realização dos objetivos cotidianos.

As minhas filhas Ana Clara e Estela pelo amor incondicional, pelo brilho no olhar me fazendo acreditar que outro mundo é possível e lutar por ele. Obrigada pela compreensão da minha ausência na nossa convivência familiar em muitos momentos durante a realização deste estudo.

À minha grande família pelo amor, pelo afeto, base para se conseguir alçar voos. Em especial a minha mãe, Olga, por me dar diferentes oportunidades de chegar até a construção deste estudo. Um agradecimento especial a minha irmã Simone, minha sobrinha Renata e minha sogra Noeli por abrirem mão de seu tempo e compromissos para cuidarem e amarem a minha bebê Estela na minha ausência.

À professora Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel pelo exemplo profissional, pela competência, pela dedicação, por me instigar, pela compreensão e afeto durante minha caminhada de formação profissional no Serviço Social, culminando na orientação deste estudo, você me inspira. Grata por tudo!!!

À equipe de professores do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUCRS, pelo conhecimento e experiência construída e compartilhada. Vocês são grandes mestres, fazendo história. Obrigada pela acolhida!

As funcionárias do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUCRS sempre preocupadas e solícitas com os pequenos grandes detalhes deste processo.

Aos colegas e amigos conhecidos nesta trajetória, a troca de experiências foi de grande importância no processo de amadurecimento para a construção deste estudo e para o trabalho profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que viabilizou a realização deste estudo. Grata pela oportunidade.

À Banca examinadora, professoras Dra. Rosa Castilhos, Dra. Patrícia Krieger e Dra. Eliana Martins por aceitarem de pronto o desafio de qualificar e avaliar este estudo, contribuindo para o aperfeiçoamento do mesmo. Muito obrigada!!

Ao professor Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida por compartilhar conhecimentos e experiência sobre nossa profissão, inserida na Política de Educação. Muito obrigado por participar da qualificação deste estudo, pela sua disponibilidade, humildade e afeto. Grata sempre pelo carinho e pela oportunidade de aprender contigo.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa e inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem consta o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar [...]. Nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (FREIRE, 1996, p. 76/77).

RESUMO

O presente estudo, orientado pelo método dialético-crítico, refere-se a produção do conhecimento do Serviço Social sobre a inserção profissional na Política Pública de Educação no Brasil: desafios e perspectivas no âmbito do Projeto Profissional, tendo como problema a seguinte questão: Como a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a inserção dos profissionais na Política de Educação vem se conformando, no Brasil, no período de 2008 a 2016? O objetivo geral foi analisar de que forma a inserção profissional na Política de Educação no Brasil é abordada na produção de conhecimento do Serviço Social, com vistas a subsidiar a categoria profissional para uma apreensão crítica e sintonizada com o Projeto Profissional. Esta pesquisa se fundamenta na teoria social crítica, a partir das construções teóricas de István Mészáros, que nos instiga a apreender a Política de Educação em seu movimento contraditório, pois se de um lado, desenvolve práticas educativas que subalternizam a classe trabalhadora, de outro, tem o potencial de desenvolver projetos educativos que resistam à interiorização da alienação inerente a sociedade de classes. A referida pesquisa se debruçou em uma das fontes de produção de conhecimento do Serviço Social que são os Anais dos dois maiores encontros da categoria profissional CBAS (Congresso Brasileiro de assistentes Sociais) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ocorridos entre os anos de 2008 e 2016. Foram mapeados 265 trabalhos nos referidos encontros e que de alguma forma abordavam a inserção profissional na Política de Educação. Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa qualitativa, através da pesquisa bibliográfica. No tratamento dos dados foi realizada a análise de conteúdo baseada em Bardin (2006). Como principais resultados identificou-se que os (as) assistentes sociais inserem-se na Política de Educação sendo requisitados (as) pelo Estado para atuar nos programas e ações governamentais que visam a ampliação do acesso e da permanência dos sujeitos na referida política, sendo tal inserção marcada pelo tensionamento entre as requisições institucionais postas e o compromisso profissional com um projeto educativo que atenda aos interesses da classe trabalhadora. Por intermédio da análise de conteúdo realizada chegamos a seguinte Tese: *A produção de conhecimento do Serviço Social, tendo como campo de análise os Anais do CBAS e do ENPESS (2008-2016) aborda a inserção profissional na Política de Educação através de duas perspectivas apreendidas: de reprodução à ordem dominante e/ou de resistência ao poder subalternizante da sociabilidade do capital, demonstrando o tensionamento entre o Projeto Profissional e o conservadorismo ainda presente no trabalho profissional na Política de Educação.* Concluiu-se que para além das atividades realizadas para a viabilização do acesso e permanência dos sujeitos na referida política, os (as) assistentes sociais são desafiados (das) a potencializar as ações referentes aos processos sociais emancipatórios, contribuindo para a efetivação da educação, enquanto direito social comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Palavras - chave: Política de Educação. Serviço Social. Projeto Profissional.

ABSTRACT

The present study, guided by the dialectical-critical method, refers to the production of Social Service knowledge about the professional insertion in Education Policy in Brazil: challenges and perspectives within the scope of the Professional Project. Knowledge production of the Social Service on the insertion of professionals in Education Policy has been conforming in Brazil, from 2008 to 2016? The general objective was to analyze how the professional insertion in the Education Policy in Brazil is approached in the production of knowledge of Social Work, aiming to subsidize the professional category for a critical apprehension and in tune with the Professional Project. This research is based on critical social theory, based on the theoretical constructions of István Mészáros, which instigates us to apprehend the Education Policy in its contradictory movement, because if on the one hand, it develops educational practices that subalternize the working class, on the other, Has the potential to develop educational projects that resist the internalization of alienation inherent in class society. This research was based on one of the sources of knowledge production of the Social Service, which are the Proceedings of the two major meetings of the CBAS (Brazilian Congress of Social Workers) and ENPESS (National Meeting of Researchers in Social Work) Years of 2008 and 2016. 265 papers were mapped in these meetings and that somehow addressed the professional insertion in Education Policy. For data collection, qualitative research was used, through bibliographic research. In the data treatment, the content analysis was performed based on Bardin (2006). As main results, it was identified that the social workers are included in the Education Policy being requested by the State to act in the governmental programs and actions that aim at the extension of the access and the permanence of the subjects in said policy, being Such insertion marked by the tension between institutional requisitions and professional commitment to an educational project that meets the interests of the working class. Through the content analysis carried out, we arrive at the following thesis: The production of knowledge of Social Service, having as an analysis field the Annals of CBAS and ENPESS (2008-2016) addresses the professional insertion in Education Policy through two perspectives apprehended : From reproduction to the dominant order and / or resistance to the subalternizing power of the sociability of capital, demonstrating the intention between the Professional Project and the conservatism still present in professional work in Education Policy. It was concluded that in addition to the activities carried out to enable access to and permanence of the subjects in the aforementioned policy, social workers are challenged to enhance actions related to emancipatory social processes, contributing to the effectiveness of education, As a social right committed to the interests of the working class.

Key - Words: Education Policy. Social service. Professional Project.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 01 - Número de Trabalhos Publicados CBAS e ENPESS	14
Gráfico 01 – Número de alunos da Educação Básica	69
Gráfico 02 – Número de Institutos Federais	75
Quadro 02 – Número de matrícula por etapa e modalidade.....	79
Quadro 03 – Trabalhos Publicados CBAS E ENPESS.....	91
Gráfico 03 – Número de trabalhos por Região e Estado com maior número de trabalhos publicados, por região	93
Quadro 4 - Extratos dos trabalhos sobre as demandas: Acesso e Permanência/ Infrequência e Evasão.....	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: O CAMINHO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO OLHAR	10
2. EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SER GENÉRICO DO HOMEM.....	34
2.1. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	34
2.2. EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO GÊNERO HUMANO EM SI	39
2.3. EDUCAÇÃO E A MEDIAÇÃO DO GÊNERO HUMANO EM SI PARA O GÊNERO HUMANO PARA SI.....	49
3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A SUA CONFORMAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL	57
3.1. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	57
3.2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL	82
4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CAMPO DE ANÁLISE	97
4.1. A INSERÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	99
4.1.1. A ênfase no debate sobre a inserção e exercício profissional na política junto à Assistência Estudantil e sua interface com a Educação Profissional e Superior.....	107
4.1.2. A ênfase no debate sobre a inserção e exercício profissional na política junto à Assistência Estudantil e sua interface com Educação Básica.....	126
4.2. A INSERÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS.....	138
5. CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE A - Roteiro – Análise Bibliográfica	172
APÊNDICE B - Quadro de estados e o número de produções da categoria nos encontros (CBAS e ENPESS).....	173
APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS TRABALHOS ANALISADOS POR ENCONTRO/ CBAS	177
APÊNDICE D - RELAÇÃO DOS TRABALHOS ANALISADOS POR ENCONTRO/ ENPESS.....	206

1. INTRODUÇÃO – O PROCESSO DE CONTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: O CAMINHO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO OLHAR

A escolha do objeto de pesquisa em questão é fruto da caminhada profissional iniciada ainda no Ensino Médio (no ano de 1998), a partir de uma experiência de estágio curricular como professora de uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As inquietações na época eram provenientes de uma realidade social diversificada que a formação de magistério não havia abordado. Essas inquietações resultaram na busca por uma formação que preparasse para compreender a realidade social vivenciada pelos alunos e suas famílias que o olhar de *jovem professora* não conseguia apreender, mas foi suficientemente instigador, provocando a passagem de uma formação na área da educação, para a formação em Serviço Social. Hoje se entende que muitas crianças daquela turma vivenciavam diferentes expressões da Questão Social e apenas o olhar sensível e preocupado da professora e a frequência diária na escola não era suficiente para a superação dos processos sociais, fruto da desigualdade social, que vivenciavam.

A formação acadêmica em Serviço Social culminou na realização de estágio curricular em uma Escola de Educação Especial. Sendo, a partir de então (ingresso no campo como estagiária no ano de 2002 e ingresso em 2003 como profissional inserida no órgão gestor da política na esfera municipal), a experiência profissional desenvolvida na Política de Educação, na etapa da Educação Básica, permeada por muitas inquietações em torno do trabalho do Assistente Social nesta política pública.

A construção deste estudo de Doutorado surge da necessidade de adensamento da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela PUC/RS – Faculdade de Serviço Social/Escola de Humanidades –, e concluída em janeiro de 2013. Tal dissertação abordou o trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação na região metropolitana de Porto Alegre no ano de 2012. Como principais resultados identificou-se que as assistentes sociais estavam inseridas nas Secretarias Municipais de Educação, sendo que uma delas atuava em um Departamento de Atendimento Educacional Especializado, vinculado a referida secretaria. O trabalho do Assistente Social era realizado com base nos eixos de acesso e permanência dos alunos na escola,

sendo desenvolvidas quatro ações que se constituem nas instâncias de gestão e execução da política: avaliação socioeconômica, articulação das redes de atendimento das demais políticas sociais, planejamento e execução de encontros de formação continuada à comunidade escolar e assessoria técnica às escolas.

No entanto, tais dados suscitaram a necessidade de analisar de que forma a inserção profissional na Política de Educação no Brasil é abordada na produção de conhecimento do Serviço Social. Assim, a opção pelo estudo do objeto em questão faz parte da trajetória profissional da Assistente Social, das contradições da realidade social que precisam ser estudadas, visto a necessidade de construir conhecimentos para mediar à apreensão crítica deste espaço sociocupacional, reafirmando o compromisso ético e político da categoria profissional com os interesses da classe trabalhadora. Na perspectiva de Lefebvre (2011, p.30) “a pesquisa deve ‘apropriar-se, detalhadamente’ da matéria, isto é, do objeto estudado; deve analisá-lo e descobrir as relações internas de seus elementos entre si”.

Para a construção do presente estudo é premente indagar sobre o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes. Na sociedade capitalista, o projeto de educação burguesa se legitima na realidade social através de instituições educativas. Sendo que a abordagem do referido trabalho será a educação escolar, entendendo a mesma como a forma que o Estado institucionaliza a educação, via política pública, para atender os interesses da classe dominante. Sendo assim, o lugar que a educação ocupa na sociedade capitalista é de manutenção do *status quo*, através da reprodução e legitimação da ideologia dominante, por intermédio da materialização de projetos educativos que contribuem para a subalternidade da classe trabalhadora. No entanto, contraditoriamente, a educação, enquanto política pública também é com a mesma intensidade, apesar dos processos subalternizantes, campo de disputa e de luta social da classe trabalhadora na busca pelo atendimento de seus interesses.

Com a reconfiguração da Política de Educação na década de 1990, percebemos que a mesma, através das orientações dos organismos internacionais, torna-se estratégia de enfrentamento à pobreza¹, através da diminuição dos índices

¹ Para enfrentar mais uma das crises cíclicas do capitalismo, o Consenso de Washington (1989), irá estabelecer, para os países da América Latina, um conjunto de estratégias referenciadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, visto a necessidade de negociação de suas dívidas

de desigualdade social resultando em um conjunto de ações para o aumento do acesso e permanência dos sujeitos sociais na referida política. Esse processo de expansão da oferta trará para o interior da Política de Educação segmentos da classe trabalhadora que até então não tinham acesso a este direito social. Contudo, o conjunto das ações para a ampliação do acesso e da permanência revelam a negação do direito à educação no Brasil ao longo de seu desenvolvimento sócio histórico, demonstrando o atendimento prioritário à escolarização obrigatória (dos 4 aos 17 anos) e uma defasagem no atendimento ao público fora desta faixa etária, levando-nos a compreender a não universalização do acesso a esse direito. As expressões da Questão Social promulgadas no âmbito da educação, tais como: a evasão, infrequência e fracasso escolar, tornam-se requisições institucionais ao Serviço Social que passa a inserir-se de forma emergente nessa política pública, atuando em programas e projetos que visam ao acesso e à permanência nas instituições educativas. Por outro lado, observa-se uma ampla mobilização e discussão da categoria profissional, via órgãos representativos, a partir dos anos 2000 sobre esse espaço de atuação profissional².

Todavia, destaca-se a pesquisa como um importante e necessário instrumento de intervenção profissional, contribuindo para o aprofundamento das discussões em torno de um objeto de estudo e servindo para a qualificação da ação profissional, seja, enquanto pesquisador, no âmbito da construção do conhecimento científico, subsidiando a transformação do real, quanto no âmbito da atuação profissional nos diferentes espaços sociocupacionais que se inserem os profissionais.

externas, levando tais países a vivenciarem ajustes estruturais, no caso do Brasil, a partir da década de 90. No entanto, constata-se um conjunto de estratégias que visam à diminuição da intervenção do Estado, passando de um Estado interventor para um Estado regulador. Fator que resultará na área da proteção social, na focalização das políticas sociais, com pouco investimento e com ênfase em ações privatizadoras dos serviços prestados até então pelo Estado. Todavia, as agências internacionais, assim como orientam tais ajustes, também propõem o combate à pobreza extrema através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, dentre elas a universalização da Educação Básica (SACHS, 2005).

² Tendo como indicador o aumento nas publicações dos trabalhos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (De 27 trabalhos publicados no Encontro em 2010 para 74 no de 2016) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, passando de 05 em 2008 para 21 em 2016), através do mapeamento realizado dos trabalhos produzidos pela categoria e publicados nos referidos anais no período de 2008 até 2016.

Apesar de não ser um espaço de trabalho novo, as produções teóricas na área e a inserção profissional não tem alcançado grande visibilidade e se manifestam de forma pulverizada, o que tem dificultado um debate de maior fôlego na categoria e a conformação de uma identidade e de um reconhecimento social da profissão na área (CFESS, 2011, p.58).

Essa realidade resulta na falsa ideia de que há uma escassez de produção de conhecimentos do Serviço Social na área da Educação. Situação que desafia tanto os órgãos oficiais da categoria, quanto os pesquisadores da área a construir estratégias para dar visibilidade às pesquisas, bem como aos trabalhos publicados sobre a temática, possibilitando que este conhecimento chegue à dimensão prática da profissão, superando a separação entre o campo científico e campo prático, subsidiando de fato a intervenção profissional. A referida pesquisa se debruçou em uma das fontes de produção de conhecimento do Serviço Social que são os Anais dos **dois maiores encontros da categoria profissional** CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ocorridos entre os anos de 2008 e 2016. Vejamos os dados trazidos no quadro 01:

Anais/Ano	Nº Total de Publicações	Nº de Trabalhos Mapeados	%
ENPESS			
2008	852	05	0,58%
2010	1293	19	1,46%
2012	1343	39	2,90%
2014	1097	27	2,46%
2016	917	21	2,29%
Total	5.502	112	2,03%
CBAS			
2010	1132	27	2,38%
2013	1120	52	4,64%
2016	1427	74	5,18%
Total	3.679	153	4,15%

Total Geral	9.181	265	2,88%
-------------	-------	-----	-------

Quadro 01- Número de Trabalhos Publicados CBAS e ENPESS

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos Anais dos encontros (ENPESS: 2008; 2010; 2012; 2014 e 2016. CBAS: 2010; 2013 e 2016).

O quadro 01 demonstra o número total de publicações por encontro e o número de trabalhos mapeados nos referidos encontros e que de alguma forma abordavam a inserção profissional na Política de Educação, seja através de relatos de experiências profissionais, tendo a educação enquanto espaço sociocupacional, quanto da divulgação de pesquisas referente a esta área de atuação e sua implicação com o Serviço Social. Como trazido anteriormente, a Política de Educação é um espaço de atuação emergente para a profissão, tendo com isso uma produção de conhecimento na área também em expansão, representando neste período de análise (2008 a 2016) 2,88% do total da produção da categoria. Percentual de fato baixo se comparado, provavelmente, com outras áreas de atuação já consolidadas, como a Política de Assistência Social e Saúde, por exemplo. Porém esse percentual não pode nos levar a afirmar que há uma escassez na produção de conhecimento na área, mesmo porque, como já falado anteriormente optamos por uma das fontes da produção do conhecimento do Serviço Social (CBAS e ENPESS a partir de 2008). Logo, um dos nossos desafios, enquanto pesquisadores da área é criar formas de dar visibilidade a produção do conhecimento do Serviço Social na área da educação, tendo como objetivo qualificar o debate, subsidiando a categoria profissional inserida neste espaço e contribuindo, como aponta o CFESS (2011) para o *reconhecimento social da profissão na área*.

O trabalho e, conseqüentemente, as pesquisas realizadas na área da educação tem um grande potencial, visto que tal política pública atua com a formação dos sujeitos, desenvolvendo no seu interior, processos sociais de ensino e aprendizagem, que na sociabilidade capitalista subalternizam os mesmos, atendendo aos interesses da sociedade de classes. Todavia, cabe aos conhecimentos construídos nessa área identificar a totalidade e as contradições dos fenômenos estudados, para subsidiar a intervenção profissional no referido espaço sociocupacional. O Serviço Social, em consonância com o Projeto Profissional³, vem

³Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos

sendo desafiado a analisar e a refletir na Política de Educação inúmeras possibilidades de resistência à ordem vigente, através da construção de práticas educativas construídas a partir dos interesses da classe trabalhadora, bem como a construção de conhecimentos científicos que desvende o real, possibilitando ao profissional uma inserção crítica e propositiva nos diferentes espaços de atuação.

A produção de um conhecimento crítico pelo Serviço Social, através de pesquisas desveladoras da realidade sociohistórica e da profissão, em suas várias dimensões e determinações fundantes é parte das conquistas inscritas na trajetória do projeto ético-político profissional. (...) Nesse sentido, esse enfrentamento parece ser um dos *desafios políticos* que se colocam atualmente ao Serviço Social; desafio que não pode perder de vista as lutas sociais mais gerais na direção da *superação de suas determinações fundantes*: tarefa política coletiva colocada a todos os sujeitos que tem em seu horizonte a *emancipação humana* (BARROCO, 2000, p. 140).

O Projeto Profissional do Serviço Social expressa o amadurecimento da categoria profissional e o seu compromisso com a classe trabalhadora, atrelado à transformação da sociedade, tendo em vista a sua vinculação com um projeto societário⁴ antagônico ao projeto da sociabilidade capitalista. De acordo com Netto (1999):

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p.15)

(teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 04)

⁴ Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. (NETTO, 1999, p. 02)

A presente pesquisa se fundamenta na teoria social crítica, a partir das construções teóricas de István Mészáros por entender que esse autor marxista contribui para a presente construção, visto que o mesmo desenvolve e problematiza a noção e o lugar que a educação ocupa na reprodução das relações sociais de produção capitalisticamente alienadas (MÉSZÁROS, 2016), ou seja, é um processo que contribui para interiorização de tais relações, servindo para a formação e reprodução da força de trabalho e para o controle político. No entanto, Mészáros instiga a compreensão da contradição presente na educação, pois com a mesma força de manutenção do *status quo* ela é um dos caminhos para uma estratégia educacional socialista, tendo como direção social a emancipação humana. Logo, a Política de Educação que desenvolve práticas educativas que subalternizam a classe trabalhadora, tem o potencial de desenvolver projetos educativos que resistam à interiorização da alienação inerente a sociedade de classes, comprometidos com uma formação da consciência crítica da classe trabalhadora, alicerçada em princípios de uma educação que se quer emancipatória.

Destacamos que, como as demais políticas sociais, a Política de Educação é permeada de contradições que precisam ser compreendidas em seu movimento histórico para uma intervenção crítica e que seja capaz de incidir na realidade social concreta, atuando com as diferentes expressões da Questão Social que se manifestam na realidade dos sujeitos sociais. A pesquisa social, no Serviço Social, na área da educação, é de fundamental importância e necessidade, visto que a Política de Educação vem se constituindo como um importante e estratégico espaço de atuação profissional, lançando ao Serviço Social possibilidades e desafios na superação de práticas que legitimam uma educação subalternizante – atendendo aos interesses da classe dominante –, rumo à construção de processos sociais de ruptura e resistência que potencialize a garantia da liberdade, como valor ético central, a busca pela igualdade, tendo como direção social outro projeto societário.

Assim, essa pesquisa problematizou: Como a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a inserção dos profissionais na Política de Educação vem se conformando, no Brasil, no período de 2008 a 2016? Tendo como objetivo geral: Analisar de que forma a inserção profissional na Política de Educação no Brasil é abordada na produção de conhecimento do Serviço Social, com vistas a subsidiar a

categoria profissional para uma apreensão crítica e sintonizada com o Projeto Profissional.

As questões que orientaram este estudo foram: a) Qual é a trajetória histórica do Serviço Social na Política Pública de Educação? b) Qual a concepção de educação trazida na produção de conhecimento? c) Como a Política de Educação é expressa na produção de conhecimento? d) Quais os processos de trabalho abordados na produção de conhecimento? e) De que forma Projeto Profissional é afirmado na produção de conhecimento? Assim sendo, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar a trajetória histórica do Serviço Social na Política de Educação; b) Desvendar a concepção de educação expressa na produção de conhecimento; c) Evidenciar os processos de trabalho desenvolvidos pelo Serviço Social na Política de Educação e abordados na produção de conhecimento; d) Identificar de que forma o Projeto Profissional é afirmado na produção de conhecimento.

Nessa direção, é de suma importância que se fortaleça as discussões acerca do Serviço Social na educação, constituindo essa política como mais um espaço para o trabalho profissional, tendo em vista as demandas emergentes da sociedade do capital global, marcada na atualidade pela intensificação da desigualdade social, visto à crise do capitalismo na esfera mundial, que desencadeia um conjunto de contra reformas nas políticas sociais, precarizando a viabilização dos direitos sociais. É importante destacar que tramita no Senado o Projeto de Lei 3688/2000 que prevê a inserção de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas públicas de Educação Básica, sendo o mesmo já aprovado por todas as comissões da Câmara dos Deputados, devendo ser encaminhado para votação em plenário. O Projeto de Lei está sendo discutido pela categoria que defende o Serviço Social na educação, bem como a institucionalização do campo educacional como área de atuação e mercado de trabalho, pois se, por um lado, a aprovação dessa lei irá aumentar significativamente os espaços ocupacionais e a visibilidade do trabalho do Assistente Social nessa política, por outro, o Estado – empregador - necessita de um profissional devidamente capacitado para atuar diretamente nos conflitos presentes na realidade social, controlando-os para a legitimação da sociedade de classes, bem

como na operacionalização do processo de ampliação do acesso e permanência nos diferentes níveis e modalidades da educação nacional. Para ALMEIDA (2000, p.2):

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Para tanto, salienta-se a pesquisa em Serviço Social, como um importante instrumento de resistência aos mecanismos de reprodução social presente no cotidiano profissional. A pesquisa em Serviço Social, visto os pressupostos éticos e políticos da profissão, possui o comprometimento com a transformação social, na busca de outro projeto societário, engajado com os interesses da classe trabalhadora. O desenvolvimento de pesquisas constitui uma das competências e atribuições dos assistentes sociais, sendo que sua realização pelo Serviço Social ainda constitui-se em um desafio apresentado à categoria, tendo em vista que a mesma historicamente constituiu-se como profissão eminentemente interventiva na realidade.

A história profissional nos mostra que o Serviço Social não se constitui como uma profissão que, predominantemente, evoque saber, dotada de ampla e fértil produção intelectual, tal como requerida nos ambientes de academia e das sociedades científicas internacionais. Os assistentes sociais no Brasil são “jovens intelectuais” quando comparados a outros ramos profissionais de maior tradição e acervo no campo da produção acadêmica (IAMAMOTO, 1999, p. 106).

Entretanto, expõe-se a importância da construção de conhecimentos em Serviço Social a partir da inserção profissional na Política de Educação, tendo em vista que este espaço é estratégico para a construção de projetos educativos pensados *pela* e *para* a classe trabalhadora, que através da expansão da oferta do acesso às instituições educativas a partir da década de 1990, inserem-se trazendo a realidade vivenciada por essa classe para o âmbito da Política de Educação, bem como suas bandeiras de luta, impactando na operacionalização da mesma. Para tanto, destaca-se que: é através da pesquisa que a profissão constrói subsídios para a intervenção na realidade social concreta, com o intuito da transformação social,

sendo tal conhecimento construído sob a luz da teoria social crítica, com vistas a romper com práticas opressoras que visam à subalternidade da classe trabalhadora.

O desenvolvimento de pesquisas pelo Serviço Social é de fundamental importância, pois, o planejamento de estratégias de ação profissional carece do conhecimento da realidade, tanto das condições e modo de vida e de trabalho da população usuária, como das políticas públicas e serviços implementados para atendimento das necessidades da população. A execução da atividade investigativa supõe como imprescindível o processo de planejamento minucioso das etapas que constituirão a pesquisa, com o devido delineamento metodológico.

A realização da pesquisa pressupõe planejamento sistemático e sua execução carece de rigor metodológico. Para a execução da pesquisa, é necessário o planejamento da metodologia com a definição dos procedimentos que serão adotados no processo de descoberta do real. A pesquisa realizada pelo Serviço Social caracteriza-as como uma pesquisa social, a qual possui uma carga histórica, refletindo a posição da categoria frente à realidade. O planejamento e execução da pesquisa social refletem posições, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados (MINAYO, 1998).

[...] podemos dizer que a Pesquisa Social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. Além disso, ela é mais abrangente do que o âmbito específico de uma disciplina. Pois a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência (MINAYO, 1998, p. 27).

No processo de definição do objeto de estudo, por mais objetivo que possa ser, ao delinear a metodologia a ser adotada, no decorrer de todo o planejamento e execução da pesquisa está implicado o processo de formação do investigador, sua ideologia, seus interesses, suas curiosidades, as inquietações que lhe desacomodam, entre outros aspectos. Essas dimensões também estão presentes no processo de análise e exposição dos dados encontrados. Por esse motivo, é possível afirmar que nenhuma pesquisa é neutra.

Ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente

construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes. [...] Na investigação social, [...] a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho. É uma condição da pesquisa, que uma vez conhecida e assumida pode ter como fruto a tentativa de objetivação do conhecimento. Isto é, usando-se todo o instrumental teórico e metodológico que ajuda uma aproximação mais cabal da realidade, mantém-se a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como do próprio pesquisador (MINAYO, 1998, p. 21).

As pesquisas realizadas pelo Serviço Social visam à aproximação e ao desvendamento do real com o objetivo de transformá-lo. Considerando o projeto ético-político da categoria, o objeto das pesquisas elaboradas e executadas tem buscado desvendar e aproximar-se o máximo possível da essência dos fenômenos e processos sociais, com a intencionalidade de contribuir para a superação das atuais formas de discriminação, preconceito, exploração e demais processos que degradam a vida humana.

Mas isso significa falar – não de qualquer modo de pesquisar, ou de ver os sujeitos, a sociedade, a ciência, porque dependendo do projeto ético-político que orienta nossa leitura e intervenção, que orienta nossas investigações, como elementos que compõem esse processo, podemos ter escolhas diversas, finalidades diversas, e conseqüentemente podem ser diversos o nosso modo de fazer, de trabalhar com o dado, de valorizá-lo, de relacioná-lo, de utilizá-lo, de socializá-lo (PRATES, 2006, p. 02).

No que se refere à filiação epistemológica, necessária a todo o processo de pesquisa, o Serviço Social hegemonicamente vincula-se à teoria social crítica. Tal vinculação expressa o compromisso ético e político da categoria profissional na compreensão da realidade, a partir de sua totalidade histórica, permeada por contradições que precisam ser apreendidas para analisar o objeto de estudo, indo além da primeira percepção de como ele se apresenta na realidade, mas desocultando as relações e as contradições nele contidas.

Com base nesta filiação epistemológica, destacamos que o sujeito, ao não interagir com o fenômeno a ser conhecido, é capaz apenas de descrevê-lo como se apresenta. Assim sendo, Kosik destaca que:

A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se, sobretudo, no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentes de si, tem primeiro de submetê-las à

própria práxis: para poder constatar como são elas quando não estão em contacto consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas (KOSIK, 1976, p. 28).

Se a essência é negligenciada, logo, *a coisa em si*, deixa de ser conhecida e transformada. A descrição do fenômeno tal como se apresenta obscurece a realidade social e as contradições do mesmo, tornando objeto conhecido apenas a aparência dos fenômenos, ou seja, como se apresentam simplesmente.

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 15).

Para a construção do conhecimento, através do método dialético-crítico, o sujeito deve evidenciar as contradições da realidade social, explicitar as múltiplas conexões que constituem os fenômenos. No entanto, tal método, para além de descrever, ele se propõe explicar, identificar o objeto a ser conhecido para ser propositivo, sendo assim, conhecer a realidade antagônica, implica em intervir na mesma a fim de transformá-la. Para Simionatto (2009, p. 4) “O conhecimento, em Marx, não se apresenta apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, segundo as necessidades e os interesses de uma classe social”.

Nesse sentido, podemos destacar com uma das grandes contribuições do método dialético-crítico de investigação e construção do conhecimento da realidade, é a forma de interpretação da realidade concreta. Ou seja, a realidade não é a exteriorização das ideias, dos pensamentos assim como defendia Hegel (1770-1831). Para Marx (1986, p. 37) “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Significa dizer que para o processo de construção do conhecimento e para a apreensão dos fenômenos o sujeito parte da realidade concreta, do fenômeno em si e não do abstrato, ou seja, da ideia que se tem do fenômeno.

Nesse sentido, o Serviço Social realiza a atividade de pesquisa sob-orientação do método dialético-crítico, o qual visa ir além da aparência e desvendar a essência dos fenômenos que constituem o objeto da investigação.

O conhecimento da realidade aqui não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas e culturais. Ao contrapor-se à "razão instrumental", o método proposto por Marx também tem na realidade empírica seu ponto de partida, mas, ao desvendá-la, possibilita uma crítica radical à sociedade capitalista, revestindo-se, assim, de grande força política na luta pela transformação social (SIMIONATTO, 2009, p.4).

As pesquisas realizadas pelo Serviço Social observam os aspectos essenciais do método dialético-crítico: a retirada de fatos e ideias de seu aparente isolamento, a compreensão de que tudo se relaciona e que está em constante movimento, e, que a contradição está sempre presente (LEFEBVRE, 2010).

Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista (YASBEK, 2009, p.10).

O princípio básico do método em questão na investigação científica é a totalidade e, esse princípio abrangente, busca, a partir de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento, procurando compreender todas as suas mediações e correlações (MINAYO, 1998). Nas investigações científicas que o Serviço Social realiza, considerando o Projeto Profissional hegemônico, a totalidade constitui uma das categorias presentes em todo o processo, desde a escolha do objeto, o planejamento, execução da pesquisa, análise e apresentação ou exposição dos resultados.

(...) quero demarcar primeiramente a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1991, p. 73).

As concepções do pesquisador orientam científica e politicamente o processo de investigação. Significa, então, que o sujeito e/ou equipe que realiza estudos guiados pela teoria social crítica, a partir do método dialético-crítico, vincula-se a um determinado projeto de sociedade, que possui uma direção social clara: está atrelado aos interesses da classe trabalhadora, identificando o necessário envolvimento na luta pela defesa da transformação social.

O desafio é desvendar as mediações dessa realidade, é permitir e querer que daí resulte um conhecimento que sirva e que de alguma maneira ajude a fundamentar teoricamente processos emancipatórios (YASBECK, 2005, p. 156).

O método dialético-crítico contribui com a pesquisa social, qualificando a intervenção profissional uma vez que possibilita a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação e movimento, através de categorias que permitem o conhecimento da essência dos fenômenos presentes na sociedade capitalista. A partir disso, proporciona a interpretação e análise crítica da realidade, com intuito de ação no real, objetivando a sua transformação. Ao trabalharmos com esse método, para além de compreender o fenômeno em sua relação contraditória com outros fenômenos é necessário intervenção no real, implicando em mudanças.

A escolha de um método é, antes de tudo, uma escolha política. Destaca-se, então, como compromisso ético e político do Serviço Social a luta por um projeto societário contrário ao vivido. Um projeto que supere o antagonismo de classe (capital e trabalho) e que contribua para a efetivação de uma realidade social em que o homem, em sua relação com a natureza, através do trabalho, possa desenvolver as suas capacidades humanas (a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade) (BARROCO, 2008). Destaca-se, com isso, o método dialético-crítico como estratégia possível para mediar o desenvolvimento de tais capacidades, fazendo com que o ser social possa romper com os processos sociais que o subalternizam, desenvolvendo assim os princípios de autonomia e protagonismo, tornando sujeitos ativos e partícipes no processo de construção de conhecimentos essenciais para a melhoria da qualidade de vida, de todos, em sociedade.

(...) gostaria de assinalar que refletir sobre os caminhos da pesquisa em Serviço Social é contribuir para conhecer e mudar a realidade, buscando respostas criativas, competentes e inovadoras, em face dos desafios colocados pela realidade, na qual a profissão se move (YASBECK, 2005, p. 158 e 159).

Cabe, então, à pesquisa social em Serviço Social, para além de compreender a conjuntura da sociedade, construir conhecimentos orientado pela direção social contra-hegemônica, identificando os processos sociais de rupturas e resistência à reprodução da desigualdade social.

Assim, o compromisso da pesquisa social, sob orientação do presente método, é identificar a essência dos fenômenos, de acordo com Kosik, (1976, p. 14) “(...) a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente (...)”. Portanto é necessário explicitar suas contradições para intervir na realidade permeada pela luta de classes, construindo conhecimento e subsídios a fim de transformá-la.

Para além de conhecer um fenômeno é preciso intervenção crítica na realidade, ou seja, o comprometimento que o pesquisador e/ou profissional deve possuir, ao trabalhar com o materialismo histórico, vai além de compreender o fenômeno estudado. Estudo que somente faz sentido se permeado da ação prática na realidade concreta, transformando-a. Por isso, a necessidade de identificar o fenômeno em sua totalidade histórica e contraditória, chegando à essência do mesmo. Marx (1818-1883), ao estudar a realidade concreta, aponta o *trabalho* como primeira necessidade humana.

É por intermédio do trabalho que o homem interage com a natureza. Cria artefatos para satisfazer as suas necessidades humanas e por meio do seu trabalho acaba por produzir novas necessidades. Isto é, na busca da satisfação de suas necessidades o homem trabalha, criando a si mesmo. Contudo, o trabalho para Marx é uma categoria essencial que permite além de explicar o mundo e a sociedade, explicar a própria constituição do ser social.

Não é a consciência humana, como sustenta o idealismo, nem a pura realidade, como sustenta o empirismo, mas é o próprio *homem* que figura como *ser produzindo-se a si mesmo*, pela sua própria atividade, “pelo modo de produção da vida material”. A condição para que o homem se torne

homem (porque ele não é, ele se torna) é o trabalho, a construção de sua história. A mediação entre ele e o mundo é a atividade material (GADOTTI, 2012, p.19).

Contudo, Marx parte de como o homem produz e reproduz a vida em sociedade por intermédio do trabalho. Para tanto, o método de abordagem dialético-crítico, utilizado para a produção de conhecimento, visando a transformação social, possui como principais categorias abordadas pela presente tese: a totalidade, a mediação, a contradição e a historicidade.

A opção por este método inclui uma visão de homem (sujeito), de mundo e sociedade (contraditórios e em movimento de constituição a partir de interesses antagônicos) leituras que não podem ser separadas dos movimentos de análise/intervenção dos fenômenos que estudamos; inclui uma perspectiva e um compromisso com a transformação, uma postura crítica frente à realidade, ao instituído, orientada por princípios de justiça, igualdade de direitos e equidade, ou seja, uma opção ético-política pautada na emancipação humana como a concebida (MENDES; PRATES, 2009, p. 11).

O método dialético-crítico possibilita ao pesquisador a visão de totalidade do objeto estudado, através do mesmo é permitido ao pesquisador compreender a realidade como dinâmica e complexa, ou seja, em constante movimento.

A perspectiva dialética consiste antes de tudo num modo de ver a vida, em primeiro lugar como movimento permanente, como processo e provisoriedade, portanto como negação permanente dos estados, formas e fenômenos, para demarcar sua existência e possibilitar o seu próprio movimento, o seu devir ou vir a ser, o que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso (MENDES; PRATES, 2009, p. 06).

Todavia, ao eleger um objeto de estudo, é preciso compreendê-lo em relação com a realidade social que o influencia e de que este objeto representa determinada realidade social. Baseado nisso, o método em questão possui como uma de suas categorias a *totalidade*. De acordo com Barroco (2008, p.25): “A sociedade é uma totalidade organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias.” O investigador, nessa perspectiva, não mais olhará o objeto pesquisado como algo isolado e neutro, tampouco, como um recorte independente da realidade que necessita ser investigado para a construção do conhecimento absoluto. O método

dialético-crítico parte do princípio que tudo se relaciona, a natureza se apresenta como um todo, sendo objetos e fenômenos ligados entre si.

Na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seus conjuntos) não constituem, ainda, a totalidade (KOSIK, 1976, p. 44).

A totalidade não é a mera soma das partes, pois cada parte do todo, constitui-se num outro todo que se articulam por intermédio de múltiplas *mediações*. Eis que emerge a segunda categoria do método abordada pela presente tese. Para Pontes (1995) a *mediação* é componente medular do método dialético, uma vez que ela é a categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa. Assim sendo, o fenômeno estudado só poderá ser apreendido em sua totalidade através de sucessivas mediações que possibilitarão a passagem entre o imediato (aparência) e o mediato (essência).

Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética. (PONTES, 1995, p. 81)

A terceira categoria do método a ser, aqui, abordada é a *contradição*. Podemos compreender a contradição como à luta dos contrários (GADOTTI, 2012), estando à realidade concreta (objetos e fenômenos) em constante movimento causado por elementos contraditórios que coexistem. Contradição inerente à sociedade capitalista, pois ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, também expressa à rebeldia e a resistência da classe trabalhadora ao sistema do grande capital. De acordo com Martinelli (1998, p.135) “nesta mesma sociedade que oprime é possível também descobrir os caminhos da libertação”. Para tanto, cabe ao pesquisador compreender todas as contradições presentes no

objeto a ser pesquisado, através do conhecimento da totalidade e do reconhecimento da historicidade do mesmo.

Neste sentido uma postura dialética, como bem destaca Frigotto (1994) é antes de tudo postura crítica, de problematização, de busca pelo desvendamento das contradições, de busca por aprofundamento, de não contentamento com o aparente, de compromisso com valores e perspectivas ético-políticas direcionadas à justiça social, à equidade e à democracia (MENDES; PRATES, 2009, p. 8).

A *historicidade*, quarta categoria abordada, caracteriza-se pelo entendimento que a realidade social é resultado de um processo histórico, não absoluta, porém relativa, sendo o objeto a ser investigado visto como algo que é influenciado e influencia a realidade concreta que é uma totalidade, composta por um conjunto de partes que vão se constituindo ao longo do processo histórico, sendo que as partes só podem ser compreendidas a partir de sua relação com a realidade social.

(...) quero demarcar primeiramente a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1991, p. 73).

A partir dos pontos elencados anteriormente, destaca-se que o Serviço Social, enquanto profissão interventiva no real, encontra na pesquisa um importante instrumento para qualificar a intervenção social, sendo a própria pesquisa um instrumento de intervenção social (PRATES, 2006), visto que ela possibilita ao profissional o estudo crítico de um determinado fenômeno, mediando a explicitação das contradições presentes no mesmo e as possibilidades de superação. Isso significa que, para além de conhecer a complexidade que envolve o fenômeno, chegando à essência do mesmo, a pesquisa possibilita o desenvolvimento do saber para a ação no real, cujo objetivo é transformá-lo.

O Serviço Social, através do Projeto Profissional, o qual expressa as dimensões ética e política, através do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993), possui o compromisso com o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, tais como a participação, a mobilização e o protagonismo dos sujeitos. No entanto, a construção de conhecimento em Serviço Social na

Política de Educação, na perspectiva da educação emancipatória, expressa a grande contribuição da pesquisa social nesta emergente área de atuação profissional.

O presente estudo de pesquisa teve como base o método dialético-crítico, utilizou para a coleta, tratamento e análise de dados, o método qualitativo, de acordo com MINAYO (2007, p.57):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Todavia, o referido estudo, através dos métodos elencados (de abordagem e de coleta, tratamento e análise de dados) buscará mostrar o desenvolvimento histórico do objeto em questão, apontando as contradições e estabelecendo as devidas relações entre o objeto estudado (particular) e a totalidade do social.

O universo da pesquisa consiste nos trabalhos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (totalizando 9.181 trabalhos, conforme quadro 01). Para a seleção da amostra, primeiramente foi feita uma triagem nos Anais, sendo pesquisados trabalhos a partir das palavras chave Serviço Social e Educação, posteriormente foi feita uma primeira análise para a seleção dos trabalhos que trouxessem a discussão da educação como espaço de atuação profissional, tendo com isso implicação com o Serviço Social, e descartado trabalhos que discorriam sobre a Política de Educação, bem como assuntos ligados a educação escolar (tais como: violência no âmbito escolar; inclusão, dentre outros) e que não faziam nenhuma relação com o Serviço Social. Com base nisso, foram mapeados **265 trabalhos**, correspondendo a 2,88% do total de trabalhos publicados no período (153 trabalhos no CBAS e 112 no ENPESS), sendo esta a amostra da referida pesquisa.

Com relação ao período de abrangência da pesquisa a definição ocorreu, considerando o ano de 2008 em que um importante passo foi dado pelo conjunto CFESS/CRESS na instituição de grupos de trabalho sobre o Serviço Social e

Educação em todo o Brasil. Fator que coloca a Política de Educação nas discussões do maior órgão representativo da categoria, como espaço de atuação profissional, paralelamente observa-se a crescente inserção profissional na Política pública de Educação no Brasil a partir de 2008, tendo como indicador os trabalhos publicados. Assim, o período abrange os anos de 2008 a 2016, ocasião em que ocorreram os últimos eventos da categoria.

A coleta dos dados foi realizada através de uma *pesquisa bibliográfica*, por intermédio de um roteiro para análise bibliográfica (Apêndice A). Para a *análise e interpretação dos trabalhos*, optando-se pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2006), tendo em vista que a mesma auxiliará a pesquisadora no constante exercício de objetivação⁵, ao propiciar o desenvolvimento de uma visão crítica, afastando-se do senso comum e do risco de uma análise imbricada na subjetividade devido à familiaridade com o tema pesquisado. De acordo com MINAYO (2007, p.203): “Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos.”

A análise de conteúdo se desenvolveu a partir das seguintes etapas: A *pré-análise*, tendo como base o material coletado foi o momento de organização. Como orienta Bardin (2006) parte-se para a escolha dos documentos a serem analisados, para a revisão dos objetivos e questões iniciais da pesquisa e por último na elaboração de indicadores que orientem a interpretação final. Após levantamento dos trabalhos publicados, foi realizada a pré-análise nos 265 trabalhos, sendo os mesmos categorizados e agrupados, conforme o conteúdo abordado. Os trabalhos foram agrupados por etapas e modalidades de atuação da Política de Educação, conforme o conteúdo expresso nos trabalhos; A *exploração do material* se deu através do manejo dos materiais coletados, tendo como base a organização realizada na pré-análise, sendo o conteúdo apreendido, agrupado de acordo com o roteiro (Apêndice A) da análise bibliográfica e por fim o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, sendo realizada a articulação dos dados coletados, com a realidade social, explicitando as conexões do fenômeno estudado com a totalidade

⁵ Objetivação compreendida como o reconhecimento que na relação entre pesquisador e objeto não há neutralidade, mas ao reconhecer isso é necessário vencer o senso comum e a subjetividade do pesquisador (MINAYO, 2007).

dos processos sociais. A partir disso, passou-se a inferir e interpretar, tendo como base, as questões que nortearam a pesquisa, bem como os objetivos e as categorias explicativas da realidade: *Política de Educação; Processos de Trabalho e Projeto Profissional*. Destaca-se que a *revisão bibliográfica* ocorreu ao longo do desenvolvimento do presente estudo.

Para o desenvolvimento do presente estudo destacamos o respeito e a responsabilidade aos aspectos éticos da pesquisa social. O estudo foi submetido à Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social/Escola de Humanidades da PUC/RS. Após esta etapa, se iniciou o procedimento para coleta, tratamento e análise dos dados. Os conteúdos foram agregados, sendo retirado qualquer aspecto que pudessem identificar os extratos dos trabalhos para preservar o anonimato⁶ conforme resolução 196/96⁷ da CONEP, mantendo a confidencialidade e a privacidade. Destacamos que o estudo será socializado através de relatório ou outra forma que se julgar necessária e pertinente à categoria profissional.

Para a construção da referida Tese e para o desenvolvimento do estudo realizado, destacamos que os dados da pesquisa foram trazidos e trabalhados no decorrer dos capítulos, tendo como norte as categorias teóricas: *Política de Educação; Processos de Trabalho e Projeto Profissional*. A presente Tese está dividida em um capítulo inicial de introdução ao objeto estudado, trazendo a metodologia do presente estudo e mais quatro capítulos que serão apresentados a seguir.

O segundo capítulo trata da *Educação e o desenvolvimento do ser genérico do homem*, abordando essa categoria (educação) na sua relação com o trabalho e o lugar que a educação assume na sociedade de classes, contribuindo para a formação do ser social em sua singularidade, tendo em vista a necessidade da reprodução social da ideologia dominante, via práticas educativas que subalternizam o ser social ao poder do capital, tirando do mesmo a capacidade de compreender o mundo regido pelo capitalismo, suas contradições e mazelas. O que resulta na

⁶ Os conteúdos extraídos dos trabalhos publicados nos Anais dos dois referidos eventos (CBAS e ENPESS) serão identificadas pelo T (trabalho), acompanhado de um número (que foi dado de acordo com a ordem da análise dos trabalhos de cada encontro), nome e o ano do referido encontro. Ex. T01, CBAS 2010;

Destacamos que todos os extratos dos trabalhos que estiverem em **negrito** são grifos da autora.

⁷ Destaca-se que o Projeto de Pesquisa foi submetido para avaliação antes da atual resolução 510/2016 de 07 de abril.

formação de um sujeito que trabalha e reproduz a realidade social sem intervenção crítica e consciente na realidade, sendo capturado na sua subjetividade através de um processo de alienação que é inerente ao referido modo de produção, sendo o trabalho alienado o principal vetor para a consolidação da sociedade capitalista, tendo a educação uma função estratégica e primordial para este processo. Todavia, a educação, enquanto direito social, fruto, também, das lutas e reivindicações da classe trabalhadora possui a possibilidade estratégica de consolidação de processos de resistência, através de projetos educativos pautados em princípios emancipatórios que possibilitem a formação crítica da classe trabalhadora, mediando a formação das capacidades humano-genéricas, contribuindo para uma relação consciente e crítica do ser social com a realidade social.

O terceiro capítulo aborda a “Política de Educação a sua conformação enquanto espaço sociocupacional para o Serviço Social” discorrendo sobre a maneira que a educação se organiza enquanto política pública (*seus avanços e desafios*), tendo em vista um conjunto de ações governamentais para o acesso e permanência da classe trabalhadora em instituições educativas, buscando o atendimento das diretrizes das instituições internacionais que atribuem a Política de Educação o combate à desigualdade social. No entanto, esta realidade é desencadeadora para a constituição da educação enquanto espaço sociocupacional emergente para a categoria profissional. Todavia, a atuação do Serviço Social na educação data desde o surgimento da profissão no Brasil, ou seja, a inserção da profissão nesse espaço sociocupacional apesar de ser emergente na atualidade não é recente. Sendo necessário compreendermos como a conformação atual da política resulta na requisição profissional.

O quarto e último capítulo trabalhará com a *inserção profissional* na Política de Educação através da abordagem expressa pela produção do conhecimento do Serviço Social. Inserção esta que é influenciada pela mudança do marco regulatório da política, resultando em requisições institucionais ao Serviço Social para o atendimento de programas e ações que garantam o acesso e a permanência da classe trabalhadora na referida política, com distinções no que concerne aos níveis e modalidades da mesma. Sendo o Assistente Social de um lado, requisitado para atender os interesses do Estado (empregador), e de outro, tendo como direção

social, expressa no Projeto Profissional, outra sociabilidade. Todavia, apesar das lutas e tensões inerentes ao trabalho profissional na sociedade de classes, destacamos as possibilidades de resistência, visto que a educação é um espaço de trabalho estratégico para a consolidação do Projeto Profissional, podendo o exercício profissional ser orientado por princípios de uma educação emancipatória, contribuindo para a formação da consciência crítica dos sujeitos através de um projeto de educação que seja pensado *com e para a classe trabalhadora* de acordo com seus interesses e necessidades humanas.

2. EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SER GENÉRICO DO HOMEM

Assim como o trabalho, a educação possui uma centralidade na vida do ser social, haja vista que temos aí duas categorias indissociáveis. É através do trabalho, enquanto atividade livre, que o homem se percebe como sujeito ao interagir com a natureza na busca pela satisfação de suas necessidades. No meio dessa relação, destacamos o processo educativo como uma mediação entre a relação do homem com o meio no qual interage.

No entanto, na sociedade de classes, tendo como princípio fundante o trabalho alienado, o qual afasta do trabalhador assalariado a possibilidade do desenvolvimento de suas capacidades humanas. A educação é fundamental nesse para a interiorização da ideologia dominante que reproduz e legitima as relações sociais de produção capitalista. Assim, na sociedade de classes a educação escolar é regulada pelo Estado, ocupando um lugar estratégico na reprodução e manutenção do *status quo*. Contudo, a realidade que é dialética e contraditória, nos leva a apreender a educação também enquanto estratégia de resistência e de desenvolvimento de projetos educativos contra-hegemônicos, na busca por uma educação com princípios emancipatórios que poderá contribuir para a formação crítica da classe trabalhadora em oposição ao projeto de educação burguesa subalternizante.

2.1. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Para falarmos da categoria educação não podemos deixar de mencionar a categoria trabalho, como elemento fundante do ser social. Mészáros em *A Educação para Além do Capital* (2008) nos faz refletir sobre a indissociabilidade entre trabalho e educação, sendo que para sabermos sobre a educação em dada sociedade precisamos saber onde se encontra o trabalho. Com tal perspectiva é premente resgatarmos a relação entre trabalho e educação, visto que ao acreditarmos e defendermos uma educação que seja emancipatória, precisamos ter clareza sobre o processo social que conforma a subalternidade vivenciada pela classe trabalhadora através do próprio trabalho, que na sociedade de classes é por ele mesmo alienado

e alienante, afastando o homem do desenvolvimento do trabalho como possibilitador da liberdade (BARROCO, 2008). O trabalho no seu sentido ontológico expressa a relação do homem com a natureza, enquanto atividade de auto realização.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza (...) atuando assim sobre a natureza extrema e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (...) (MARX, 1983, p.202)

O homem interage com a natureza com o objetivo de satisfazer suas necessidades. É através da atividade teleológica (consciência) que o ser social é capaz de planejar e executar determinada ação, almejando determinado produto, fruto do seu trabalho. Logo, enquanto atividade livre, o trabalho transforma a realidade do sujeito, transformando-o enquanto ser e totalidade social. Portanto, é a categoria primordial de constituição e reconhecimento do homem enquanto homem, bem como do desenvolvimento de suas capacidades humano genéricas (a universalidade, a sociabilidade, a consciência e a liberdade). Sendo assim, salientamos a dimensão educativa presente neste processo social, pois, ao interagir com a natureza, o homem se constitui e se reconhece enquanto ser social, modificando a si e ao mundo a sua volta. Essa relação que é o trabalho carrega em si um processo educativo que será desenvolvido por toda a vida. Isto porque, enquanto sujeitos, precisamos aprender *o que e como fazer algo*, desse modo, a educação se constitui na realidade social enquanto processo social que permite a construção de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que possibilitam a reprodução da vida em sociedade.

Temos, então, aqui, um exemplo daquela relação (...) entre o trabalho e os outros momentos da totalidade social e de todos os momentos entre si. Dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca. Dependência ontológica no sentido de que a educação tem sua matriz na forma como os homens se organizam para transformar a natureza. Autonomia no sentido de que se constitui como uma esfera e uma função específicas, portanto diferentes do trabalho, e que, justamente para cumprir essa função própria, tem que organizar-se de maneira independente dele. E determinação recíproca, no sentido de que há uma relação de influência mútua entre a educação e todos os outros momentos da totalidade social – trabalho, política, direito, arte, religião, ciência, filosofia, etc. (TONET, 2009, p. 10 e 11)

Entender a relação indissociável entre trabalho e educação não é entender que uma categoria é igual à outra. Podemos compreender a educação, como destaca Tonet (2009), enquanto mediação entre os próprios homens. Sendo o trabalho a mediação entre o homem e a natureza. Contudo, a educação incide na relação entre o homem e a natureza = trabalho, através da dimensão teleológica deste, possibilitando que o ser social tenha consciência (ou não) nesta relação de transformação. Ou seja, podemos entender com base nisso que é o trabalho que tem a capacidade de transformar a natureza, mas intermediado por um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que foram apropriados através da educação. De acordo com TONET (2009)

(...) não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos. Que não são as leis biológicas que nos dizem o que devemos fazer para atender as nossas necessidades, mas que isto se dá pela apropriação daquilo que se tornou patrimônio do gênero humano. (p. 07)

Todavia, podemos compreender a categoria educação como processo social e dimensão da vida do ser social que é desenvolvida ao longo de toda a vida dos sujeitos. Com base nos trabalhos analisados, destacamos que a categoria educação foi classificada em três grupos (como dimensão da vida do ser social; como espaço de projetos societários em disputa e educação emancipatória) de acordo com as concepções abordadas nos trabalhos. Com relação ao grupo que aborda a educação como dimensão da vida do ser social, constituindo-se enquanto processo social inserido no âmbito da reprodução das relações sociais, destacamos os extratos a seguir:

A educação, um dos mais complexos processos constitutivos da vida social, compreendido como totalidade histórica, é o processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com outros indivíduos sociais (...) (T12, ENPESS, 2010)

(...) a educação abrange os processos formativos que desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (T05, CBAS, 2013)

É importante entender que a educação é um complexo que constitui a dinâmica da vida social, tendo uma função social importante na dinâmica da reprodução social do ser social e que integra, em conjunto com outras dimensões da vida social, um conjunto de práticas sociais que são

necessárias para dar continuidade a um modo de ser que caracteriza um determinado tipo de sociedade. (T69, CBAS, 2016)

De acordo com esse grupo a educação faz parte da vida social dos sujeitos que ocorre em diferentes espaços da realidade social, como aponta o T05 (CBAS, 2013), sendo que é por intermédio dessa dimensão da vida que os sujeitos se apropriam dos costumes, valores, conhecimentos, habilidades, cultura, dentro outros aspectos fundamentais para que a vida social possa ser reproduzida. Podemos, como abordado no T69 (CBAS, 2016), destacar este aspecto como a função social da educação na sociedade humana que é de reprodução social do ser social. Assim, de acordo com Tonet (2009), para nos tornarmos pertencentes ao gênero humano precisamos da categoria educação como possibilidade de que valores, costumes, conhecimentos e habilidades necessárias à vida social sejam apreendidas pelos indivíduos.

Com base nisso, a educação não se constitui na realidade de forma isolada e autônoma do processo de reprodução do ser social, sendo influenciada pelas necessidades deste processo. Contudo, como o trabalho é o fundamento ontológico do ser social “(...) em cada momento e lugar históricos, uma determinada forma de trabalho será à base de uma determinada forma de sociabilidade e, portanto, de uma certa forma concreta de educação” (TONET, 2009, p. 10). Na sociedade capitalista, a maneira que o trabalho se materializa nega o seu potencial emancipador, afastando-o do seu caráter enquanto atividade livre, consciente, universal e social. Realidade que terá como resultado a alienação do trabalhador, deixando de reconhecer a si próprio como sujeito do processo, passando a vender sua força de trabalho, tornando-se uma mera mercadoria.

(...) o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. (MARX, 2001, p. 114)

Entretanto, nesta sociabilidade a educação constitui-se como instrumento de reprodução da ideologia dominante, logo, como mecanismo que legitima a alienação do trabalhador através de processos de “interiorização” (MÉSZÁROS, 2016) que difundem valores necessários para a reprodução da sociedade capitalista. Baseado nisso, podemos destacar como sendo um desses instrumentos a educação escolar⁸, que expressa a institucionalização de uma perspectiva educacional que ocorre em instituições específicas, regulamentadas pelo Estado.

Nenhuma sociedade pode persistir sem seu próprio sistema de educação. Apontar unicamente para os mecanismos de produção e de troca a fim de explicar o real funcionamento da sociedade capitalista é totalmente inadequado. As sociedades existem nas e por meio das ações de indivíduos particulares, que buscam realizar seus próprios fins. Conseqüentemente, a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida é a reprodução exitosa de tais indivíduos cujos “próprios fins” não negam as potencialidades do sistema de produção predominante. (MÉSZÁROS, p. 265, 2016)

As categorias trabalho e educação se relacionam na medida em que o trabalho determina a forma de educação a ser materializada pelas relações sociais, ou seja, a forma que vai se dar a produção e a socialização da vida em sociedade. Na sociabilidade capitalista, a educação, enquanto processo social e dimensão da vida dos sujeitos reproduzem as relações sociais capitalistas, contribuindo para um processo de alienação e estranhamento do homem frente a sua relação com a natureza. Para FRIGOTTO (2000) tal processo (...) transforma o trabalho de criador da vida humana em alienador da vida do trabalhador (p.32). Momento que o mesmo não se reconhece enquanto sujeito, não se percebendo neste processo de produção como protagonista, visto o poder massificador do capital frente às relações de exploração do modelo de produção vigente.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual

⁸ (...) a educação pode ser entendida como processo e como prática social que assume diferentes formas e se realiza conforme diferentes condições em diferentes tempos e lugares; e a educação escolar pode ser entendida como uma dessas formas, caracterizada por forte organização e sistematicidade, além de intensa difusão, especialmente no mundo moderno; (...) (ALGEBAILLE 2004, p.16)

as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p. 25)

Para alcançarmos uma sociedade “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008), teremos que ter conjuntamente a universalização do trabalho e da educação, tendo em vista que são categorias indissociáveis. Uma depende da outra para sua materialização. Ou seja, apenas quando o trabalho, enquanto atividade livre e universal, se constituir enquanto vetor para o desenvolvimento das capacidades humanas, que teremos uma educação universalizada e emancipatória. Da mesma forma que para termos uma educação emancipatória de todos os sujeitos, precisamos do trabalho concreto, criador do valor de uso e protagonizado pelo ser social, enquanto atividade livre e criadora. De acordo com Mézszáros (2008) Não pode haver uma solução efetiva para a autoalienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação (p.67).

A ampliação do acesso a Política de Educação no Brasil a partir de 1988, torna este espaço sociocupacional um campo de inserção profissional para diferentes profissionais, dentre eles o Assistente Social. Todavia é necessário que façamos a seguinte indagação: Qual a origem da institucionalização da educação pelo Estado? Para compreender o lugar que a educação ocupa na sociedade capitalista não podemos desconsiderar a relação entre a educação e o mundo do trabalho. Contudo, é necessário discorrermos sobre os desdobramentos de uma categoria sobre a outra, ou seja, de que forma a organização do trabalho influencia no projeto de educação da sociedade capitalista e ao mesmo tempo, como o projeto de educação pode resistir ao poder massificador do capital.

2.2. EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO GÊNERO HUMANO EM SI⁹

A educação institucionalizada pelo Estado está ligada ao desenvolvimento do capitalismo e a necessidade de instruir a classe trabalhadora para o trabalho. Contudo, a origem da escola no século XVIII, bem como a maneira que

⁹ Consiste no ser social capturado pela ordem vigente/afastamento do humano-genérico. Sujeito alienado, não se percebendo enquanto sujeito coletivo, vendo-se apenas na sua singularidade (BARROCO, 2008).

operacionaliza suas ações na sociedade até os dias atuais, serve aos interesses de reprodução e legitimação deste modo de produção. Por outro lado, a educação institucionalizada pelo Estado ao constituir-se enquanto política social, também é resposta do mesmo as reivindicações da classe trabalhadora, que apesar da ideologia dominante de manutenção do *status quo*, resiste e luta para a ampliação e garantia dos direitos sociais desde sua constituição enquanto classe. De acordo com Frigotto, a educação

(...) é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social. (FRIGOTTO, 2000, p.31)

Todavia, como já mencionado a educação é um complexo social e dimensão da vida do ser social que expressa no campo da reprodução social espaço de luta e embates como menciona Frigotto (2000), entre grupos e classes sociais. Logo, expressa interesses em jogo, sendo na sociedade capitalista a educação subordinada aos interesses do capital, mas por entendermos a realidade dialética, permeada por contradições destacamos as lutas sociais empenhadas pela classe trabalhadora para a ampliação do acesso a educação, enquanto direito social. Ao atuarmos na Política de Educação precisamos nos indagar sobre qual concepção de educação se articula às lutas e interesses da classe trabalhadora, bem como precisamos discutir e apreender o lugar que a educação desempenha na sociedade capitalista, analisando o que particulariza a Política de Educação no Brasil, país de capitalismo periférico.

Para compreendermos o processo atual vivenciado pela Política de Educação no Brasil precisamos ter clareza sobre o processo histórico que permeou os 517 anos do Brasil, pois é através da historicidade, da totalidade da realidade social e das contradições intrínsecas da sociedade capitalista brasileira que nos é possível a leitura crítica da realidade presente vivenciada pela educação brasileira. A história do Brasil é permeada pela exploração e pela expropriação de riquezas pelos países imperialistas, que já viviam, no século XVII e XVIII, o contexto histórico da Revolução Burguesa no continente europeu, base para a consolidação do modo de produção capitalista. Nesse período, no Brasil, a história nos aponta a partir do

momento da colonização (colônia de exploração) que as primeiras atividades educativas foram de *domesticação* do povo indígena (HOLANDA, 1995). Durante o período do império latifundiário e do trabalho escravo a educação era voltada para a elite (filhos dos latifundiários) e pensada para elite, sendo a instrução um privilégio social. De acordo com Fernandes (1966) apenas para esta classe (elites das camadas dominantes) a escola possuía alguma importância. Contudo, para este autor, nem para essa classe a educação tinha um significado central na preparação do ser social para vida, constituindo-se em “(...) um instrumento secundário e acessório da aprendizagem dirigida” (FERNANDES, 1966, p.72). Sendo assim, o povo não precisava de nenhuma ação que se aproximasse da educação escolarizada.

Com a passagem da economia agrário-exportadora para uma economia de base urbano-industrial teremos o deslocamento da população para os grandes centros, constituindo-se um processo de urbanização a partir do século XIX ocasionado pela industrialização (FERNANDES, 1966). Fator que desencadeará significativas mudanças, tendo em vista a formação de novos padrões de vida e com eles a criação de demandas e necessidades da população frente a crescente urbanização e industrialização do país, resultando no atendimento pelo Estado de tais necessidades, objeto também de lutas da classe trabalhadora em formação, dentre elas a educação.

Apenas na década de 1930 que a educação é definida pela constituição de 1934 como direito de todos que deveria ser oferecido pela família e pelo Estado. Contudo, o conteúdo sobre a educação, enquanto *direito de todos*, não é de fato regularizada, servindo apenas como referência e orientação. Apenas com a Constituição de 1967 (em pleno Regime Militar) é que irá se falar em obrigatoriedade do ensino para a faixa etária de 07 a 14 anos, bem como a sua gratuidade, ou seja, era dever do poder público, promover a educação da população a partir dos 07 anos até os 14 anos de idade em estabelecimentos oficiais (ALGEBAILLE, 2004). A partir da Constituição de 1988 e com a LDB de 1996 é que fica expresso o dever do Estado para com a educação nacional, sendo assegurada a educação como direito social, público e subjetivo que deve ser oferecido em estabelecimentos oficiais de forma gratuita não apenas ao ensino obrigatório, mas oferecido a todos desde a

Educação Infantil até a Educação Superior. No entanto, devemos sempre ter clareza que a Política de Educação no Brasil nasce marcada pela subalternização, tutela e opressão do povo brasileiro à cultura imperialista exploradora, ou seja, a submissão do Brasil aos interesses imperialistas dos países de capitalismo central.

A análise da educação no Brasil – desde o império e sua “boa sociedade” às *démarches* da república Velha e até os dias atuais da república – nos traça um quadro de extrema perversidade. Somente em 1930 se efetiva um esforço para a criação de um sistema nacional de educação, mas chegamos em 1993 colocando no texto da nova LDB, barganhada e aprovada na Câmara dos Deputados, com a obrigatoriedade real apenas até o quinto ano de escolaridade. (FRIGOTTO, 2000, p.36)

Apenas a partir da atual LDB é que teremos na história do Brasil uma expansão do acesso à educação obrigatória, que passou em 2009 (EC 59/2009) para 14 anos de escolarização obrigatória da população - aspectos que abordaremos mais especificamente no próximo capítulo. O que é importante refletirmos aqui é a trajetória de negação desse direito à população brasileira e compreender que o projeto de educação burguesa no Brasil é influenciado pela condição do país no mercado mundial enquanto país de economia dependente, sendo seu sistema de educação subordinado a lógica do capital internacional de manutenção do país enquanto fornecedor de mão de obra para o desenvolvimento do trabalho manual. Colocando a universalização do acesso à educação condicionada a este fim (FERNANDES, 1966).

Logo, ao ofertar a educação para a classe trabalhadora, o Estado atende essa demanda social organizando a mesma de forma a atender as requisições postas pelo capital com o objetivo de uma formação de mão de obra que atenda as demandas do mercado de trabalho, reproduzindo as relações de exploração inerentes ao modelo econômico vigente. Essa preparação para o mercado, logo, para a empregabilidade, pode ser exemplificada com a criação na década de 1940 e com a atuação até os dias de hoje da rede SENAI e SENAC, que desempenham um importante papel na formação da força de trabalho a partir dos moldes do mercado, atendendo as requisições do empresariado. Na esfera pública, em substituição das antigas escolas técnicas e aos centros de educação tecnológica, temos a emergência dos Institutos Federais no Brasil que possui na atualidade brasileira um

significativo papel na qualificação da força de trabalho, chegando aos diferentes estados nacionais e em territórios da federação até então descobertos pela Política de Educação, como abordaremos mais especificamente no próximo capítulo.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (...) ou através de uma dominação estrutural de uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35)

A reprodução da classe trabalhadora envolve, além do trabalho assalariado, garantindo o mínimo de sobrevivência material, outras garantias necessárias à produção e reprodução da força de trabalho, tais como: à saúde do trabalhador, o lazer e a educação. Sendo a educação responsável pela qualificação e controle da força de trabalho. No entanto, a educação é planejada e executada para atender aos interesses do capitalismo.

A educação possui duas funções principais na sociedade capitalista: (1) a produção das habilidades necessárias para gerir a *economia* e (2) a formação dos quadros, bem como a elaboração dos métodos, do controle *político*. (MÉSZÁROS, p. 277, 2016)

A educação legitima a sociabilidade capitalista nas relações que estabelece com todos os sujeitos envolvidos na gestão e execução da Política de Educação, bem como os que a acessam ou acessam o processo de construção do conhecimento. Sendo esse processo, que se dá entre sujeito que apreende e objeto a ser apreendido, caracterizado pela mera transmissão de conhecimentos já estabelecidos. Contudo, a educação reproduz a sociedade capitalista, a divisão social do trabalho e a força de trabalho. Através desta reprodução o ser social é fragilizado em sua totalidade e afastado da potencialidade de desenvolvimento de suas capacidades humano genéricas. Visto que as instituições educativas preparam os indivíduos para o desenvolvimento do trabalho abstrato, (sendo este destituído de sentido), que no caso do Brasil, possui influência, ainda, em uma formação influenciada pelo modelo de gestão da força de trabalho fordista. Para DEMO (1997)

Enquanto o Primeiro Mundo pesquisa, o Terceiro Mundo dá aula, e, na prática, é em grande parte Terceiro Mundo porque apenas dá aula, ou seja, permanece subalterno a processos impostos de construção de conhecimento. (p.80).

Através dos pressupostos de Demo (1997), podemos fortalecer a ideia de que a educação entra na divisão social do trabalho, na medida em que separa os países de capitalismo central (detentores dos meios de produção e de investimentos na área de pesquisas para a construção de conhecimentos) dos países periféricos (detentores da força de trabalho). Havendo também uma divisão entre a educação da escola privada (formadora de trabalhadores intelectuais) e da escola pública (formadora de trabalhadores manuais). Parafraseando FRIGOTTO (2000) “(...) escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes.” (p.34)

(...) a divisão do trabalho simplifica de forma extrema os processos laborais, ela diminui muito a necessidade de uma educação apropriada, em vez de intensificá-la. Assim, de acordo com as necessidades do sistema de produção prevalecente, o nível geral da educação não se eleva, mas, em vez disso, declina, os processos laborais extremamente simplificados tornam possível a disseminação do trabalho infantil e, conseqüentemente, é negada às crianças a possibilidade de uma educação equilibrada. (MÉSZÁROS, p.269, 2016)

Ao analisarmos o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, nos deparamos com um modelo educacional que reduz o sujeito que apreende a mero receptor do processo educativo. Nesse modelo de sociedade o sujeito é passivo, não sendo permitido seu protagonismo na construção de conhecimentos. O conhecimento lhe é apresentado, como algo pronto a ser reproduzido. A categoria educação, nesta perspectiva, contribui para a legitimação e reprodução da sociedade capitalista através da difusão da alienação da classe trabalhadora, via processos educativos que legitimam a ideologia¹⁰ dominante.

(...) atende-se para os valores educacionais que se ocultam atrás das ideologias das camadas dominantes. O que se busca, em primeiro lugar, é o conformismo diante do *statu quo*, que nos leva a converter nossas escolas

¹⁰ (...) a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. (MÉSZÁROS, p. 65, 2004)

em instrumentos de alienação do homem, perante si mesmo, o meio em que vive e a época de que faz parte. (FERNANDES, 1966, p. 352)

Sendo assim, o ser social não se percebe enquanto sujeito que apreende através da sua relação com a realidade concreta. Ele apreende o objeto (a ser conhecido) tal como se apresenta, de forma imediata, livre de contradições e de mediações. Para Mézáros (2004) “A ideologia é, em geral, considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação.” (p. 459) Fazendo com que o ser social não apreenda a realidade social em seu movimento dialético, tão pouco as lutas e tensões da sociedade de classes, cabendo aos mesmos à manutenção e reprodução daquilo que lhe é apresentado como verdade. Ao pensarmos como a ideologia se manifesta nas relações construídas pelo homem que trabalha ao inserir-se no processo produtivo ALVES (2010) destaca que

A ideologia é uma nova forma de posição teleológica (a denominada posição teleológica secundária), que, ao invés de busca elaborar um fragmento da natureza de acordo com finalidades humanas, como o faz a posição teleológica primária (posição originária do trabalho), ela busca sim, induzir um homem (ou vários homens) a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado (a gênese da divisão entre manual e trabalho intelectual). (p. 53)

Todavia, a educação ocupa um lugar estratégico na sociedade de classes que é de manutenção do status quo, via o desenvolvimento de projetos educativos que servem para a interiorização da alienação presente nas relações sociais de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2016). A prática pedagógica desenvolvida nas instituições de ensino pelo professor, por exemplo, pode ser caracterizada como trabalho ideológico (ALVES, 2013), isto é, o educador desenvolve uma ação sobre o sujeito que aprende, decidindo o que, como e quando se aprende. De acordo com FRIGOTTO (2000) “(...) é preciso ter claro que ao definir-se o conhecimento a ser trabalhado (conteúdos, processos, métodos, técnicas etc.), para ser orgânico, deve ter como ponto de partida a realidade dada dos sujeitos sociais concretos (p.178).” No entanto, muitas vezes, isso não ocorre, sendo a realidade vivenciada pelos sujeitos negada e colocada de lado pelos projetos educativos. Todavia, o próprio educador não tem consciência de seu papel na reprodução da ideologia dominante,

visto que seu trabalho também é alienado, pela mesma *captura da subjetividade*¹¹ do modo de produção capitalista – sob a vigência do toyotismo – que ele (educador), enquanto trabalhador ideológico legitima através de sua ação social (ALVES, 2013).

Enquanto nova forma tecnológica de produção do capital baseada na rede informacional, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional (ALVES, 2013, pág. 237).

Nessa sociabilidade, o indivíduo vende sua força de trabalho = mercadoria para se reproduzir socialmente e é através desta materialização que o sistema capitalista é legitimado. É com base na exploração da força de trabalho que se concretiza a lógica do capital, transformando-a em mercadoria geradora de valor de troca. Essa realidade concreta da exploração da força de trabalho não é de conhecimento de todos os trabalhadores, tendo em vista o processo de alienação que os mesmos vivenciam no processo produtivo, não se reconhecendo neste processo social.

As relações sociais de produção capitalisticamente reificadas não se perpetuam automaticamente. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos particulares “*interiorizam*” as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. (MÉSZÁROS, p. 265 e 266, 2016)

Contudo, o trabalhador quando materializa a sua força de trabalho em valor de troca, também materializa a alienação eminente do processo de produção capitalista. Alienação que possibilita o distanciamento do trabalhador do próprio trabalho, fazendo-o não se reconhecer enquanto ser social, tendo em vista o trabalho abstrato por ele desenvolvido. O trabalho alienado compromete o desenvolvimento do ser genérico do homem, tendo o mesmo “a captura de sua subjetividade”, passando a objeto que produz, tendo o seu direito e protagonismo enquanto sujeito negado, neste processo produtivo.

Os indivíduos particulares como indivíduos isolados estão à mercê da falsa consciência retificadora, porque as relações reprodutivas reais

¹¹ É a manipulação que busca controlar a consciência do homem que trabalha, afastando-o da possibilidade de viver uma vida plena de sentido. (ALVES, 2010)

historicamente dadas em que estão inseridos só podem funcionar com base na “personificação das coisas e retificação das pessoas”. (MÉZÁROS, 2008, p. 91)

Com o desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia, marcando a mudança da gestão da força de trabalho fordista para a acumulação flexível, bem como a luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, observamos muitos avanços no que se refere às jornadas de trabalho, aos direitos dos trabalhadores e ao próprio ambiente de produção. Com mais tempo livre, o trabalhador passa igualmente a ser alvo da necessidade da manipulação capitalista. Neste sentido Lukács (2010) nos chama a atenção de que

(...) um novo problema surge no horizonte dos trabalhadores, isto é, o problema de uma vida plena de sentido. A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. (...) o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (LUKÁCS, 2010, p. 129)

A reprodução da força de trabalho no capitalismo manipulatório¹², transcende a relação profissional do ser social, ela está presente na cotidianidade das relações construídas no interior desta sociedade. Nas relações entre os membros das famílias, nas relações das diferentes comunidades e estas com o Estado. De acordo com ALVES (2010, pág. 16): “sob o capitalismo manipulatório, mais do que nunca, a disputa pela subjetividade do homem que trabalha, tornou-se essencial para a reprodução social (...)”. No atual estágio de desenvolvimento, o capital coopta a subjetividade do trabalhador de forma que em qualquer lugar em que ele esteja inserido, está submerso em relações sociais capitalistas, orientadas pela manipulação do consumo, e as reproduz ainda que não tenham consciência disso.

Com base nisso, a *captura da subjetividade* do homem que trabalha, transcende a relação da compra e venda da força de trabalho. Ela insere-se na vida privada do ser social, ou seja, no modo de vida dos mesmos, visto que há a

¹² Diz respeito à emergência da sociedade de consumo de massa de mercadorias. Neste sentido, o capital é obrigado a manipular para poder vender os produtos-mercadorias e realizar a mais-valia contida neles. (ALVES, 2010)

necessidade de um modo de vida que sirva para a reprodução social (não mais o sujeito que apenas produz, mas o sujeito que consome em tempo integral) (ALVES, 2013). Todavia, fica claro o papel que a educação desenvolve, servindo como mais um instrumento hegemônico (SIMIONATTO, 2006) do Estado burguês em prol da reprodução social necessária ao projeto societário do capital.

Para que a sociabilidade capitalista se legitime ela precisa ser reproduzida, para além do sistema de produção da mercadoria. À medida que a mercadoria circula na vida cotidiana (consumo), atrelada a ela circulam valores e uma cultura que qualifica ou desqualifica o ser social que as consomem. Isto é, o ser social é constituído, nessa perspectiva, por aquilo que o seu dinheiro pode comprar. “Tudo isso é uma parte integrante da educação capitalista pela qual os indivíduos particulares são diariamente, e por toda parte, embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82).

A vida “capturada” é a vida manipulada intensa e extensivamente nas mais diversas esferas da vida social. A propaganda e o marketing, as imagens do desejo que permeiam os meios de comunicação de massa, as interpelações linguísticas que plantam novos conceitos no universo locucional (por exemplo, o trabalhador é colaborador), visam a “capturar” a subjetividade do homem-que-trabalha (ALVES, 2013, pág. 241).

No capitalismo manipulatório o objetivo é distanciar o humano genérico de suas capacidades humanas, potencializando as capacidades singulares do homem que trabalha (ALVES, 2010), visto a necessidade do cultivo das particularidades na formação da personalidade do sujeito. O sujeito em seu isolamento e distanciamento dos demais sujeitos não se reconhece no outro, levando a negação da consciência de classe. É o *homem em si* (BARROCO, 2008) na sua singularidade e no conformismo frente à exploração da sua força de trabalho.

Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e *manipulados* no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja. (MÉSZÁROS, 2008, p. 49)

No decorrer desse item, buscou-se discutir sobre a reprodução social do trabalhador, considerando a educação um importante instrumento a serviço do

capital. Contudo, ao mesmo tempo em que a educação atende aos interesses da classe dominante, pode constituir-se enquanto um importante espaço de resistência, através de práticas que possibilitem a mediação de uma formação do gênero humano *em si* para o gênero humano *para si*.

2.3. EDUCAÇÃO E A MEDIAÇÃO DO GÊNERO HUMANO EM SI PARA O GÊNERO HUMANO PARA SI¹³

A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47)

Contudo, ao mesmo tempo em que a educação atende aos interesses da classe dominante pode constituir-se num importante espaço de resistência, através de práticas que possibilitem a mediação de uma formação do gênero humano *em si* para o gênero humano *para si*. Para a construção de uma educação para além do capital é necessário, parafraseando Mészáros 2008, pensarmos em um projeto societário para além do capital.

Mas para tornar essa verdade algo óbvio, como deveria ser, temos que reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instruir, também aí, uma reforma radical. Isso não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de *internalização* fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal. (MÉSZÁROS, 2008, p. 55)

Precisamos compreender que apesar do papel central que a educação possui na reprodução social da sociedade de classes, no interior das instituições educativas existem projetos societários em disputa assim como aponta o grupo a seguir, expressando uma síntese dos trabalhos analisados e que abordaram a categoria educação enquanto espaço de disputa entre dois projetos societários.

¹³ Ser social que possui o desenvolvimento de suas capacidades humanas. Eleva-se ao humano-genérico (BARROCO, 2008).

(...) a educação se edifica enquanto processo social, que tensionado pelas relações que se estabelecem no seio da humanidade, pode intencionalizar um determinado projeto societário, estando a serviço da reprodução da conformação e, por conseguinte dos processos de exploração e expropriação, ou pode está a serviço dos interesses da classe trabalhadora, articulado seus ideais, alianças e esforços no confronto de projetos. (T63, CBAS, 2016)

A educação é um importante instrumento que pode ser considerado sobre dois vieses: o da manutenção do sistema produtivo vigente e o do olhar emancipador que usa o sistema de ensino como meio de politizar os sujeitos em prol da criação de alternativas ao capitalismo. (T46, CBAS, 2013)

Portanto, a educação, como instrumento social, possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, que instrumentalizará o homem para se opor às diferentes formas de opressão e alienação, próprias da sociedade capitalista. (T02, ENPESS, 2016)

Os trechos anteriores abordam a contradição presente no âmbito da educação ao trazerem, de um lado, a possibilidade de reproduzirmos a ideologia dominante através de práticas educativas, materializando assim o projeto de educação burguesa pensado para atender aos interesses do capital, e de outro lado, a possibilidade de se constituir práticas educativas de resistência que possam se concretizar em espaços para a materialização de projetos educativos emancipatórios, ou seja, espaços concretos para a efetivação de ações que visam a participação, a mobilização e o protagonismo dos sujeitos na construção de uma proposta de educação que esteja de acordo com os interesses da classe trabalhadora. Uma proposta educacional pensada pela e para a classe, solidificando a possibilidade de democratização deste direito social. Precisamos como destaca FRIGOTTO (2000)

Disputar o controle hegemônico dos projetos educativos, dos avanços engendrados pela construção de conhecimentos, direcionar estes avanços de forma a tirá-los da esfera privada (do controle pelos interesses do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora), elevando-os ao controle democrático da esfera pública, contribuindo desta forma para a satisfação das necessidades humanas da classe trabalhadora. (p.139)

A luta social engendrada pela disputa de espaço para a materialização de projetos educativos contra hegemônicos deve ser respaldada pelos interesses da

classe trabalhadora que precisa ser ouvida e inserida neste processo através de ações que promovam o seu protagonismo e mobilização na busca pela ampliação de canais de participação na gestão e controle social da Política de Educação. Parafrazeando FRICOTTO (2000, p. 136) “(...) o espaço educativo como um locus importante da luta e construção da democracia substantiva.” A disputa por espaço e recursos para a efetivação de um projeto de educação voltado para o povo exige se pensar em uma educação para além do capital e vislumbrar outro projeto societário (MÉSZÁROS 2008). Para tanto,

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. (MÉSZÁROS, 2008, p. 48)

Todavia, enquanto profissionais, assistentes sociais, somos instigados pelo Projeto Profissional a resistir às práticas que contribuam para os processos de subalternização da classe trabalhadora. Sendo que a inserção dos assistentes sociais na Política de Educação poderá possibilitar a mediação da materialização de processos sociais emancipatórios, processos esses reiterados pelo Projeto Profissional do Serviço Social, trazendo assim o compromisso profissional com princípios¹⁴ que balizam a educação emancipadora. Educação esta, expressa em vinte e quatro dos trabalhos analisados:

(...) deve ser concebida como uma função social de caráter popular e democrático, como instrumento de luta e de emancipação, os privilégios devem ser eliminados a fim de conquistar uma educação para todos. Atualmente deve oferecer além do conhecimento, a igualdade de oportunidade e a autonomia do estudante. (T12, ENPESS, 2012)

(...) a proposta de educação que orienta a práxis dos assistentes sociais, não pode ser aquela que reproduz as relações sociais presentes na sociedade, mas antes, uma educação orientada para a promoção do ser humano enquanto sujeito coletivo. A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a

¹⁴ Podemos destacar como tais princípios: o respeito à diversidade humana; a defesa aos direitos humanos; o combate à intolerância, ao preconceito e a discriminação; o fomento a participação, o protagonismo e a autonomia dos sujeitos; a afirmação da gestão democrática; o incentivo a mobilização, organização e o controle social, dentre outros.

referência a uma concepção de educação emancipadora (...) (T15, ENPESS, 2014)

Dessa forma, é necessário ter como norte de discussão uma concepção de educação que não se dissocie das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais, em um sentido amplo e articulado com diversas outras políticas sociais, de modo a propiciar condições para um processo de formação de autoconsciência, que permita desvelar, denunciar e superar as desigualdades sociais que entrecruzam a sociedade capitalista e que se agudiza em forma de barbárie na realidade atual. (T69, CBAS, 2016)

Os extratos em questão representam um comprometimento ético e político profissional com uma educação que se quer crítica, como mediadora para a construção de outra forma de sociabilidade. Abordando a educação como categoria que não deve estar dissociada da luta social pela efetivação dos demais direitos sociais (T69, CBAS, 2016). Colocando a mesma enquanto estratégia que objetiva a formação política e a mobilização social dos sujeitos coletivos, potencializando a luta pela ampliação e democratização da educação e dos demais direitos. Ao nos comprometermos com os princípios que orientam uma educação emancipadora, ou como nos aponta TONET (2005), atividade educativa emancipadora, precisamos ter a clareza que temos como horizonte a emancipação humana. Emancipação que só é possível em outra sociabilidade, como já mencionado, onde o trabalho se constituirá em uma atividade eminentemente livre.

No entanto, nos indagamos: que tipo de educação é possível nesta sociabilidade? Entendemos a educação enquanto mediação entre o indivíduo e a sociedade (TONET, 2005), sendo responsável pela reprodução social que, na sociabilidade do capital, prepara o sujeito para a execução do trabalho abstrato, destituído de sentido. Todavia, compreendemos que há disputa entre os projetos educativos, sendo possível através de atividades educativas de resistência, atuar na perspectiva de construção de conhecimento da realidade social concreta, ou seja, partindo da realidade vivenciada pelos diferentes segmentos da classe trabalhadora presentes nas instituições educativas, sobre as contradições e a lógica que fundamenta a sociabilidade do capital. Sendo, tais atividades educativas articuladas com as lutas travadas pela classe trabalhadora que passa a inserir-se de forma mais específica na Política de Educação a partir da década de 1990. Trabalhar com a realidade vivida pelos diferentes segmentos da classe, suas lutas e conquistas,

buscando a participação e o protagonismo na construção de projetos educativos voltados para as suas necessidades é algo possível de ser trabalhado, visto que o projeto de educação burguesa não é um fim em si mesmo e a alienação por ele legitimado não se constitui em sua totalidade, sendo possível pelas próprias contradições desta sociabilidade haver resistência e luta na busca de outro projeto societário.

Assim sendo, a educação emancipadora (atividades educativas emancipadoras) pode ser entendida por um conjunto de ações que visam à formação integral sujeito, buscando o desenvolvimento de sua autonomia, criatividade, participação, sendo capaz de apreender criticamente a realidade por ele vivida, contribuindo para a transformação social e para a ampliação dos mecanismos de luta pela democratização da sociedade.

(...) A questão em jogo não é simplesmente a mudança política das instituições de educação formal. Como vimos, Marx ressaltou com veemência a continuidade ontológica objetiva do desenvolvimento do capital, corporificada em *todas* as formas e instituições do intercâmbio social, e não meramente as mediações de segunda ordem diretamente econômicas do capitalismo. É por isso que a tarefa de transcender as relações sociais de produção capitalisticamente alienadas deve ser concebida no quadro de referência global de uma estratégia educacional socialista. Esta última, contudo, não deve ser confundida com alguma forma de utopismo educacional. (MÉSZÁROS, p. 266, 2016)

O desenvolvimento de atividades educativas emancipadoras não levará a uma mudança estrutural no âmbito da educação, pois essa só será possível com a universalização da educação e do trabalho como atividade humana autorrealizadora (MÉSZÁROS, 2008). No entanto, poderá possibilitar a superação dos processos alienantes que constituem o *homem em si*, capturado pela sua singularidade, dando espaço para o desenvolvimento da consciência do *homem para si*, em constante busca e desenvolvimento de suas capacidades humanas ao longo da vida. De acordo com Mézáros (2008) ao referir-se a Marx:

Ele estava plenamente ciente do fato de que sem a dedicação consciente das pessoas à realização da tarefa histórica monumental de instituir uma ordem sociometabólica radicalmente diferente e viável de reprodução não poderia haver êxito (MÉSZÁROS, 2008, p.116)

Para o desenvolvimento de práticas educativas contra-hegemônicas é necessário trabalharmos com as contradições postas na realidade, compreendermos que concepções de educação estão em disputa (educação burguesa e/ou educação emancipadora), que projetos societários correspondem, para que assim possamos planejar ações que comecem a colocar em discussão práticas de subordinação e de tutela, vislumbrando a possibilidade de construção, na realidade concreta, de outras práticas educativas desenvolvidas pela Política de Educação, práticas essas que sejam capazes de mediar o desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora de sua própria condição de classe na legitimação da sociedade capitalista.

Em outras palavras, a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da “manutenção e/ou mudança” – num período relativamente estático, muito mais de “manutenção” do que de “mudança”, ou vive e versa no momento em que houver uma grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos – de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50)

Precisamos compreender esta categoria a partir de sua totalidade histórica desde sua institucionalização pelo Estado, ou seja, entender a sua gênese que está ligada as ações reguladoras do Estado para poder criticamente atuar na dinâmica desta política, compreendendo a sua capacidade de transformação. Para FREIRE (1996), à educação tem a possibilidade de transformação social, através de processos pedagógicos que promovam a mediação da cultura de subalternidade e da reprodução das relações sociais para uma pedagogia da autonomia dos sujeitos, através de práticas verdadeiramente democráticas. Uma educação que ao reproduzir o grande capital também resiste a essa reprodução e tem potencial para desenvolver processos educativos contra-hegemônicos, que promovam práticas baseadas na participação e no protagonismo dos sujeitos.

Neutra, indiferente a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da História e da consciência.

(...) Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativa crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante. (FREIRE, 1996, p. 61)

A reflexão ética em torno desta categoria (educação) deve permear o trabalho dos assistentes sociais presentes na dinâmica da Política de Educação, tendo em vista que a concepção implícita nas atividades desenvolvidas contribui para a legitimação do modelo instituído de educação ou pode representar uma alternativa de superação do modelo de educação burguesa. De acordo com BARROCO (2008):

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes (pág. 55).

Com base nisso, na sociedade de classes, há um processo educativo que é reiterado pela operacionalização da Política de Educação, que legitima o trabalho alienado, através da ideologia dominante de manutenção do *status quo*, cujo objetivo obviamente é manter o proletariado “no seu lugar” (MÉSZÁROS, 2008). Logo, ao mesmo tempo em que a educação reproduz a força de trabalho alienado e uma formação humana do homem *em si*, contribuindo para a legitimação do capitalismo, pode, esta educação, como já apontado, desenvolver um conjunto de conhecimentos necessários para uma formação crítica da classe trabalhadora, capaz de relacionar os diferentes conhecimentos construídos com a realidade vivida pela sociedade de classes, ou seja, propiciar o desenvolvimento da reflexão ética, através da suspensão da cotidianidade (BARROCO, 2008) e da mediação de uma formação do homem *para si*. O processo de desalienação só é possível em sua plenitude em uma sociedade onde o trabalho seja universalizado, sendo possível que o processo educativo desenvolvido no ato do trabalho conecte o ser social com o desenvolvimento de suas capacidades humano genéricas.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (...). Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “efetiva transcendência da autoalienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2008, P. 65).

Na perspectiva trabalhada por Mézáros (2008) e compartilhada pela referida pesquisadora, a educação, enquanto importante categoria para a manutenção do *status quo* deve ser compreendida como possibilidade estratégica para o desenvolvimento de projetos educativos contra hegemônicos e de resistência ao poder subalternizante do projeto de educação burguesa. A expansão do acesso a Política de Educação no Brasil, a partir da década de 1990, para além de ser uma estratégia burguesa reiterada pelos organismos internacionais, deve ser entendida pelos profissionais inseridos nesse espaço de atuação como importante mecanismo para se operacionalizar uma proposta de educação mediada pelos interesses da classe trabalhadora.

No decorrer do presente capítulo foi realizada a análise da categoria *educação*, com ênfase na educação institucionalizada pelo Estado e o lugar que ocupa na sociedade de classes. Para tanto, se fez necessário resgatar a relação indissociável entre educação e trabalho instigada por MÉSZÁROS (2008), proporcionando o entendimento de que uma categoria está ligada à outra, sendo que para compreendermos uma em sua totalidade histórica e contradição, devemos compreender a outra, com vistas a uma intervenção crítica na realidade social concreta. Como discutimos, a educação atua na reprodução da força de trabalho, através de uma formação que contribui para a internalização da ideologia dominante que afasta do ser social a possibilidade do desenvolvimento enquanto humano genérico, da mesma forma que pode contribuir, enquanto espaço de resistência, através de projetos educativos que possibilitem a formação crítica da classe trabalhadora, respaldada por princípios de uma educação emancipadora. Com base nisso, é necessário analisarmos como a Política de Educação se materializa na realidade social, constituindo-se enquanto espaço de atuação profissional, inclusive para o Serviço Social. Aspecto a ser discutido no próximo capítulo.

3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A SUA CONFORMAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

A partir das mudanças no marco regulatório da Política de Educação, tensionado pela Constituição Federal (1988), resultando na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), esse campo de atuação profissional começa a ser discutido pelos órgãos de representação da categoria profissional, visto a crescente inserção profissional nesses novos espaços de trabalho ligados a educação, sinalizando para o Serviço Social a necessidade da construção de conhecimento crítico dessa realidade. O presente capítulo se propõe a discutir sobre como a Política de Educação vai se consolidando um emergente espaço de atuação profissional. Para tanto, é preciso analisar como se operacionaliza a Política de Educação no Brasil, a partir de 1996, tendo como desdobramento a inserção do Assistente Social no quadro profissional, tanto nos eixos de gestão, quanto de execução da política.

3.1. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. (CFESS, p. 19, 2012)

As significativas transformações ocorridas no Brasil a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), fruto das mobilizações sociais na década de 80, pela democratização do país e pela consolidação dos direitos sociais, tais como a educação, irão influenciar a mudança do marco regulatório desta política pública, impactando na operacionalização da mesma. Paralelo à regulamentação da educação, enquanto direito social, público e subjetivo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), emerge a adoção

da perspectiva neoliberal na gestão do Estado. Fator que influenciará na garantia do direito à educação pública comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

A chamada contrarreforma do Estado expressa o desmonte dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, através da reestruturação produtiva, o enfraquecimento dos sindicatos, o corte dos investimentos do Estado na gestão pública, o desemprego, a informalidade do trabalho, a desregulamentação e a abertura dos mercados. Contudo, para enfrentar mais uma das crises cíclicas do capitalismo, o Consenso de Washington (1989), irá estabelecer, para os países da América Latina, um conjunto de estratégias referenciadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, visto a necessidade de negociação de suas dívidas externas, levando tais países a vivenciarem ajustes estruturais, no caso do Brasil, a partir da década de 90. Esses ajustes são reiterados a partir de 2016 por uma nova onda de desmonte dos direitos sociais que assola o país, através de um conjunto de contrarreformas neoliberais como estratégia de superação da crise econômica mundial iniciada em 2008 e que é agravada no Brasil por uma crise política que resultou em um Golpe de Estado no ano de 2016 da então Presidenta eleita Dilma Rousseff, levando ao poder o vice Presidente da república Michel Temer. De acordo com LIMA (2017):

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do corrente ano (2016), o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia em sua luta pela reprodução do capital. Nesta luta, uma das suas principais ações é, justamente, o ataque virulento aos direitos da classe trabalhadora. (p. 102)

A conjuntura política e econômica brasileira atual reserva à área da proteção social, por intermédio de pacotes de ajustes (Novo Regime Fiscal/ Emenda Constitucional 95/2016, pacotes que buscam a Reforma da Previdência Social e das Leis Trabalhistas), sérios riscos aos direitos consolidados pela Constituição Federal através da focalização das políticas sociais, com pouco investimento e com ênfase em ações privatizadoras dos serviços prestados pelo Estado. Tais ações são justificadas enquanto estratégias de superação da crise econômica, indo tais estratégias contra a garantia de direitos da classe trabalhadora e a favor da

consolidação da acumulação de propriedade privada da burguesia - sendo esta protegida na sua atividade de exploração da classe trabalhadora e esta última sendo sacrificada pela sua condição de classe subalterna ao capital.

Todavia, as agências internacionais, tais como ONU, FMI, OMC, Banco Mundial e Unesco, assim como orientam tais ajustes, também propõem o combate à pobreza extrema através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, no qual o Brasil é signatário, dentre elas a universalização da Educação Básica. A gestão da Política de Educação no Brasil é constituída por um conjunto de ações engendradas pelo Governo Brasileiro para a universalização da oferta da educação como estratégia para alcançar os índices previstos pelas agências internacionais.

Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados. Por esta trilha podemos perceber que tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos ficam subordinadas à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão. (FRIGOTTO, 2000, p.145).

As ações governamentais de universalização e de melhoria dos índices de desenvolvimento da educação são fruto das transformações no mundo do trabalho e das lutas e mobilizações sociais na busca pela garantia e efetivação de direitos, o que irá desencadear no interior da escola a necessidade de mudanças vista a obrigatoriedade da Educação Básica. Essa ideia resulta no acesso *de todos* em idade referida por lei, a uma educação que dê conta de tais transformações, alcançando assim, os índices de qualidade projetados pelo Plano Nacional de Educação até 2024. Se por um lado, as ações empenhadas, a partir de lutas e tensões sociais para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, beneficiarão a população que terá acesso à escola e a programas que buscam a manutenção e o desenvolvimento da educação, por outro, tais ações estão vinculadas as exigências dos organismos internacionais em elevar os índices da educação, o que corrobora para a manutenção do Brasil no lugar que ocupa na economia mundial, enquanto país capitalista dependente.

(...) a “melhoria da educação” não constituía propriamente um fim, mas um meio a serviço de objetivos inscritos em um projeto mais amplo de domínio e hegemonia. (...) a “reforma” viabilizava a ampliação da esfera de ação do grupo dirigente na reorganização das relações políticas em diversas escalas, fornecendo novos lastros para sua atuação nas negociações externas e internas. Em termos da política externa, a mudança rápida nos indicadores educacionais, por exemplo, era um item importante na negociação do ingresso do Brasil no novo cenário de relações internacionais, que implicava políticas sociais e econômicas condizentes com os interesses do capital. (ALGEBAILLE, 2004, p. 60 e 61)

Baseado nisso, podemos destacar como forte contradição presente na Política de Educação no Brasil e que carrega a historicidade do surgimento da mesma no país, é de que as ações de *expansão do acesso* à educação, objeto das lutas sociais e da conquista da educação como direito social e dever do Estado, expressa e regulamentada por Lei, *disputam com a oferta* de uma educação escolar ligada aos interesses da classe dominante que se utiliza de um discurso de universalização e de democratização da educação para materializar o projeto de educação burguesa na medida em que legitima o Brasil enquanto país de capitalismo dependente ao mercado mundial e as diretrizes neoliberais ditadas pelos organismos internacionais.

Contudo, o que vivenciamos no Brasil a partir da década de 90 é uma forte expansão do acesso, trazendo para o âmbito escolar segmentos da classe trabalhadora até então à margem deste direito. Este, sem dúvida é um importante avanço expresso através da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996. No entanto, o aumento da cobertura da educação escolarizada, ou seja, a expansão quantitativa de matrículas no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e no governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), não consegue através de programas e projetos ir além de ações de ampliação do acesso e da permanência, deixando as condições que este acesso e esta permanência se processam na realidade social em segundo plano. A democratização da educação e a universalização do acesso à escola (a faixa etária obrigatória), de acordo com Fernandes (1966) são coisas distintas. Para o autor, a democratização da educação diz respeito à distribuição equitativa das oportunidades educacionais.

(...) a democratização do ensino traduz uma nova avaliação social do homem, da natureza e de sua importância para a sociedade. Na base do processo se acha uma ordem social que se inspira na crença da igualdade

social e se funda (ou deve fundar-se) em mecanismos igualitários de organização do poder. (...) Em suma, a democratização do ensino pode ser apreciada tanto como requisito da ordem social democrática, quanto como fator para seu aperfeiçoamento. (FERNANDES, 1966, p. 124)

Como discutiremos a seguir, os programas e os projetos que constituem a Política de Educação no Brasil se estruturam nos eixos de acesso e de permanência, visando que a população que não era atendida pela educação escolarizada possa acessá-la e nela permanecer com o intuito de certificação ao final de cada etapa ou modalidade cursada. Destacamos que as ações de ampliação do acesso se materializam através de um projeto burguês de educação, como discutido no capítulo anterior, pensado e estruturado para atender a elite brasileira (FERNANDES, 1966), não havendo uma discussão e uma reorganização de um projeto de educação voltado aos interesses da classe trabalhadora, que passa a acessar a política, mas que ainda assim está à margem dela.

Para atender o que preconiza a legislação nacional, bem como os documentos internacionais - os quais o Brasil é signatário - o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, cria o Programa de Desenvolvimento da Educação/PDE (BRASIL, 2007) que estabelece como plano estratégico o Plano de Metas: Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007) para a melhoria da qualidade da Educação Básica. Para a execução do referido plano, instituído através do Decreto nº 6.094/2007, os entes federados (Estados, Municípios e o Distrito Federal) deverão a partir de Termo de Adesão, elaborar, através de diagnóstico da realidade de suas respectivas redes de ensino e com base no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) o chamado Plano de Ações Articuladas (PAR), recebendo assim recursos do governo federal, através de fundo público, para a execução.

Os recursos vinculados destinados à Educação (mínimo de 18% da receita anual, conforme Artigo 212 da Constituição Federal/1988) são repassados pela União, aos entes federados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) implantado em 2007, em substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Para calcular o

valor do repasse dos recursos a cada rede de ensino, dos entes federados, a União utiliza-se do Censo Escolar do ano anterior, ou seja, número de matrículas informadas pelas escolas.

Além dos recursos investidos pela União, cabe aos entes federados aplicar no mínimo 25% de sua receita na operacionalização da Política de Educação nas referidas redes de ensino (municipal e estadual), conforme determina o Artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996): “A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas (...)”. Os recursos destinados, como em qualquer outra política pública, devem ser monitorados através do controle social da sociedade, por meio dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal) e Conselhos Escolares, unidades de controle social dentro de cada escola. Os Conselhos Escolares são compostos por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar (pais/responsáveis, funcionários, professores e alunos), sendo atendido, assim, o que regulamenta a legislação que dispõe como um dos princípios da educação pública, a **gestão democrática**.

Podemos citar, dentre outros, como programas mantidos pela União, através do FNDE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante alimentação diária aos alunos; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), destinado a alunos oriundos da região rural dos referidos municípios e para alunos com deficiência. Para os estudantes vinculados a Educação Superior, modalidade presencial, de cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, foi instituído através do Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007 da Presidência da República, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, bem como na Portaria Normativa nº 39, de 12 de 2007 do Ministério da Educação, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Todos esses programas, tanto os vinculados à Educação Básica, quanto os da Educação Superior possuem como foco a ampliação do acesso e a busca da permanência dos estudantes nas instituições educativas.

A Política Pública de Educação Nacional divide a educação escolar em Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior, conforme expresso no Título V, Capítulo I, artigo 21 da LDB (BRASIL, 1996). Contudo, o conjunto de programas governamentais e as parcerias público-privadas, previstas pela legislação, possuem como foco o acesso e a permanência, como mencionado anteriormente, dos alunos nos diferentes níveis e modalidades (prevendo o atendimento da Educação Infantil até a Educação Superior). Além da obrigação legal no atendimento à educação pelos entes federados, assim como expresso no Título IV (Da Organização da Educação Nacional), artigos 9º, 10º e 11º, cabe também ao poder público autorizar, credenciar e supervisionar instituições privadas que ofertam a educação formal que fazem parte do respectivo sistema de ensino (Sistema Nacional: instituições que ofertam a Educação Superior; Sistema Estadual: instituições que ofertam Ensino Fundamental e Médio; Sistema Municipal: instituições que ofertam Educação Infantil).

Para a efetivação dos programas e projetos governamentais na área da Educação, o Ministério da Educação planeja suas ações através do Plano Nacional de Educação (PNE). O atual PNE (2014/2024), construído em conjunto com os diferentes segmentos da sociedade através da Conferência Nacional de Educação de 2009 e 2014, possui dez diretrizes e vinte metas com suas respectivas estratégias possuindo como foco principal a universalização e a ampliação do acesso nos diferentes níveis, com ênfase na Educação Básica, visto a necessidade de atendimento da Emenda Constitucional 59/2009 que prevê a universalização da Educação Básica dos quatro aos dezessete anos. Contudo, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. Destacamos como avanço a emenda Constitucional 59/2009 ampliando a cobertura de obrigatoriedade, fazendo com que os entes federados passem a ofertar a Educação Básica a partir dos 04 anos, e não mais o Ensino Fundamental dos 06 aos 14 anos o que fazia com que os municípios não investissem efetivamente na Educação Infantil e os estados no Ensino Médio, o que poderia resultar na saída da escola dos adolescentes de 14 anos, sem a possibilidade de cursar o Ensino Médio.

Na atual legislação, tanto o Estado e Municípios, quanto a família, têm a obrigação de garantir a educação a crianças e a adolescentes podendo, ambos, ser indiciados caso negligenciem esse direito. Aspecto que resulta em ações de cooperação entre escolas, Conselhos Tutelares e Ministério Público a fim de buscarem o retorno dos alunos à escola, acionando as partes envolvidas a atuarem nos fatores que culminaram na infrequência escolar. Podemos destacar esse aspecto como um avanço com a criação de dispositivos legais que permitem a cobrança jurídica do direito social à educação podendo representar a constituição de novas frentes de lutas sociais por melhorias no acesso e na oferta da educação no Brasil.

A partir disso, assistimos a emergência da frequência escolar como um condicionante na constituição de programas sociais. Nesse sentido, podemos citar o Programa Bolsa Família, que é um programa desenvolvido em parceria com as Políticas de Saúde e Assistência Social, cuja transferência de renda está atrelada à condicionalidade da frequência escolar (BRASIL, 2004). Assim sendo, o programa de transferência de renda, cuja estratégia é a redução da pobreza, com base nas Metas de Desenvolvimento do Milênio (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é aplicado de forma conjunta com a Política de Educação e Saúde, visto que essas três dimensões (renda, educação e saúde) constituem os pilares para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O gerenciamento do Programa Bolsa Família pela escola, no que compete ao controle e acompanhamento da frequência escolar e da participação da Política de Educação no comitê gestor do Programa, poderá trazer para o âmbito da educação uma importante discussão sobre o papel atribuído à escola neste período histórico e principalmente à função desempenhada pela Política de Educação como estratégia de enfrentamento à pobreza em detrimento muitas vezes de programas que poderiam buscar o redimensionamento das ações educativas da escola. Observa-se essa importância também no que compete a construção de conhecimentos críticos referente à realidade social e das condições vivenciadas pelos distintos segmentos da classe trabalhadora, que acessam as diferentes etapas e modalidades da educação nacional, almejando a materialização de Projetos Políticos Pedagógicos que se atentem aos interesses dos sujeitos atendidos, parafraseando Fernandes

(1966): “redefinindo o uso social da educação através de novas concepções educacionais e da correspondência efetiva para com as exigências educacionais da nossa época.” (p.129)

As lutas sociais pelo direito à educação pública, culminando na LDB de 1996, legitimam importantes conquistas e avanços no que concerne a ampliação do direito de acesso a educação de segmentos que até então estavam fora deste espaço. Podemos destacar, dentre outros, como avanços:

- o reconhecimento da “Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica” (art. 29), assim, a nova legislação educacional marca uma mudança em relação ao papel do Estado para com a faixa etária de zero a 05 anos que passa a ser o de *educar e cuidar*. Essa mudança, no marco regulatório, estabelece uma nova rearticulação por parte dos Municípios, no atendimento a essa faixa etária, tanto no que se refere à oferta de atendimento, quanto à operacionalização, visto a mudança do atendimento que antes era realizado pela Política de Assistência Social, passando a ser de competência da Política de Educação;

- a educação especial é expressa como modalidade que perpassa todas as etapas, trazendo o atendimento às pessoas com deficiência preferencialmente nas escolas “regulares” e não mais exclusivamente em escolas especiais, sendo regulamentado a partir disso o direito ao atendimento educacional especializado, feito por equipe multidisciplinar que deverão atuar na referida política;

- expressa a gestão democrática como princípio que deve nortear as ações políticas e pedagógicas da educação escolar, sendo orientada a constituição em cada unidade de ensino um conselho escolar, instituindo assim o controle social;

- expressa a educação de jovens e adultos como direito aos que não tiveram acesso à escola na idade adequada, sendo assim, oferecido o ensino regular noturno;

- o aumento do período de escolarização obrigatório, com a ampliação da faixa etária de 07 a 14 (Ensino Fundamental) para a obrigatoriedade de 04 a 17 anos (Educação Básica), aumentando o tempo de escolarização mínima de 08 anos para 14 anos.

Por outro lado, tais avanços expressam muitos desafios no que compete à oferta da educação que se almeja pública e com qualidade social. Essas

modificações ocasionadas através da mudança do marco regulatório expressam uma reorganização da Política de Educação no Brasil, atuando em um grande processo de expansão do acesso, no entanto, somos desafiados enquanto profissionais assistentes sociais inseridos na política a pensarmos e atuarmos na construção de estratégias para os problemas vivenciados de cunho qualitativo. Como já destacado por Fernandes (1966), a universalização do acesso à escolarização obrigatória, está longe de ser considerada a democratização da educação. Visto que, para ocorrer, as bases que fundamentam a educação no Brasil devem ser transformadas. Pois, da maneira como a educação se processa no país, pensada para uma elite e não para o povo, irá, por mais que sua cobertura seja ampliada aos diferentes segmentos da classe trabalhadora, continuar a servir aos interesses do Estado Burguês. Visto que, ampliaram-se as condições de acesso, sem se modificar as bases que essa oferta se processa, sem discutir o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, bem como as concepções de educação em disputa e as práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da escola pública. Instituições educativas tradicionais que não sofreram uma reorganização na sua estrutura, tanto física, quanto pedagógica para atender a diversidade das diferentes culturas e as particularidades pedagógicas dos sujeitos.

Teimamos em preservar modelos de organização das escolas e padrões de avaliação do ensino de uma era em que a educação escolarizada se destinava a elites de composição rala, altamente fechadas, privilegiadas e egoístas. Ora, uma coisa é a educação de elites e para as elites; outra, bem diversa, é a educação do Povo para o Povo. (FERNANDES, 1966, p. 349)

Contraditoriamente, o modelo de educação burguesa, pensada para as elites, como destaca Fernandes (1966), tem através do tensionamento proporcionado pela inserção do povo, ou seja, pelo acesso dos diferentes segmentos da população a este direito social – como, por exemplo, o público alvo das ações afirmativas e da Lei de Cotas (Lei Federal nº 12.711/2012), expressando importantes conquistas das lutas sociais desses públicos –, a disputa de espaço, a luta pelo respeito à diversidade e a busca pelo atendimento de suas necessidades no âmbito educacional. Aspectos que movimentam a operacionalização da Política de Educação, através do tensionamento inerente aos projetos em disputa que irão

fomentar a necessidade de mudanças, deixando muitas vezes a educação em uma encruzilhada que se pauta ora por forças inovadoras, ora por forças conservadoras.

Ao longo de toda a história da expansão da oferta educacional elementar no Brasil, um dos seus mais importantes aspectos diz respeito ao fato de que a ampliação do acesso levou gradualmente para a escola segmentos populacionais cuja integração aos núcleos mais modernos da vida social e econômica do país não apenas não havia se dado, como, em alguma medida, não estava efetivamente “prevista”. (ALGEBAILÉ, 2004, P.113)

No entanto, por compreendermos as contradições da realidade social e o seu movimento dialético apreendemos que mesmo que as transformações nas bases que fundamentam a educação no Brasil não terem sido alteradas até então, a partir da inserção dos diferentes segmentos da classe trabalhadora no interior das instituições educativas, temos a oportunidade e somos desafiados, enquanto profissionais, a pensar em estratégias que subsidiem uma educação que seja voltada aos interesses da classe trabalhadora, sendo pensada e planejada pelos seus diferentes segmentos.

Não basta, por exemplo, duplicar ou triplicar a capacidade demográfica das escolas, para atender às necessidades educacionais mais prementes do povo. Estamos obnubilados pelos problemas quantitativos, em virtude de sua magnitude e porque eles são chocantes, em vista de nossas pretensões de “Nação civilizada”. Contudo, atrás deles se escondem problemas ainda mais complexos, de solução deveras difícil. São problemas educacionais qualitativos, que envolvem a mobilização de recursos educacionais que permanecem inaproveitáveis e que exigem uma total reviravolta de nossas práticas pedagógicas. (FERNANDES, 1966, p. 369)

Por outro lado, a precarização estrutural do atendimento oferecido para a população irá impactar diretamente no tipo de prática pedagógica oferecida aos sujeitos. As ações de ampliação das vagas, sem as modificações estruturais necessárias no interior das instituições educativas geram problemas que não podemos nos eximir, são problemas concretos e estão cotidianamente presente. Escolas superlotadas, salas improvisadas, são realidades vivenciadas na oferta da educação pública brasileira. Realidade que se complexifica quando se trata do atendimento às pessoas com deficiência que, ao terem matrícula garantida e obrigatória, encontram além de estruturas precárias, a ausência de acessibilidade, tanto estruturais, quanto pedagógicas. Vivemos na realidade uma situação de

precarização e negação do direito a uma educação pública de qualidade. Temos, com isso, o acesso garantido a uma escolarização que muito serve para a legitimação do capital. Estamos lidando com a ampliação de números de matrículas, como indicadores do desenvolvimento social e como indicadores de uma pseudo universalização da educação no Brasil, que começa a experimentar a partir da década de 90 ações que visam a ampliação, protagonizada por um lado, pelo pacote de ajustes neoliberais, ditados pelos organismos internacionais e por outro, pelas conquistas das lutas sociais inscritas ao longo da constituição sócio histórica do Brasil que teve o acesso a este direito negado a maioria da população por ser um direito tido como privilégio social das elites e pensado para as elites (Fernandes, 1966). Como resultado dessa prática, temos aproximadamente 13 milhões de analfabetos no Brasil, conforme dados divulgados através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE, 2017), sendo que 6,5 milhões são idosos e 4,4 milhões possuem entre 40 a 59 anos de idade. Realidade que demonstra a trajetória sócio histórica do Brasil de negação da educação como direito social, expressando a falta de acesso da população à educação mesmo com o reconhecimento desse direito na década de 30, tendo, na Constituição Federal de 67 e LDB de 71, a obrigatoriedade da escolarização dos 07 até os 14 anos.

No entanto, o que presenciamos no Brasil a partir da atual LDB nos governos Fernando Henrique Cardoso e nas gestões petistas no Brasil até 2016, foi uma crescente ampliação nas ações do acesso e da permanência de diferentes segmentos da classe trabalhadora, longe, no entanto, de ser uma democratização da educação, mas que por intermédio desse acesso e dos impactos que a presença dos diferentes segmentos da classe trabalhadora traz para o âmbito educacional, suas pautas e bandeiras de lutas propiciam que a dinâmica das instituições educativas seja repensada, desde a acessibilidade estrutural, até as concepções de educação implícitas nos projetos Políticos Pedagógicos que se materializam através das ações educativas cotidianas. Esta contradição acompanhará a inserção dos assistentes sociais na Política de Educação, devendo estar clara aos profissionais para não se correr o risco de a atuação nesse importante espaço sociocupacional se resumir na operacionalização das ações governamentais referentes aos eixos de acesso e permanência, reproduzindo a educação pensada pela burguesia para a

classe trabalhadora, atendendo assim os interesses da classe dominante, de manutenção e reprodução da força de trabalho subalterna ao capital. Utilizando-se das palavras de Fernandes (1966) os profissionais que atuam no âmbito educacional precisam apreender que “(...) sob o pretexto de que carecemos de mais escolas, ignoramos o fato básico de que precisamos de outros tipos de escolas (...)” (p. 351).

Como princípios que organizam qualquer ação na Política da Educação a universalidade e a obrigatoriedade (dos 04 até os 17 anos), estão acompanhadas de programas e projetos que possuem o acesso e a permanência como pilares para o desenvolvimento da política. No entanto, embora sejam visíveis os avanços na ampliação do acesso, principalmente na Educação Básica, as taxas de evasão e retenção escolar ainda são altas, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, indicando que muitos jovens sequer terminam esta etapa da Educação Básica. O gráfico a seguir demonstra o número de alunos, por etapa da Educação Básica (obrigatória) atendida no Brasil no ano de 2016.

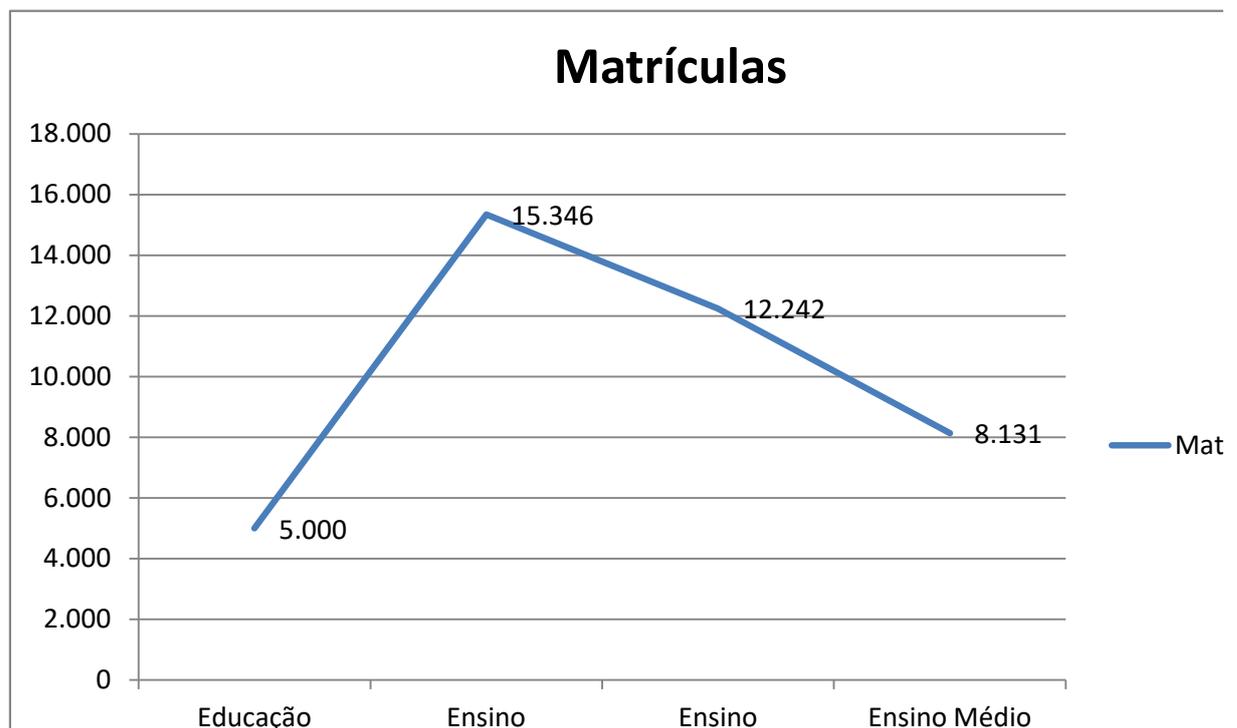


Gráfico 01 – Número de alunos da Educação Básica

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2016/ MEC – INEP (Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa).

No gráfico 01 o que chama atenção é o da defasagem do número de alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental (AF), com relação ao número de alunos

dos anos iniciais (AI), demonstrando que antes de concluírem esta etapa os alunos evadem ou são retidos (retenção pela não aprovação), destacamos que a taxa de escolarização deste grupo etário (06 a 14 anos) é de 98,6% (IBGE, 2017) que corresponde a frequência dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Apesar dos programas governamentais preverem a permanência dos alunos na escola, é possível perceber que, esse dado, justifica a necessidade das estratégias do Plano Nacional de Educação, referente a meta nº 2 que, como mencionado anteriormente, busca mecanismos para acompanhamento dos estudantes e condiciona o acesso à programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Os números da defasagem entre os *anos finais* e *anos iniciais* do Ensino Fundamental conotam o que poderíamos caracterizar, através de uma ilustração, como um funil da educação pública brasileira, representando um grande número de alunos que ingressam nos anos iniciais e que vão evadindo no decorrer do Ensino Fundamental ou que permanecem retidos nos anos iniciais. Sendo que a grande maioria não chega a cursar o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, tendo em vista a defasagem nos últimos anos do Ensino Fundamental. O que resultará em um conjunto de estratégias para universalizar a escolarização nessa faixa etária, inclusive a Emenda Constitucional 59/2009 que prevê a obrigatoriedade da Educação Básica até os dezessete anos, idade correspondente ao final do Ensino Médio aos alunos que não possuem defasagem série x idade.

Todavia, para avaliar o atendimento da população de 04 até 17 anos, para além do acesso/vaga na Educação Básica, é necessário avaliar a democratização desse acesso, levando em consideração se a população em idade obrigatória prevista por lei está tendo aproveitamento e sucesso escolar. Visto que, como nos mostra o gráfico, há uma diminuição significativa no atendimento do Ensino Médio (dos 15 aos 17 anos) podendo essa faixa etária estar sendo atendida, mas se encontrando ainda no Ensino Fundamental, apresentando a defasagem série x idade, não chegando ao Ensino Médio, pois abandonam os estudos ao completarem 17 anos, deixando de concluir esta etapa da Educação Nacional.

Dentro das estratégias do governo federal destacamos a meta 03, do Plano Nacional de Educação, que prevê universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do

período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014). A taxa de analfabetismo da população desta faixa etária vem caindo desde 2005, passando de 11% para 8% (IBGE, 2017), percentual que apesar de estar indicando uma queda ainda é alarmante, visto que a obrigatoriedade da educação, que era a partir dos 07 anos no Brasil, está expressa desde 1996, passados 21 anos da regulamentação da LDB ainda encontramos essa grande lacuna na educação brasileira do grupo etário de escolarização obrigatória. Destacamos que para além das ações de aumento de matrículas o governo terá o desafio de diagnosticar as causas deste percentual de analfabetismo e o que levam os jovens de 15 até 17 anos ainda se encontrarem no Ensino Fundamental, bem como na evasão desse público das instituições de educação. É necessário compreender os fenômenos sociais que contribuem para a evasão escolar, visto que a evasão, a repetência e o analfabetismo são expressões da Questão Social que se manifestam no âmbito escolar. A retenção que leva a distorção série x idade e o analfabetismo são fatores que contribuem para a evasão escolar. E porque o estudante não apreende? Porque o estudante pobre, negro e que não tenha nenhuma deficiência intelectual (que justifique a não aprendizagem formal) não apreende? E não apreende o que? Não apreende o formal. Isso vai nos instigar a refletir sobre a qualidade da educação pública, a formação dos professores, os espaços destinados à aprendizagem, dentre outros aspectos, mas para, além disso, a criança que é bem nutrida, que possui seus direitos sociais garantidos irá aprender mesmo por métodos e conteúdos tradicionais.

Logo a questão que se coloca é para além do que a escola burguesa ensina e que deve ser sempre foco de discussão, na busca por projetos pedagógicos vinculados a uma perspectiva emancipadora. Contudo, o discurso de culpabilização dos sujeitos impossibilita o olhar crítico e a reflexão ética. Para além da culpabilização da preparação e capacidade do educador em mediar esse conhecimento, da estrutura sucateada da escola pública, para além da família ausente da vida escolar dos estudantes, e da culpabilização dos estudantes que *não querem aprender*, fortalecendo assim a meritocracia, o que de fato está por trás da não aprendizagem?

A negação dos direitos sociais, desde a infância, agravado pela desigualdade social vivenciada pela classe trabalhadora, é fator determinante para que o processo de construção do conhecimento que deveria ser mediado por ações educativas não ocorra. A realidade socioeconômica dos filhos da classe trabalhadora que chegam à educação pública faz com que o Estado, através de ações vinculadas a assistência estudantil, busque *minimizar* os efeitos da Questão Social, no âmbito escolar, contribuindo para o acesso e a permanência dos estudantes. Sendo que o “estar na escola” passa a ser uma estratégia para a diminuição da desigualdade social. Realidade que é defendida pelos organismos internacionais e que através de indicadores, fixa metas e avalia o desenvolvimento dos países. Fator que não avalia a qualidade social e política da Política de Educação e tão pouco aparece, nos documentos oficiais, incluindo o Plano Nacional de Educação, análises críticas que deem visibilidade ao modelo social que reproduz a desigualdade social e formas de enfrentamento que não seja pelo viés de acesso à educação.

O Estado Burguês, ao compreender que a realidade social dos alunos interfere nesse processo, exalta a educação como política responsável por combater e diminuir a desigualdade social, sendo necessário ampliar sua oferta. De fato, garantir o acesso, principalmente para segmentos da sociedade que tiveram o direito negado ao longo da história do Brasil, é um avanço presente nos programas governamentais, mas exaltar esse acesso como estratégia fim é uma armadilha perigosa que precisa estar clara para os profissionais de diferentes segmentos, principalmente os assistentes sociais que atuam nessa política, compreendendo os projetos sociais em disputa que se expressam na Política de Educação, através de projetos educativos. A discussão sobre a Política de Educação e o direito por ela assegurado aparece nos trabalhos analisados, apontando

(...) uma estratégia de respostas do Estado tanto para a reprodução do capital, quanto para as reivindicações da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação. No que diz respeito à reprodução do capital, atua tanto na coerção ideológica como também no desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, pode-se dizer que na política de educação há um campo de disputa entre projetos educacionais, que se relacionam com lutas e projetos societários distintos. (T10, CBAS, 2016)

(...) percebe-se que mesmo a educação pública sendo arduamente conquistada como um direito social, ela ainda sofre pelo descaso com a sua

função emancipadora e formadora de sujeitos críticos e questionadores quanto ao modo de produção vigente. Tal condição é apenas o reflexo de um sistema capitalista, oportunista, que utiliza a escola enquanto aparelho ideológico do Estado, e a faz parte de sua estrutura elitizada e mercadológica. (T37, CBAS, 2013)

Partimos do princípio que a educação organizada sob a forma de política pública se constitui em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização de valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. (T21, ENPESS, 2014)

A partir destes extratos podemos apreender que a categoria Política de Educação expressa projetos societários em disputa, assim como as demais políticas sociais, tendo em vista que a política social é uma estratégia e uma necessidade do estado burguês de legitimação e consolidação das forças produtivas, através da manutenção e reprodução da força do trabalho. No entanto, a Política de Educação expressa esse tensionamento (de projetos em disputa) na medida em que *ao atuar na internalização dos valores hegemônicos* do capital, traz para dentro da política, através da ampliação do acesso a esse direito, os diferentes segmentos da classe trabalhadora, bem como suas bandeiras de lutas que passam a disputar projetos e espaços até então não experimentados na educação pública brasileira. Logo, é necessário que o Estado gerencie os conflitos e a luta de classes com o intuito de que as contradições da sociedade de classes permaneçam *latentes* (ocultas), fazendo com que ao atender as reivindicações e as bandeiras de lutas da classe trabalhadora, transformando-as em políticas sociais para a garantia dos direitos conquistados, o faça sem deixar que essa garantia influencie nas bases que fundamentam a sociedade capitalista baseada na exploração da força de trabalho.

Contudo, é devido compreender a “política social como processo contraditoriamente estratégico” (PEREIRA, p. 133, 2009), ou seja, entendê-la em seu movimento dialético com a realidade social, a totalidade dos processos que a constituem. Se por um lado a política social surge com esse fim (manutenção, reprodução da força de trabalho e controle social) e atuação na consolidação da sociedade capitalista, por outro ela é um espaço de legitimação e conquistas de importantes direitos sociais da classe trabalhadora. Como por exemplo, o direito à educação pública da Educação Infantil até a Educação Superior, trazendo para seu

interior sujeitos e segmentos sociais que ao longo da história do Brasil tiveram negados o direito a aprender a ler e escrever, por exemplo.

Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. (PEREIRA, p.166, 2009)

É esse movimento dialético e contraditório, presente na Política de Educação, que o profissional, ao inserir-se deverá apreender. Para além da importante conquista do direito ao acesso e à permanência dos sujeitos nas diferentes etapas e modalidades da educação brasileira, existe a estratégia do Estado Capitalista para a formação da força de trabalho subalterna. Assim como, estrategicamente, o Serviço Social, ao inserir-se na Política de Educação, poderá atuar para a democratização da educação pública, comprometida com a formação crítica da classe trabalhadora.

A partir da Emenda Constitucional 59/2009, observam-se, também, estratégias de ampliação da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica e que expressa forte carência de investimentos e cobertura de atendimento. A meta nº 1 do Plano Nacional de Educação prevê: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. De acordo com a CF/1988, art. 211, § 2º, e a LDB, art. 11, V, a Educação Infantil constitui “área de atuação prioritária” dos Municípios. Dito de outra forma, constitui responsabilidade dos Municípios a oferta da Educação Infantil à população brasileira. O Ensino Fundamental é competência compartilhada entre Estados e Municípios e o oferecimento do Ensino Médio é incumbência dos Estados. Com base no censo escolar de 2016, foram atendidas 3 milhões de crianças em creches e 5 milhões na pré-escola. O Censo Escolar aponta um crescimento, no último ano, de 6,2% no atendimento ao público de zero a três anos. Ao todo se estima que a Educação Básica atenda em torno de 43 milhões de matrículas, tendo a rede

privada uma participação de 18,4% no total de matrículas, ou seja, a Educação Básica no Brasil, majoritariamente é a atendida pelo poder público (BRASIL, 2017).

A Educação Profissional é expressa na LDB, no Capítulo III, devendo ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL, 1996). A mesma pode se dar de forma integrada ao Ensino Fundamental, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Médio. Realidade que ocorre nos Institutos Federais, instituições de responsabilidade da União, assim como as Universidades Federais. O PNE traz 02 metas específicas sobre a Educação Profissional (meta 10 e11) que prevê a oferta integralizada da Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional, buscando o aumento da oferta da Educação Profissional técnica de nível médio. Através do Gráfico 2 podemos perceber a expansão da rede federal, responsável por executar a Educação Profissional em todo país.

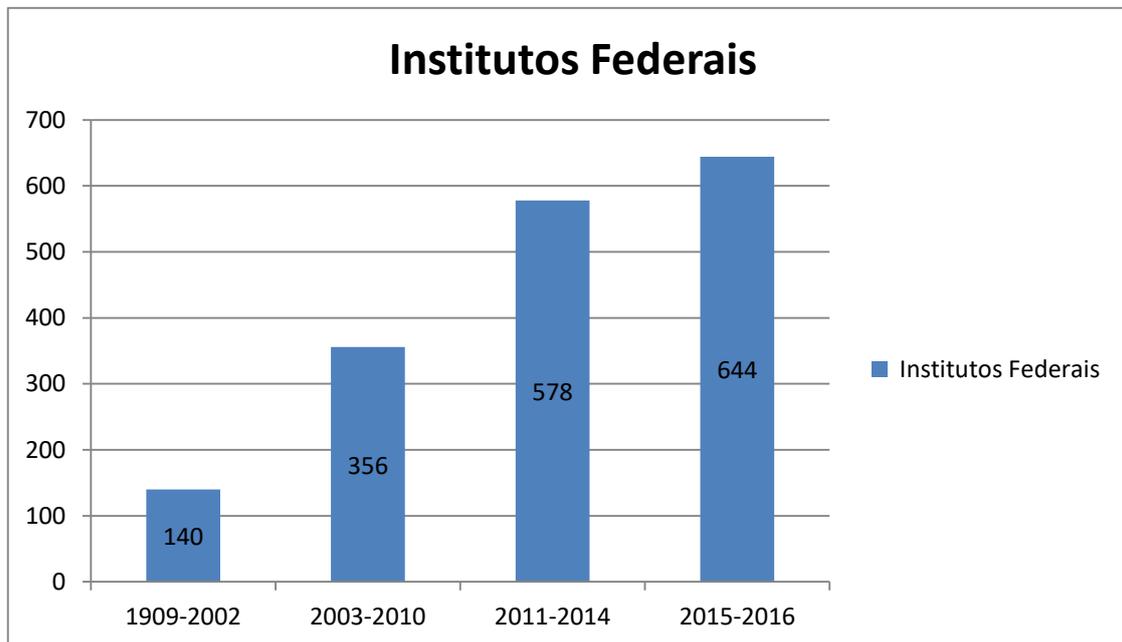


Gráfico 02 – Número de Institutos Federais

Fonte: MEC/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Acesso em 27/03/2017

Com a expansão da rede federal de Educação Profissional (de 140 em 2002 para 644 em 2016, distribuídos entre 568 municípios do país), o governo brasileiro busca incentivar a qualificação técnica no país e atender as novas requisições do

mercado de trabalho através da formação profissional técnica. De acordo com o Censo Escolar, o número de matrículas na Educação Profissional em 2016 foi de 1,9 milhão. Os Institutos Federais possuem um papel importante no que concerne a sua proposta de expansão para regiões afastadas dos centros urbanos, em algumas localidades do interior do país esta instituição é o órgão público de referência para a população, sendo o lugar de acesso da classe trabalhadora em busca de uma melhoria na qualidade de vida e das suas relações de trabalho, por intermédio de cursos de formação inicial e continuada, objetivando a educação técnica. Esse acesso é permitido através da execução de programas como: PROEJA e PRONATEC. Além dos cursos de formação inicial e continuada, cujo requisito é ter concluído os anos iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Profissional oferece cursos de Pós Graduação, Graduação, Licenciatura e Técnico.

A Educação Superior no Brasil, diferente da Educação Básica, é ofertada em sua maioria pela iniciativa privada¹⁵. Sendo 82,4% do total de ingressos nos cursos privados de Educação Superior, contra 17,6% em cursos públicos. De acordo com o último Censo divulgado da Educação Superior (correspondente aos dados de 2014), temos 3,1 milhões de estudantes que ingressaram na Educação Superior (727.738 estudantes na modalidade de EAD e 2.383.110 estudantes na modalidade presencial). Os dados divulgados trazem que foram matriculados na Educação Superior cerca de 7,8 milhões de estudantes, dos quais apenas 3,1 ingressaram e apenas 1 milhão concluiu a Educação Superior (BRASIL, 2016).

Destacamos que das 20 metas do PNE, três se referem à Educação Superior. A meta 12 prevê elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. A meta 13 menciona elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar o número de mestres e doutores no corpo docente, sendo a 14 referente a elevação do número de matrículas destinadas a pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 2014).

¹⁵ O número de instituições privadas chega a 2.070 no Brasil e instituições públicas de Educação Superior 298. Total de instituições brasileiras que ofertam Educação Superior: 2.368.

Ao analisarmos as metas do PNE (2014/2024), plano que passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, portanto, a base para a elaboração dos planos nas diferentes esferas administrativas (Federal, Estadual e Municipal), percebemos muitos avanços no que diz respeito as estratégias de universalização da Educação Básica, ofertada basicamente pelo poder público e que dispõe de um conjunto de ações para viabilizar o acesso e a permanência através do FNDE. As estratégias previstas no plano contemplam além das ações para o acesso e permanência, o desenvolvimento do processo de aprendizagem, além de incentivar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Para tanto, a meta 20 diz respeito à fonte de recursos para a operacionalização das ações, trazendo um avanço e uma conquista, resultado das mobilizações sociais para o aumento do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da educação que prevê até o quinto ano de vigência do PNE chegar ao patamar de 7% do PIB e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final dos 10 anos de vigência.

O empenho do governo brasileiro, nas ações que culminarão na ampliação da oferta da Política de Educação, também contribui para a movimentação da economia, visto que a educação, além da manutenção do *status quo* passa, também, a estar a serviço da classe dominante na medida em que torna-se um negócio altamente lucrativo para o capitalismo através da mercantilização da educação em todos os seus níveis e modalidades.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. (MÉSZÁROS, 2008, p.16).

A mercantilização da educação, a partir da década de 90, ao mesmo tempo em que o Estado terceiriza a oferta de vagas (seja na Educação Infantil, através da compra de vagas com instituições privadas e na Educação Superior com o PROUNI), ele também garante o acesso da população que, historicamente, teve esse direito negado, tendo o dever de supervisionar esse atendimento, buscando qualificar os espaços e o cumprimento legal. Por outro lado, ao mesmo tempo em que reconhecemos este atendimento, através da alocação de recursos públicos a

iniciativa privada, devemos problematizar e buscar estratégias para o fortalecimento do Estado, enquanto provedor da educação pública e de qualidade social. “Para que o direito à educação e outros direitos como a saúde, moradia, transporte e emprego sejam garantidos, o tamanho do Estado tem que, pelo menos, dobrar” (FRIGOTTO, 2000, p.192). Ainda citando Frigotto (2000)

As propostas neoliberais como alternativa no campo educativo expõem os limites do horizonte da burguesia e, em casos como o brasileiro, sobredeterminados por uma burguesia atrasada, elitista e despótica. (...) O discurso da modernidade, na prática, esconde o profundo atraso histórico. O que vem ocorrendo por inúmeros disfarces, convênios, cooperativa etc., é a privatização crescente e o desmonte da escola pública. (FRIGOTTO, 2000, p.203)

Podemos compreender que a luta e os movimentos sociais que legitimaram a atual LDB foram fortemente atacados na Câmara dos Deputados com a mudança do texto original e a flexibilização de pontos importantes referente a educação pública a ser oferecida pelo Estado. Realidade que abriu brechas para a privatização desse direito no Brasil. Avistamos com programas como o PROUNI e com as ações de conveniamento com escolas privadas de Educação Infantil em todo o Brasil, a elevação do número de matrículas as diferentes etapas e modalidades da Educação nacional. Fator que, se por um lado, enfraquece a dimensão pública e democrática deste direito social, estando a efetivação deste tipo de acesso a serviço do mercado, por outro, expressa concretamente o atendimento de uma grande parcela da população que até então estava fora de instituições educativas. Contudo, esta contradição entre ampliação de acesso via mercantilização da educação x ampliação concreta do atendimento, deve estar acompanhada da importante discussão sobre as condições que este acesso se materializa e sobre que tipo de formação está sendo materializada.

Ao mesmo tempo em que avistamos a alocação de recursos públicos a iniciativa privada para garantir o acesso à Educação Superior, via PROUNI, também percebemos a ampliação do atendimento público a essa etapa, através da ampliação da cobertura da Educação Superior oferecida pelos Institutos Federais, nas diferentes regiões do país. Com relação à ampliação das Universidades Federais verificamos que no período entre 2003 e 2014 há um crescimento de 18

Universidades Federais. Passando de 45 para 63 e de 148 campus para 321 campus (Fonte: MEC/ Secretaria de Educação Superior: Balanço Social SESU/ 2003-2014/acesso em 20/03/2010). Todavia, ao analisarmos os dados presentes no quadro 2, podemos destacar que a ampliação da oferta da Educação Superior no Brasil é um grande desafio a ser enfrentado.

Etapas e modalidades Educação Nacional	Matrículas				
	Educação Básica	Educação Infantil		Ensino Fundamental	
Creche		Pré Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	
3.233.739		5.034.353	15.346.008	12.242.897	8.131.988
Total	43.988.985				
EJA	3.422.127				
Educação Especial	971.372				
Total	48.382.484				
Educação Profissional	1.949.612				
Educação Superior	EAD		Presencial		
	727.738		2.383.110		
Total	3.110.848				

Quadro 02 – Número de matrícula por etapa e modalidade

Fonte: MEC/INEP 2016 (Censo Educação Básica 2016 e Censo Educação Superior 2014).

Os dados presentes no quadro 02 mostram que a oferta de vagas na Educação Superior é maior apenas à oferta de vagas na Educação Profissional. Tendo inclusive menos oferta que a Educação Infantil de zero a três anos, etapa com um número grande de demanda reprimida na maioria dos municípios brasileiros. Podemos perceber que o período de escolarização da maioria da população brasileira chega ao término com a conclusão do Ensino Médio, podendo ser ou não integrado a formação técnica. Para tal desafio, destacamos a meta 8 do PNE que visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, tendo em

vista que a obrigatoriedade da Educação Básica vai até os 17 anos, fator estratégico para que a população jovem conclua o Ensino Médio. No entanto, a partir dos 18 anos a juventude brasileira passa a não ter cobertura de atendimento prioritário pela Política de Educação. Fator que desafia o Estado a criar ações concretas para a ampliação deste atendimento, como ocorreu com a expansão dos Institutos e das Universidades Federais, mesmo que insuficiente.

Se por um lado essa ampliação do acesso e da permanência na política fomenta o mercado (mercantilização da educação) e caminha para atender aos índices propostos pelos organismos internacionais, sem dúvida nenhuma garante o direito a educação à classe trabalhadora até então sem acesso. Contudo, esse avanço, traz o grande desafio de ações que contribuam para que o direito social transcenda o acesso (matrícula) e de fato seja democratizado, através do desenvolvimento de projetos educativos construídos com a classe trabalhadora para o atendimento dos seus interesses, resistindo ao poder pacificador que legitima a ideologia dominante e que contribua para a formação crítica.

Todavia, muitos são os desafios a serem enfrentados pela gestão da política, visto as metas e estratégias do PNE ainda trazerem a necessidade de enfrentar o analfabetismo de uma população jovem. Logo, a obrigatoriedade de frequentar a educação escolarizada não garante o sucesso escolar, ou seja, a aprendizagem necessária para a promoção dos estudantes para a série ou período seguinte e se tal obrigatoriedade garante a promoção devemos analisar o fluxo que pode ocorrer no interior da educação pública de promoções automáticas, visando à liberação de vagas e que não prioriza a aprendizagem, principalmente no que concerne a leitura e a escrita. Realidade que rebaterá na realidade dos jovens e adultos, principalmente na ocupação de postos e relações de trabalho ainda mais precarizadas.

Ao analisarmos a gestão da Política de Educação podemos observar que todos os programas e ações do governo federal culminam para a ampliação do acesso à Educação Básica, bem como para a permanência dos alunos e sua aprovação, aspectos fundamentais para o aumento do IDEB, indicador que demonstra o desempenho do Brasil nos compromissos firmados a partir da adesão aos documentos internacionais que regem a educação em escala mundial. Num

primeiro momento, destaca-se o significativo avanço que tal universalização do acesso (da escolarização obrigatória) representa na Política de Educação, mas esta análise precisa transpor a garantia deste direito e discutir criticamente sobre em que condições concretas a educação se processa na realidade social e sobre a qualidade social da mesma. Ou seja, a questão do acesso deve ir além da oferta de matrícula e pautar de fato o acesso à democratização da educação, em todas as suas etapas e modalidades.

No entanto, enquanto profissionais, precisamos estar sempre atentos às particularidades da Política de Educação no Brasil, como uma política classista e elitista (FERNANDES, 1966) que foi tida como privilégio social, não sendo estendida a toda a população acompanhando a formação sócio-histórica brasileira, visto que, apenas a partir de 1988 o direito a educação, no Brasil, passa de fato a ser regulamentado e normatizado em sua gratuidade e obrigatoriedade na oferta pelo Estado desde a primeira infância. Realidade que irá resultar na não universalização desse direito social e na necessidade das ações de ampliação do acesso e da permanência discutidas no decorrer desse item sendo um grande avanço e uma importante conquista para as lutas e os movimentos sociais em defesa da educação pública para todos, não anulando os objetivos implícitos de tais ações de ampliação (do acesso e da permanência), que estão intimamente ligados aos interesses dos organismos internacionais e suas diretrizes neoliberais que assolam a viabilização da democratização da educação.

Esta discussão é imprescindível aos profissionais que atuam na educação, superando a realidade imediata de que o acesso, a permanência dos estudantes nas instituições educativas e as ações ligadas à assistência estudantil fossem por si só contribuir para a concretização de uma educação comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Pensar nesse viés é não dar a devida atenção ao lugar que essa política ocupa na sociedade de classes, é aderir aos discursos dos organismos internacionais de que a educação é o caminho para a redução dos índices de desigualdade social, basta à frequência nas instituições de educação escolar. Logo, a desigualdade social deve ser combatida pela ampliação do acesso à educação. Desigualdade que, compreendida pelo viés da culpabilização dos sujeitos, através

da marginalização da Questão Social, sendo estratégia do Estado a inclusão de diferentes profissionais na política, dentre eles o Serviço Social.

Precisamos nos indagar constantemente sobre a qualidade social e política da Política de Educação, sobre o compromisso ético e político da profissão do Serviço Social com a classe trabalhadora ao planejarmos e realizarmos o exercício profissional. Essas discussões devem ser presentes no trabalho profissional do Assistente Social, comprometido com uma política que materialize ações em busca de uma educação crítica, com princípios emancipatórios, visando o protagonismo da classe trabalhadora no seu processo de formação humana. Como abordado anteriormente, o direito à educação na sociedade capitalista, objetiva a formação da força de trabalho, enquanto mecanismo de reprodução à ordem vigente. Todavia, somos desafiados a pensar a educação brasileira, também, como estratégia de enfrentamento à subalternização da classe trabalhadora em um país de capitalismo dependente como o Brasil.

3.2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, p. 15 e 16, 2012)

A partir do estudo realizado é possível estabelecer uma relação muito próxima entre o Serviço Social e a Política de Educação desde o período de institucionalização da profissão no Brasil. Como já abordado no capítulo II, a educação estrategicamente é oferecida pelo Estado Burguês, - apesar de ser conquista, também, da mobilização da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e de trabalho, - com o objetivo de formação da mão de obra, através da reprodução da ideologia dominante para a manutenção do status quo. Logo, o Serviço Social, enquanto profissão criada para intervir nos “problemas sociais vivenciados pela classe trabalhadora, os quais causavam desajustes na realidade social, deveria intervir nessa realidade, buscando a solução de tais problemas, contribuindo para o ajustamento e controle social.” O Serviço Social é

um produto histórico (IAMAMOTO, 2010) da sociedade burguesa que vislumbra a necessidade de uma profissão que atue na formulação e/ou implementação de políticas sociais, atenuando os efeitos gerados pelo capital.

Assim visto, o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTANÕ, p. 31, 2009)

Sendo assim, os caminhos da Política de Educação e do Serviço Social se inter cruzaram desde a gênese do Serviço Social no Brasil, passando o profissional a ser solicitado a trabalhar nas instituições educativas, “para atuar com os problemas sociais que pudessem gerar dificuldades aos alunos no ambiente escolar,” dificultando o processo de ensino e aprendizagem da classe trabalhadora.

(...) a inserção do Assistente Social na área da Educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista. (ALMEIDA, 2007, p.06)

Ao se referirem à trajetória histórica do Serviço Social na Política de Educação os trabalhos analisados apontam que

Os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul foram pioneiros no Serviço Social Escolar, já em 1946. As atividades envolviam a identificação de problemas sociais e ações que facilitassem a adaptação dos alunos ao meio escolar. A partir do movimento de Reconceitualização, que rompe com um Serviço Social conservador e tradicional, as intervenções no âmbito educacional ganham novas perspectivas a partir de 1980. (T72, CBAS, 2016)

No Brasil, a presença do/da assistente social na área educacional e mais especificamente no espaço escolar, remonta a década de 1930, ou seja, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão no país. A emergência dos profissionais na escola configurou-se assim enquanto uma requisição profissional de caráter assistencial em resposta ao conjunto de problemas sociais que dificultavam a evolução do aprendizado e a dinâmica funcional da instituição escolar. (T25, ENPESS, 2014)

Naquele período houve uma ação governamental no referido estado, em que um grupo de assistentes sociais foi requisitado para visitar estudantes a fim de estimular as famílias a “bons hábitos” e também conhecer a realidade

na qual os alunos estavam inseridos. É importante salientar que nesta época a ação profissional dos assistentes sociais ainda estava vinculada a princípios pelos quais o indivíduo era culpabilizado e responsabilizado pelas mazelas vivenciadas em seu dia a dia, quando as “disfunções” centralizavam-se no sujeito e propunha-se a adaptação do mesmo à sociedade através do disciplinamento. (T19, ENPESS, 2016)

Os trechos reforçam que a gênese do Serviço Social na Política de Educação data na década de 1930, marcado pelo trabalho profissional em torno do ajustamento social, sendo os assistentes sociais requisitados pelo Estado Burguês para atuação com os alunos, suas famílias, e com as comunidades em uma perspectiva de atenuar as expressões da Questão Social, entendidas como problemas sociais que deveriam ser tratados pelos profissionais, visando à adaptação dos sujeitos ao contexto social desencadeado pela industrialização do país. Nesse período histórico, a profissão era fundamentada pela teoria funcionalista, tendo um projeto conservador com direcionamento ético e político moralizador no trato da Questão Social, entendida e enfrentada como caso de polícia, devendo suas sequelas serem ajustadas, legitimando o Estado Burguês nessa etapa de capitalismo monopolista (BARROCO, 2008). Outro grupo de trabalhos referencia que será a partir da década de 1990 que a profissão passa a discutir sobre a Política de Educação como espaço de atuação profissional.

O trabalho do assistente na educação aconteceu por volta de 1930. Porém, somente a partir de 1990 esta demanda foi perceptível com o aumento da presença do assistente social na educação, assim inicia-se o debate acerca da intervenção profissional neste espaço, ocupando o cenário nacional de forma significativa, juntando-se a demais profissionais que compõe o espaço escolar: coordenadores, professores, diretores, etc. (T12, ENPESS, 2012)

(...) a partir dos anos 1990 é que a atuação entra em debate oficialmente nas agendas dos conselhos e em 2000 o conjunto CFESS/CRESS atribui em sua agenda de ações a discussão deste campo de atuação. Logo em 2012 acontece o I Seminário Nacional do Serviço Social na Educação. (T57, CBAS, 2016)

Já a partir de 1990 se observa um maior avanço do Serviço Social na área da educação, fato evidenciado pelo grande número de trabalhos inscritos nos Congressos de Assistentes Sociais. A partir do século XXI percebe-se um maior interesse dos assistentes sociais pela Educação, tanto como objeto de pesquisa quanto como campo de intervenção. (T72, CBAS, 2016)

Na década de 90 a categoria dos Assistentes Sociais iniciou algumas discussões e mobilizações em torno da questão da implantação do Serviço Social em escolas públicas, do ensino fundamental e médio e destas

discussões resultaram em um parecer jurídico do CFESS em 2000, (T19, CBAS, 2010)

De acordo com os extratos referidos, foi na década de 1990 que a educação, enquanto campo de atuação profissional começa a pautar as discussões em encontros e órgãos representativos da categoria. O período de democratização do país, a luta pelos direitos sociais, irão desencadear significativas mudanças no marco regulatório da Política de Educação, reorganizando a maneira de operacionalização dessa política pública, resultando em diferentes processos de trabalho presentes nessa área de atuação profissional, influenciados pela democratização do acesso a educação, enquanto direito social. Paralelo ao movimento de luta pela democratização do país, vivenciamos o movimento de Reconceituação do Serviço Social, movimento este, que expressa o amadurecimento da categoria profissional, resultando no atual Projeto Profissional do Serviço Social, tendo compromisso com princípios de uma educação emancipatória. Alguns extratos apreendidos na produção de conhecimento analisada nos sinalizam que

(...) nos primórdios da profissão até ocorrer o Movimento de Reconceituação, o qual propôs uma ruptura com o conservadorismo, a dimensão educativa da profissão era voltada para o controle ideológico e reprodução da classe trabalhadora na perspectiva dos interesses do capital. Com o amadurecimento intelectual da profissão, que vem ocorrendo nas últimas décadas, respaldado pela aproximação com os conhecimentos da teoria marxiana, expresso no projeto ético-político profissional e marcado no posicionamento dos órgãos representativos da categoria profissional, há um redimensionamento da direção social da profissão a favor da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a dimensão educativa da profissão visa contribuir com a criação de uma vontade política capaz de romper com a razão formal-abstrata e instrumental, que funda a ordem capitalista, transcendendo para uma visão crítica da realidade social, sedimentada na razão crítico-dialética. (T11, ENPESS, 2016)

Embora o Serviço Social esteja presente no âmbito educacional desde a década de 1930, a atual conjuntura socioeconômica e as mudanças na política educacional têm ampliado a inserção do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional. Todavia, inserindo-se na dinâmica que caracteriza o processo de trabalho numa sociedade capitalista, o exercício profissional se depara cotidianamente com situações que podem contribuir ou limitar o seu desenvolvimento de acordo com o projeto ético-político da profissão. (T11, ENPESS, 2014)

Há diferentes formas de inserção do Serviço Social no espaço educacional, geralmente respondendo às requisições institucionais. Na ótica da totalidade na apreensão da realidade, o Serviço Social participa do

processo de produção e reprodução das relações sociais, portanto, pode ampliar o seu espaço de intervenção, considerando a interpretação dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua estabelecendo estratégias político-profissionais visando dar visibilidade aos interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (T12, ENPESS, 2010)

A partir desses extratos, podemos compreender que o Serviço Social se insere na Política de Educação em dois momentos distintos para a profissão. Em um primeiro momento essa inserção, que é requisitada pelo Estado, ocorre respaldada por um Projeto Profissional conservador e passa a atender sem tensionamentos e sem apreensão das contradições, inerentes à sociedade de classes, as demandas postas pelo Estado Burguês, visto os princípios que orientavam a profissão nesse período histórico. Contudo, a partir da década de 1990 a inserção profissional se dará nesse espaço sociocupacional tendo vivenciado um processo de amadurecimento que culminou na filiação a Teoria Social Crítica, assumindo através do Projeto Profissional o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, tendo como direção social outro projeto societário, antagônico ao projeto social burguês. Contraditoriamente, o Serviço Social segue inserindo-se na Política de Educação, sendo requisitado pelo Estado para atender aos interesses de legitimação da ordem dominante, que se expressa na educação enquanto um projeto de educação burguesa que almeja a formação da força de trabalho subalterna ao capital. Realidade que expressa o tensionamento presente no trabalho profissional, tendo de um lado, as requisições do Estado e de outro os interesses da classe trabalhadora, sendo necessário ao profissional a mediação de interesses antagônicos e projetos societários em disputa.

As ações governamentais para a universalização e obrigatoriedade da educação, desde a Educação Infantil, até a Educação Superior, irão desencadear no interior da profissão de Serviço Social discussões a cerca da educação, enquanto *lôcus* do trabalho do Assistente Social visto a emergência da inserção profissional nos diferentes espaços sociocupacionais ligados à educação, a partir deste momento histórico.

No que diz respeito à inserção de assistentes sociais na área educacional, é interessante salientar que o Serviço Social, de maneira geral enquanto profissão interventiva e pesquisadora da realidade, apenas passa a ser requisitado para compor ou mesmo fazer parte das equipes profissionais

desta área nos municípios, recentemente. Isto ocorre, em especial, porque com a Constituição Federal de 1988, houve a descentralização/municipalização das políticas públicas, incluindo a política de educação. Dessa forma, a intervenção do Serviço Social no espaço escolar vem se dando com mais intensidade a partir da década de 90, onde neste período são apresentadas novas configurações sociais e alterações na política educacional, em especial, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº. 9.394/96. Desse modo, o sistema de ensino vem se modificando com a finalidade de atender, principalmente, as exigências dos organismos internacionais. (T05, ENPESS, 2008)

Nesse sentido, um dos aspectos que explica a inserção do/a assistente social na educação básica são as mudanças que essa política enfrentou com a LDB/1996 e Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, uma vez que essas legislações reconhecem que o acesso somente não assegura o direito à educação, tendo em vista que outras questões interferem no processo de ensino-aprendizagem. (T32, ENPESS, 2012)

É importante salientar que, o assistente social está inserido na educação enquanto espaço sócio-ocupacional desde a década de 1930, porém sua presença só ganhou notoriedade com a maturidade do Projeto Ético-político profissional, na década de 1990, o que ocasionou uma efervescência na garantia do direito à educação e, por conseguinte, a esfera escolar tornou-se locus de atuação profissional. A inserção nesse cenário está articulada à política de educação, que prioriza a ampliação do acesso e permanência na escola no bojo da mundialização do capital, que de forma direta interfere nas configurações das políticas públicas. (T11, ENPESS, 2012)

Influenciam este crescimento da profissão no campo educacional, a ampliação do acesso às vagas do Ensino Fundamental — ainda que, divorciado da qualidade de ensino — a ampliação das atividades escolares no contra-turno, os Programas de Transferência de Renda, que têm a frequência à escola como condicionalidade, bem como a (re)valorização da escola pública como política de grande visibilidade, presença social e espaço para onde afluem as famílias empobrecidas. Como mais uma expressão desta ampliação queremos falar, especialmente, do crescimento do trabalho do assistente social no campo da chamada assistência estudantil, experiência em franca expansão. (T65, CBAS, 2016)

Os trechos trazidos anteriormente versam sobre o contexto histórico pós década de 1990 que fazem com que a Política de Educação se torne um espaço sociocupacional emergente para a profissão. Como discutido no item anterior desse capítulo, a reconfiguração da Política de Educação trazida pela atual LDB coloca os eixos de acesso e permanência como fio condutor para a operacionalização da Política de Educação, visto a necessidade de expansão da oferta. Atrelado às ações de ampliação do acesso e da permanência nas diferentes etapas e modalidades da educação nacional, temos a descentralização política e administrativa dando aos estados e municípios autonomia de gestão frente as suas competências com cada etapa e modalidade sob sua responsabilidade. A municipalização das políticas

sociais vivenciadas após a Constituição de 1988 é um importante fator que irá impactar na gestão das mesmas, dentre elas a educação que culminará na contratação de diferentes profissionais para composição de equipes multidisciplinares.

Outro importante aspecto trazido no T32 (ENPESS, 2012) diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) que aborda a criança e o adolescente enquanto sujeito de direitos, reforçando o direito a educação pública e trazendo mecanismos judiciais de cobrança da efetivação deste direito, tanto para o Estado, quanto para a família que são responsáveis por assegurarem, dentre outros, o direito a educação. Esta realidade irá colocar a Política de Educação, bem como as instituições educativas, a ela vinculada na rede de Proteção Social à Infância e a Adolescência. Sendo assim, diferentes projetos e programas, assim como expresso no T65 (CBAS, 2016), farão parte da dinâmica da Política de Educação, como os programas de turno integral (Educação Integral e Mais Educação) que oferecem atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Essas são demandas que ampliam, assim como o Programa Bolsa Família, a função social da escola, requisitando outros atores para atuarem frente a esta realidade. Aspecto que discutiremos com mais aprofundamento no próximo capítulo.

No ano de 2001, o CFESS lança o primeiro material sobre o Serviço Social na Educação (CFESS, 2001), sendo também o ano em que a educação ganhará eixo temático específico em um dos principais encontros da categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Contudo, será a partir de 2008 que as discussões em torno da educação, enquanto espaço de atuação profissional, ganhará maior visibilidade pelo conjunto CFESS/CRESS, tendo em vista a efetivação do Grupo de Trabalho Serviço Social e Educação e iniciado um estudo sobre os municípios e estados que possuem legislação sobre a inserção do Serviço Social na educação. Destaca-se também o engajamento da categoria no acompanhamento e na mobilização para a aprovação do chamado PL da Educação (Projeto de Lei nº 3688/2000) que prevê a institucionalização do Serviço Social e da Psicologia nas escolas públicas de Educação Básica. Os extratos a seguir sinalizam esse

importante momento experimentado pela categoria profissional no âmbito do Serviço Social na Política de Educação.

Nos últimos anos, tem ocorrido debates entre os Assistentes Sociais que atuam na Área da Educação. Tais debates tratam sobre a necessidade da inserção desses profissionais na política educacional, além de trazer a reflexão sobre os principais problemas, de forma a contribuir para a garantia de uma Educação emancipatória. (T01, CBAS, 2013)

O que podemos considerar recente nessa discussão, é a construção do debate em torno das respectivas experiências que vem contribuindo para o desencadeamento de processos de mobilização em vários espaços municipais e estaduais por todo o Brasil acerca da atuação do (a) Assistente Social na Política de Educação, na perspectiva de viabilização do acesso, garantia de direitos sociais e na construção de uma educação emancipadora e de qualidade. (T48, CBAS, 2016)

Estes dois trechos indicam o processo vivenciado pela categoria profissional a partir dos anos 2000 de fortes debates em torno da educação enquanto espaço de atuação profissional, apontando o compromisso da categoria profissional frente à educação emancipatória - o que reforça o compromisso ético e político da categoria na luta por uma educação que resista ao projeto de educação burguesa, cujo foco é a legitimação do projeto hegemônico do Estado Burguês. Trazendo esse debate para os encontros e para os espaços de formação política da categoria, trata-se de um conteúdo de extrema riqueza e importância para o fortalecimento, amadurecimento e reafirmação do Projeto Profissional.

No ano de 2011 e 2013 alavancam-se as discussões em torno desta área de atuação profissional, com o lançamento de duas brochuras pelo conjunto CFESS/CRESS assim intituladas: Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação (CFESS, 2011) e Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2013). Além de em 2012 ser realizado o I Seminário Nacional do Serviço Social na Educação com a indicação dos principais desafios da profissão nesta política. Podemos enfatizar que o período entre 2008 e 2013 foi o momento histórico em que mais se avançou, obtendo concretamente muitas conquistas no que tange a produção e amadurecimento da categoria frente a este importante espaço de atuação profissional. Com base nos trabalhos analisados, destacamos este importante momento histórico do Serviço Social e da Política Pública de Educação.

O debate do Serviço Social na educação se constitui em uma das principais preocupações da categoria na atualidade. Prova disso foi a realização de diversos eventos promovidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS em praticamente todos os estados da federação e a realização do Seminário Nacional do Serviço Social na Educação, o qual mobilizou um número significativos de assistentes sociais. (T32, ENPESS, 2012)

Destacar-se-ia outro importante avanço para o Serviço Social o *Seminário Nacional de Serviço social na Educação*, que se realizou nos dias 04 e 05 de julho de 2012, em Maceió – Alagoas. Trazendo a tona uma importante reflexão acerca do Serviço Social no âmbito da Política de Educação e seus determinantes para a inserção do profissional na mesma. (T29, ENPESS, 2012)

A atuação do assistente social na Educação vem sendo problematizada e discutida nas últimas décadas, de forma mais ampla. Alterou-se o foco do debate da inserção do Serviço Social na Escola, para a inserção da profissão no campo da Educação, trazendo grandes contribuições para a profissão, que adquire gradualmente acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político no direcionamento do exercício profissional, nas diversas modalidades de ensino, seja na educação básica, superior ou profissional e tecnológica. (T28, CBAS, 2016)

Nos últimos anos foi nítida a intensificação de debates sobre a atuação do assistente social na educação, considerando os debates promovidos pelo conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a elaboração e publicação de um documento com discussões e orientações, intitulado “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação” pelo mesmo conjunto. Junto a isso, ressalta-se a tramitação de alguns Projetos de Lei que dizem respeito ao Serviço Social na Educação, como o PLC 060/2007. (T17, ENPESS, 2016)

Na contramão da garantia dos direitos sociais, dentre eles a educação, avistamos o ajustamento do Estado, influenciado pelo ideário Neoliberal a partir da década de 1990 no Brasil e o agravamento da Questão Social, potencializado nos últimos anos pela crise econômica mundial, iniciada em 2008. No entanto, é nesse contexto histórico que o Serviço Social se insere gradativamente nas instituições ligadas a Política de Educação. Diferente da década de 1930, o Serviço Social, embora ainda requisitado pelo Estado, possui compromisso ético e político com os interesses da classe trabalhadora, buscando contribuir, através do exercício profissional, com a viabilização dos direitos sociais e com ações que buscam a construção de estratégias de resistência aos processos educativos que subalternizam a classe trabalhadora. Contudo, a profissão se insere nesse espaço ocupacional, como já discorrido anteriormente, tensionada por projetos em disputa (educação burguesa que visa o ajustamento social via práticas educativas que

reproduzem a ideologia dominante, e educação que se quer emancipatória, respaldada pelo Projeto Profissional do Serviço Social e que busca a formação crítica, através do desenvolvimento de práticas educativas fundamentadas em processos sociais emancipatórios) e sendo requisitada pelo Estado para intervir junto às expressões da Questão Social que se manifestam no âmbito educacional.

Ao analisarmos as produções dos dois maiores e mais importantes eventos da categoria profissional (CBAS e ENPESS) no período de 2008 até 2016, temos a publicação de 265 trabalhos, como já exposto no primeiro capítulo. Destes 153 foram publicados no CBAS e 112 no ENPESS. De acordo com o estudo realizado, tendo trabalhos das diferentes regiões do Brasil, é possível elencar que a inserção dos assistentes sociais se dá nas diferentes etapas e modalidades da Educação Nacional, sendo os profissionais requisitados para atuarem nos programas e ações governamentais que visam o acesso e a permanência dos estudantes na política. Com base no quadro 03 podemos ver a distribuição dos trabalhos publicados, por área de abrangência da política.

ANO	Enfoque	Educação Básica		Modalidades			Educação Superior		SS e Educação	Total por encontro e geral
		Ed. Infantil	E. Fund. e Médio	Ed. Especial	EJA	Educação Profissional	Trabalho técnico	Pesquisa e Extensão	Reflexões teóricas	
ENPESS										
2008 (852 trabalhos publicados)		0	01	0	0	01	0	01	02	05
2010 (1293 trabalhos publicados)		01	01	0	0	03	03	02	09	19
2012 (1343 trabalhos publicados)		0	10	0	01	07	09	04	08	39
2014 (1097 trabalhos publicados)		0	12	0	0	09	01	02	03	27
2016 (917 trabalhos publicados)		0	06	01	0	06	03	01	04	21
Total por enfoque		01	30	01	01	26	16	11	26	112

CBAS									
2010 (1132 trabalhos publicados)	02	06	01	0	06	06	03	03	27
2013 (1120 trabalhos publicados)	0	11	04	0	14	09	01	13	52
2016 (1427 trabalhos publicados)	01	14	06	0	21	16	07	09	74
Total por enfoque	03	31	11	0	41	31	11	25	153
Total Geral por enfoque	04	61	12	01	67	47	22	51	265

Quadro 03 – Trabalhos Publicados CBAS E ENPESS

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos Anais dos encontros (ENPESS: 2008; 2010; 2012; 2014 e 2016. CBAS: 2010; 2013 e 2016).

Ao analisarmos os dados expressos no quadro 03 podemos perceber que a maioria dos trabalhos publicados pelos profissionais se encontra vinculado à Educação Profissional. Realidade que expressa uma crescente inserção profissional nessa modalidade da Educação Nacional, a partir de 2010, visto as ações de expansão dos Institutos Federais pelo Governo Federal, como expresso no item anterior desse capítulo. A Educação Básica (nas etapas do Ensino Fundamental e Médio) aparecem com o segundo maior número de publicações, reforçando as ações governamentais de ampliação do acesso e permanência dos estudantes nessa fase da escolarização. As reflexões teóricas somam 51 das produções mapeadas e analisadas. Nestes trabalhos o objeto trazido pelos profissionais priorizou a discussão sobre o Serviço Social na Política de Educação, refletindo sobre a inserção e o trabalho de um modo geral nesta política.

A Educação Superior é trazida como campo de atuação profissional em 47 trabalhos, sendo que se somada as experiências trazidas na área de Pesquisa e Extensão, é a etapa que mais apareceu nos trabalhos publicados entre 2008 e 2016, somando 69 artigos. No entanto, não representando o trabalho profissional propriamente dito na referida política, pois a maioria dos trabalhos vinculados a Pesquisa e Extensão trazem relatos de experiências desenvolvidas por grupos/núcleos de pesquisa de universidades que realizam projetos e/ou ações tendo como público alvo escolas municipais e/ou estaduais.

O CBAS demonstra um maior número de trabalhos publicados pela categoria, conforme dados também expressos no quadro 01 apesar de ter menos encontros analisados que o ENPESS, pela data de corte da pesquisa. As publicações de trabalhos do encontro de 2016 superam as publicações anteriores, diferente do ENPESS que percebemos uma diminuição significativa do número de trabalhos publicados. Podemos identificar que o número de profissionais que estão inseridos na Política de Educação e que produzem conhecimentos sobre o exercício profissional, superou o número de pesquisadores da área que estão relatando e divulgando as pesquisas realizadas. Contudo, isto não quer dizer que os profissionais que atuam na área não estejam engajados em atividades de pesquisa e nem que os pesquisadores da área não atuam como profissionais na referida política. O que podemos entender é que há um número inferior de experiências publicadas por pesquisadores, cujo objeto de estudo seja o Serviço Social e a Educação.

Com base no gráfico 03, podemos perceber as regiões e seus respectivos estados com maior número de trabalhos publicados.

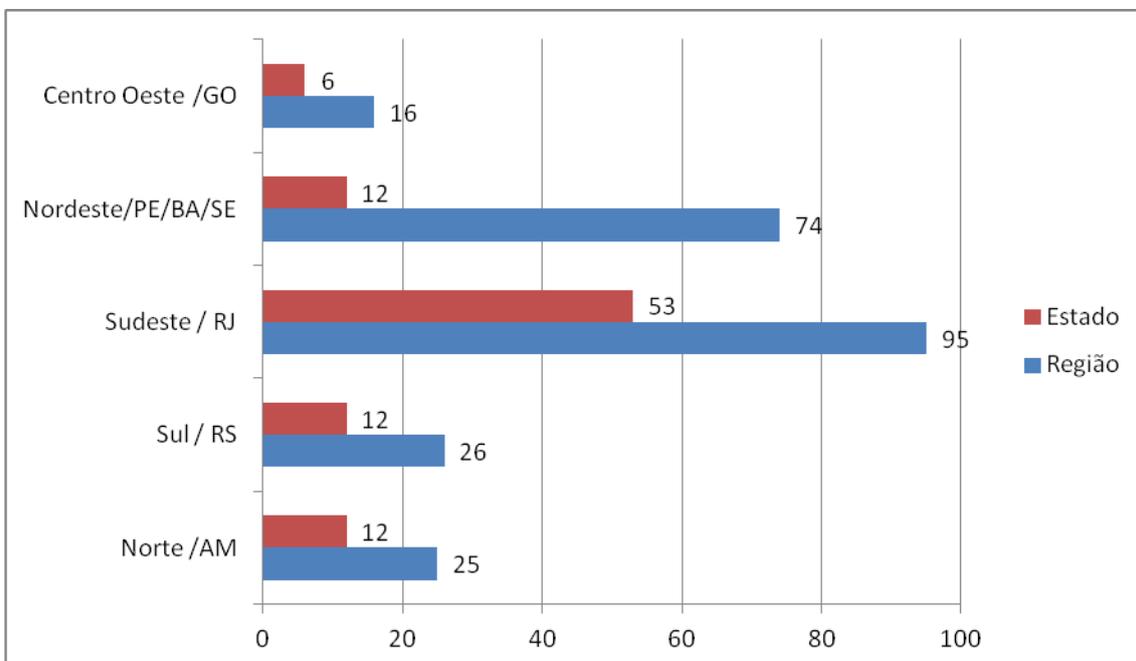


Gráfico 3 – Número de trabalhos por Região e Estado com maior número de trabalhos publicados, por região.

Fonte: Dados construídos a partir dos Anais dos Eventos: CBAS e ENPESS

Dos 265 trabalhos analisados, foi possível identificar de 236 trabalhos o estado em que o Assistente Social insere-se na Política de Educação. Não sendo possível identificar o estado de 29 trabalhos. Logo a totalidade dos trabalhos trazidos por regiões, no gráfico 3, refere-se aos 236. Destes, foi possível identificar que a região Sudeste (Minas Gerais 19 trabalhos, São Paulo 21, Espírito Santo 02 e Rio de Janeiro 53) é a região com maior número de trabalhos publicados. Sendo assim, o Rio de Janeiro o estado do Brasil que mais possui trabalhos publicados da região sudeste e também do país (Chegando a 22,45% do total de 236 trabalhos). Este dado de fato reforça a realidade vivida pelo estado do Rio de Janeiro que possui legitimado no quadro de funcionários da Política Pública de Educação, principalmente no âmbito municipal e federal, assistentes sociais. Através da análise dos trabalhos é possível afirmar que no estado do Rio de Janeiro teremos o maior número de trabalhos apresentados nos dois eventos mais significativos para a categoria profissional (CBAS e ENPESS), nas diferentes temáticas mapeadas.

Podemos atribuir esta realidade com o fato de haver, através das Universidades Públicas (Federal e Estadual), linhas de pesquisa sobre a educação, bem como trabalhos de extensão universitária, aproximando este espaço sociocupacional da formação universitária, seja via, pesquisa, atividades de extensão universitária, ampliando os campos de estágio, como fomentando a discussão sobre esse emergente *lócus* de atuação profissional. Tal realidade, atrelada a já consolidada atuação profissional (visto que, a maioria dos trabalhos apresentados sobre a atuação profissional, são de assistentes sociais que atuam na Política de Educação, basicamente no município do Rio de Janeiro), coloca este estado no centro da produção de conhecimento em Serviço Social e Política Pública de Educação no Brasil.

A região Nordeste é a segunda em número de trabalhos publicados, tendo os estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe o maior número de trabalhos em relação aos demais estados da região (dados de todos os estados e por ano de publicação constam em quadro, apêndice B). Cada um com 12 trabalhos. A região Sul é a terceira com maior número de trabalhos publicados, sendo que da segunda região (Nordeste 74 trabalhos) para a terceira região (Sul 26 trabalhos) há uma grande

diferença no número de trabalhos. O estado do Rio Grande do Sul é o estado da região com mais trabalhos publicados nos referidos encontros.

Através dos conteúdos analisados e sintetizados no quadro 3, é possível destacar que, conforme a Política de Educação vai sendo modificada pelo marco regulatório, vai havendo reflexos na inserção profissional. Baseado nisso, fez-se necessário discutirmos sobre como a Política de Educação vai se conformando na realidade social enquanto espaço de atuação profissional, sendo que por intermédio dos trabalhos publicados nos dois maiores encontros nacionais da categoria podemos estabelecer essa relação, entre o marco regulatório que resulta em um conjunto de ações a serem desenvolvidas, constituindo o Assistente Social um profissional requisitado para atuar em determinadas etapas e modalidades da educação nacional. Logo, constatamos que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais inseridos na educação, sendo identificadas apenas 02 experiências em escolas privadas.

Diferente das demais políticas sociais, como a saúde, habitação e assistência social, por exemplo, que a inserção profissional já está consolidada, sendo previsto a necessidade do profissional Assistente Social em muitos dos serviços prestados, na educação não há essa referência. Realidade que resulta na necessidade de quando que se vai pesquisar o Serviço Social na Educação se faz necessário realizar primeiramente um mapeamento entre a categoria profissional e/ou nos órgãos executores e/ou gestores da política nas diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal) para saber se há inserção ou não do Assistente Social. Fator que resulta no entendimento de que a atuação profissional na educação fica a cargo dos grupos políticos que estão à frente da gestão pública de determinada localidade e período histórico.

Outro ponto a ser destacado é o engajamento do conjunto CFESS/CRESS para a institucionalização da profissão na educação, ou seja, a luta da categoria profissional para sua inserção nessa política, – por compreender tal espaço de atuação profissional enquanto espaço estratégico de luta em defesa do direito a uma educação pública com qualidade social e política, comprometida com projetos educativos que mediem a formação crítica da classe trabalhadora, resistindo ao poder subalternizante da educação burguesa –, que ainda não conseguiu legitimar

esse espaço, enquanto espaço de atuação profissional. Ficando, como destacado anteriormente, a critério da administração pública a necessidade de tal contratação.

O amadurecimento (ético/político e teórico/metodológico) da categoria profissional possibilitou a apreensão da Política de Educação enquanto um espaço estratégico para a consolidação do Projeto Profissional. Ter a clareza desse espaço como potencial para o trabalho com base nos princípios da educação emancipatória e entendendo-o como um campo estratégico para além da profissão, mas, também, como uma estratégia de uma educação socialista como nos sinaliza Mészáros (2016) torna a educação um campo fértil de possibilidades e frentes de trabalho a serem protagonizadas pelo Serviço Social. O que particulariza o trabalho profissional na Política Pública de Educação, se não a formação humana em si, a possibilidade de contribuir com projetos educativos que visem à formação crítica do ser social, contribuindo para sua leitura de mundo, desvelando as contradições inerentes ao sistema capitalista e aos processos alienantes que a classe trabalhadora está mergulhada.

Nesse item do capítulo buscou-se dar visibilidade para os principais momentos históricos da categoria no que se refere à atuação profissional na Política de Educação, tendo como fonte empírica os referidos trabalhos que expressam a produção de conhecimento da área. Sendo que através dessa produção de conhecimento foi possível identificar que a profissão é requisitada para atuar por etapas e/ou modalidades, conforme a área de abrangência da política da esfera administrativa que é contratada (municipal, estadual ou federal). Portanto, no próximo capítulo será discutida a inserção profissional na referida política a partir da abordagem trazida nos trabalhos analisados, não podendo dissociar da discussão o lugar que a educação ocupa na sociedade capitalista e a forma com que o Estado, maior empregador da categoria na Política de Educação, atua para a consolidação da sociedade de classes.

4. A INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO CAMPO DE ANÁLISE

O Serviço Social, enquanto profissão, e, a atuação do Assistente Social, como especialização do trabalho, está inscrita na divisão social e técnica do trabalho social na sociedade capitalista, cabendo a este profissional a venda de sua força de trabalho, assim como os demais trabalhadores, aos detentores dos meios de produção, tendo em vista a necessidade de reproduzir-se socialmente. De acordo com Iamamoto (1999, p.27) o “Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do Assistente Social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social”.

Como referido no capítulo anterior o Serviço Social é um produto histórico (IAMAMOTO, 2010) da sociedade burguesa que vislumbra a necessidade de uma profissão que atue na formulação e/ou implementação de políticas sociais, atenuando os efeitos gerados pelo capital. As contradições presentes desde a gênese do Serviço Social tencionam o exercício profissional, devendo o Assistente Social mediar os conflitos entre o empregador e os sujeitos de direitos. Segundo Iamamoto (2004, p. 22) “por meio deste conflito estabelece-se uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada”. Contudo, ao vender a sua força de trabalho, aos detentores dos meios de produção, são estabelecidas as atribuições e as demandas a serem atendidas pelo profissional, cujo produto, está ligado à produção e reprodução das relações sociais de hegemonia a sociabilidade do capital.

O Serviço Social surge como uma das profissões chamadas a buscar o consenso para os supostos conflitos individuais, adequar comportamentos desviantes e anômicos e incidir em situações de tensionamentos que ameaçam e colocam em risco o ordenamento social. (GUERRA, 2013, p. 40)

Assim, a situação vivenciada pelo (a) Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado e com relativa autonomia, expressa a tensão em que o exercício profissional é desenvolvido, visto que a direção social expressa no Projeto Profissional e o produto do trabalho assalariado, requisitado ao Assistente Social, caminham em sentido antagônico.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

A Política de Educação, conforme estamos discutindo desde o início desse estudo, ocupa um lugar estratégico na sociedade de classes com o objetivo de reprodução e legitimação da ideologia dominante, através do desenvolvimento de práticas educativas subalternizantes junto à classe trabalhadora, consolidando assim a desigualdade social, inerente à sociedade capitalista. Contudo, entendemos que a Questão Social, ao mesmo tempo que é desigualdade social, é também resistência às diferentes formas de exploração desta sociedade. Assim, a educação ao reproduzir a sociedade de classes, ao fragmentar o sujeito social, fragilizando sua totalidade enquanto ser social constituído de subjetividade e objetividade, também é um potencial espaço para a constituição de diferentes expressões de enfrentamento aos projetos educativos subalternizantes.

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. (ALMEIDA, 2011, p.12)

É neste contexto contraditório que o Serviço Social se insere na Política de Educação, devendo ter clareza do lugar que a mesma ocupa na sociedade de classes, e entendimento do tensionamento presente no exercício profissional entre os princípios do Projeto Profissional (o compromisso com os interesses da classe trabalhadora) e as requisições do Estado à profissão. No decorrer desse capítulo, iremos trabalhar como se dá a inserção profissional na referida política, a partir da abordagem trazida na produção de conhecimento do Serviço Social (trabalhos Anais do CBAS e ENPESS 2008-2016).

4.1. A INSERÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A viabilização do direito a educação, através dos princípios da *universalidade* e da *obrigatoriedade*, faz com que se ingresse nas instituições educativas os segmentos da classe trabalhadora, que até então, não tinha acesso à educação. Contudo, para além dos sujeitos sociais ingressa com eles a realidade social vivenciada pela classe, logo os processos sociais, expressões da desigualdade social emergem no âmbito educacional, impactando, tanto na permanência dos estudantes, quanto no seu desenvolvimento cognitivo e social. Realidade que faz emergir ações governamentais para além do acesso, começando a ser pensadas ações de permanência e conclusão da etapa acessada. Tal realidade irá resultar na conformação da Política de Educação enquanto um espaço emergente de atuação profissional a partir da década de 1990. Através da análise de conteúdo realizada na produção da categoria é possível apontar para a convergência de que o acesso e a permanência são eixos fundantes da política para a inserção profissional na Educação.

(...) a profissão é acionada para dar conta das expressões da questão social que prejudicam o acesso e a permanência dos alunos nas unidades educativas, sendo o trabalho do assistente social requisitado como parte das estratégias de controle social do Estado (CFESS, 2011), tendo em vista a necessidade de universalização da educação, como um dos indicadores utilizados pelos Organismos Multilaterais, para a concessão de subsídios financeiros e para reprodução da força de trabalho. Neste terreno de tensões e de projetos sociais em disputa é que se institui o trabalho profissional. (T42, CBAS, 2013)

Nestes parâmetros, a inserção dos assistentes sociais na educação, inclusive na modalidade do ensino superior, tem ocorrido principalmente para atender às demandas socioinstitucionais de crescimento das formas de acesso e de permanência dos alunos, que se instituem através de programas, a partir das pressões de movimentos sociais e de sujeitos políticos em busca da universalização da educação pública. No entanto também responde e se subordina aos ditames dos organismos multilaterais, e às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. (T35, CBAS, 2016)

Respondendo a interesses contraditórios: a luta pela defesa da universalização da política de educação e a exigência do capital para a formação/qualificação da força de trabalho, ampliasse o acesso à educação formal. A inserção de assistentes sociais atende a requisições

sócio-institucionais para efetivar acesso e a permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de ensino. (T11, ENPESS, 2016)

Os extratos em questão nos apontam que a expansão das ações de acesso e permanência na Política de Educação, assim como abordado no capítulo três, trazem uma contradição iminente a esse processo, pois se de um lado teremos as ações reguladoras dos organismos internacionais, com orientações neoliberais na gestão do Estado traçados pelo Consenso de Washington (1989), por outro teremos o acesso de diferentes segmentos da classe trabalhadora até então fora das instituições educativas. É neste contexto de atuação profissional, de projetos societários em disputa que o Serviço Social insere-se, sendo requisitado pelo Estado a atuar frente às demandas que interferem no processo de ingresso e de permanência dos sujeitos na política. Aspecto que fica mais evidente nos trechos a seguir:

O/A assistente social nos últimos anos tem sido requisitado, também para atuar em programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada, da pessoa com deficiência. (T14, CBAS, 2013)

Neste sentido o profissional tem como objetivo principal da sua atuação: **Contribuir para o acesso e permanência dos discentes a escola, nisto se resume toda lógica da inserção do assistente social na educação básica.** (T19, ENPESS, 2014)

O caráter eminentemente inclusivo atribuído à Política de Educação Profissional e Tecnológica na atual conjuntura veio endossar a necessidade de investimento em ações direcionadas para o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional, fato que tem sido apontado como um dos fatores que tem contribuído para **ampliar a requisição do Serviço Social** no âmbito educacional. (T11, ENPESS, 2014)

Nas duas últimas décadas, os assistentes sociais têm sido inseridos na Política de Educação para atender as demandas das Instituições, **as quais vêm ampliando as condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de ensino.** (T37, CBAS, 2016)

Por intermédio dos referidos extratos fica claro qual seja a requisição do Estado aos profissionais que passam a atuar nas diferentes etapas e modalidades, seja com o público atendido pela Educação Especial, como com o público da Educação Profissional, visto que tais eixos (acesso e permanência) conduzem as ações e programas governamentais da Educação Infantil à Educação Superior. No

entanto, o trecho do T19 (ENPESS, 2014) exige nossa maior atenção, visto que tende a resumir a importante inserção profissional na educação nas ações ligadas à expansão do acesso e da permanência. O foco do Serviço Social nas políticas sociais é a luta pela garantia de direitos. No entanto, a garantia ao acesso e à permanência de todos os sujeitos à educação não pode ser considerada pela categoria profissional um fim em si mesma, como se o ingresso nas instituições educativas fosse suficiente para a democratização do direito a educação pública, com qualidade social e política, comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Entender a questão do acesso e a da permanência nesse viés é não apreender o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, deixando as contradições inerentes a esse espaço sociocupacional latentes.

O acesso de todos, constitui-se certamente num avanço e deve permear a ação profissional na luta pela educação pública, de qualidade e para todos. Entretanto, empenhar essa luta no sentido de conceber o acesso como a finalidade do trabalho profissional e mais do que isso, como estratégia para a consolidação dos princípios do Projeto Profissional, é compactuar com uma visão reducionista da realidade social, isenta de contradições e de interesses antagônicos em disputa inerentes ao modelo econômico vigente. Entretanto, somos instigados a pensar a consolidação do espaço sociocupacional como uma estratégia de materialização do Projeto Profissional, pensando a educação para além da operacionalização do marco regulatório, mas como um “processo social de formação dos sujeitos que se quer crítica e com princípios emancipatórios,” devendo ser desenvolvida ao longo da vida do ser social.

O quadro 04, exposto a seguir, traz uma síntese dos dados analisados e sistematizados sobre o acesso e a permanência, bem como a infrequência e a evasão como demandas que são atendidas pelo Assistente Social na Política de Educação.

DEMANDAS	ATIVIDADE PROFISSIONAL	PRODUTO	CONTRADIÇÃO
<p>Acesso e permanência</p>	<p>- Os assistentes sociais na educação têm trabalhado com as políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte); os programas de “pais sociais”; os processos de elegibilidade para ingresso na Educação Infantil; a elaboração de critérios para a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade; as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda; a consolidação da educação inclusiva; os pedidos de aplicação de medidas protetivas; o acompanhamento das medidas socioeducativas; a elaboração dos planos individuais de atendimento; os programas de erradicação do trabalho infantil; a assessoria no âmbito do Ministério Público; o acesso à educação pelos internos do sistema prisional e os vestibulares comunitários são algumas das expressões concretas de como, ao longo da última década, a questão do acesso e da permanência na educação escolar tem sido enfrentada a partir da interface da educação com diferentes políticas públicas. (T14, CBAS, 2013)</p> <p>- (...) o trabalho profissional tem como foco de atuação os eixos de acesso e permanência (...) o que resulta em um conjunto de ações profissionais, para viabilizar o direito à educação. Tais ações se constituem nas instâncias de gestão e execução da Política Pública de Educação Básica. Contudo, elencam-se quatro ações que caracterizam o trabalho do Assistente Social na política pública de Educação Básica na região X: avaliação socioeconômica; articulação das redes de atendimento das demais políticas sociais; planejamento e execução de encontros de formação continuada à comunidade escolar e assessoria técnica às escolas. (T09, CBAS, 2013)</p> <p>- Executa projetos sociais com a finalidade de auxiliar o</p>	<p>- A contribuição do Serviço Social na universalização dos acessos, das ações de permanência de qualidade, atuando em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos dos alunos, é um dos caminhos para se superar as graves desigualdades sociais e chegar talvez à construção concreta e real da cidadania. (T26, ENPESS, 2014)</p> <p>- A sua atuação deve ser voltada para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo através dos programas sociais que se concretiza a garantia dos direitos sociais, no caso o direito à educação. (T27, ENPESS, 2012)</p>	<p>- Assim, o/a Assistente Social é requisitado naquele espaço na perspectiva de promover a “inclusão” pela educação, seja através das políticas de acesso e permanência, seja pelos programas ou projetos de natureza socioeducacional. Ambas podem servir de meio para o enfrentamento das expressões da “questão social” através da educação – em seu sentido estratégico, já que se localiza no âmbito da formação do sujeito, podendo tornar-se um espaço mediatizado pela garantia de direitos –, ou para encobrir “as determinações sociais da desigualdade do acesso e as razões de sua não universalização” (ALMEIDA, 2011, p. 51). (T38, ENPESS, 2012)</p> <p>- Vale ressaltar que a atuação do Serviço Social na educação não se restringe apenas aos programas assistenciais que visam promover o acesso e a permanência do aluno na escola. Trata-se, portanto, de um trabalho profissional que está além da aplicação de procedimentos técnicos e operacionais, devendo ser levada em consideração toda a dinâmica contraditória que envolve o espaço educacional. O Assistente Social através de sua formação crítica com o intuito de formular estratégias que visem à transformação social, tem no âmbito escolar, a possibilidade de construção de um novo saber, pautada</p>

	<p>processo de ensino-aprendizagem dos alunos de baixo poder aquisitivo, (...) e promover ações para ampliar a prática educacional inclusiva. (...) Serviço Social, trabalha nessa perspectiva, visto que cria mecanismos para viabilizar a permanência e a conclusão de curso dos que ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades para que seus alunos possam progredir na vida acadêmica com sucesso. (T02, ENPESS, 2008)</p> <p>- As competências requeridas aos assistentes sociais no contexto educacional giram em torno de: solicitação de assessoramento para facilitar a permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas, elaboração de estudos socioeconômicos para fins de benefícios da política de assistência estudantil, composição de equipe multidisciplinar para acompanhamento das situações de infrequência, retenção e evasão (...) (T21, CBAS, 2013)</p> <p>- O Assistente Social, além de atuar juntos aos programas estudantis, realiza outras atividades inerentes à profissão, como identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que possam vir a interferir no processo de ensino aprendizagem contribuindo para permanência do discente na escola, identificando e acompanhando situações que contribuem para o baixo rendimento escolar, reconhecendo suas causas e propondo soluções, estimulando a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus filhos como forma de prevenir a evasão escolar, propondo ações que culminem para o bem estar de toda a comunidade escolar, realizando intervenções familiares quando necessário, realizando orientação quanto aos direitos e deveres familiares, encaminhando os discentes para as redes de atendimentos quando verificado a necessidade, entre outros. (T06, CBAS, 2016)</p>	<p>- A inserção do/a Assistente Social nessa política pode contribuir para a democratização desse espaço e favorecer a partir da articulação com outras entidades o acesso e permanência nas instituições de ensino. Apesar das limitações da política educacional na sociedade capitalista e todas as contradições que envolvem a educação, a luta pelo acesso e permanência nas instituições formais de ensino é uma bandeira ainda atual da classe trabalhadora, tendo em vista a importância da educação formal para esse segmento da população. Nessa direção, a análise do trabalho do/a Assistente Social na educação assume um papel estratégico no processo de luta e democratização da educação. (T32, ENPESS, 2012)</p>	<p>na interlocução com diversas áreas do conhecimento, para o enfrentamento das refrações da questão social, objetivando a busca de uma educação qualificada que vislumbre a emancipação humana. (T1, ENPESS, 2014)</p> <p>- (...) a intervenção do Serviço Social não pode ser somente com aquele estudante acompanhado pelos programas de auxílio estudantil. A atuação do Assistente Social, inserido na equipe multiprofissional da instituição, envolve ações que visam abranger todos os estudantes, as famílias, os docentes e aos demais trabalhadores da educação. Passa pela identificação das expressões da <i>questão social</i> que limitam a permanência, a aprendizagem e a qualidade da educação prestada. A reconfiguração do respectivo setor, nesse sentido, deveria potencializar a construção da formação humana integral e de uma educação pública na perspectiva emancipatória. (T12, CBAS, 2016)</p> <p>- Apesar das limitações da política educacional na sociedade capitalista e todas as contradições que envolvem a educação, a luta pelo acesso e permanência nas instituições formais de ensino é uma bandeira ainda atual da classe trabalhadora, tendo em vista a importância da educação formal para esse segmento da população. Nessa</p>
--	---	--	--

	<p>- Garantir o direito a educação não é restrito apenas ao acesso, mas a permanência do aluno na escola independente dos conflitos e limites que podem surgir no espaço família/sociedade/escola e independente de sua situação social e econômica. Neste panorama, surge à importância do trabalho do Assistente Social, pois o contexto escolar é caracterizado por conflitos, jogo de interesses, pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social, cabe ao Assistente Social encaminhar e orientar quanto aos benefícios e direitos sociais. (T12, ENPESS, 2012)</p>		<p>direção, a análise do trabalho do/a Assistente Social na educação assume um papel estratégico no processo de luta e democratização da educação. (T32, ENPESS, 2012)</p>
<p>Infrequência e Evasão</p>	<p>- (...) trabalho realizado pela equipe de assistentes sociais, juntamente com a equipe gestora de cada unidade escolar, que monitora a frequência mensalmente e, fazem as intervenções necessárias, buscando sempre impedir a evasão escolar junto às famílias, interface com toda a rede de proteção do município, envolvendo a Política de Assistência Social e Saúde, Conselho Tutelar e demais órgãos. (T53, CBAS, 2016)</p> <p>- Atua tanto de forma preventiva com palestras, oficinas socioeducativas e capacitações aos profissionais da educação, quanto na realização de visitas domiciliares e institucionais, orientações e encaminhamentos à rede sócioassistencial. (T57, CBAS, 2016)</p> <p>- o trabalho de assistentes sociais em sala de aula na perspectiva de uma atuação mais propositiva, com diálogos diretamente com os alunos sobre temas relacionados à cidadania, autonomia e direitos sociais – diálogos estes que também tem sua participação no enfrentamento à evasão escolar. (T05, ENPESS, 2014)</p>	<p>- A redução da evasão e da retenção escolar compõe o rol de objetivos do PNAES juntamente com a democratização das condições de permanência dos estudantes, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais na permanência dos jovens na Educação Federal Superior e a contribuição para a promoção da inclusão social pela Educação. (T05, ENPESS, 2014)</p>	<p>- O Assistente Social não deve limitar-se a tratar apenas a evasão escolar, os problemas comportamentais e as questões entre famílias e escola, como alguns pretendem, pois esta visão, fragmentada e reducionista, contribui com um modelo educativo que reproduz as desigualdades em lugar de enfrentá-las. (T72, CBAS, 2016)</p>

Quadro 4 - Extratos dos trabalhos sobre as demandas: Acesso e Permanência/ Infrequência e Evasão

Fonte: Sistematizado pela autora com base na análise dos trabalhos publicados nos Anais dos Encontros (ENPESS: 2008; 2010; 2012; 2014 e 2016.CBAS: 2010;2013 e 2016).

O quadro 04 demonstra a sistematização dos dados empíricos analisados, trazendo o acesso e a permanência, tanto como demandas pelas quais os assistentes sociais são requisitados a atuarem na Política de Educação, como produto do trabalho profissional. Os extratos demonstram que o exercício profissional é planejado e desenvolvido para viabilizar o acesso e a permanência dos sujeitos, sendo desenvolvidas ações que perpassam desde avaliações socioeconômicas até articulação com as demais políticas setoriais com o objetivo de promover o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudos. Com base nos textos analisados, percebe-se que o profissional ao inserir-se nos processos de trabalho¹⁶, para os quais é requisitado, desenvolve o exercício profissional de forma a atender as requisições previstas pelos programas e projetos governamentais. Contudo, os extratos (T38, ENPESS, 2012 e T01, ENPESS, 2014) que expressam a contradição em tal processo nos apontam que o trabalho do (da) Assistente Social tanto pode atuar para o enfrentamento das expressões da Questão Social, quanto para “encobrir as determinações sociais da desigualdade do acesso e as razões de sua não universalização” (T38, ENPESS, 2012). Desataca-se a necessidade de o (a) profissional ter a clareza da constituição sócio-histórica do Brasil para compreender que a educação, enquanto direito social, foi negada ao longo da história do país, visto que, o Brasil, na condição de capitalista dependente e fornecedor de mão de obra manual, “não necessitava, e ainda não necessita”, de formação para todos, sendo, desde então, uma educação com traços classista e elitista, conforme abordado nos capítulos anteriores. Contudo, enfatiza-se que a atuação profissional não deva se restringir ao trabalho com esses dois eixos fundantes da inserção profissional, mas ao compreender as contradições presentes na constituição da educação, enquanto Política Social, apreender o espaço estratégico que a educação

¹⁶ O pressuposto, que orienta essa proposta, é o que de que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado (IAMAMOTO, 2010, p. 429). Sendo que os elementos constitutivos de qualquer processo de trabalho são compostos pela atividade humana, ou seja, a força de trabalho; pela matéria-prima, que é o objeto de trabalho; pelos instrumentais, os quais são os meios entre a atividade humana e a matéria a ser trabalhada.

ocupa para a profissão como instrumento de luta e resistência aos projetos subalternizantes destinados à classe trabalhadora.

O quadro 04 também traz a síntese que aparece nos trabalhos referentes à demanda da infrequência e evasão: focos de atuação dos programas governamentais, tendo metas específicas no PNE (2014/2024). Podemos estimar que em 90% dos trabalhos analisados aparece, em algum momento, a diminuição dos índices de evasão escolar como estratégia a ser buscada pelo Serviço Social. Contudo destacamos que tanto a evasão, quanto a infrequência e o *fracasso escolar* (baixo rendimento) são expressões da Questão Social que precisam ser apreendidos pelo Serviço Social em sua totalidade e historicidade que acompanha a Política de Educação desde sua constituição enquanto política, visto que a realidade social vivenciada pela classe trabalhadora, permeada pela desigualdade social, faz com que no âmbito da educação tais expressões sejam vivenciadas. Contudo, o trabalho profissional deve trazer as referidas expressões em seu movimento com a realidade social, explicitando suas contradições, ou seja, relacionando-as com a dinâmica da sociedade capitalista. Aspecto que contribuirá para que não ocorra a culpabilização dos sujeitos e a realização de um exercício profissional focalizado, reduzindo à atuação as demandas tal como aparecem na realidade, livre de mediações e negando o movimento dialético da realidade social.

O trecho expresso no T72 (CBAS, 2016) chama a atenção da categoria no sentido do exercício profissional não limitar-se ao trabalho com a evasão e aspectos comportamentais, por exemplo, sob o risco de o trabalho profissional consolidar no espaço educacional a visão distorcida trazido no parágrafo anterior de que as expressões da Questão Social sejam abordadas no âmbito familiar, contribuindo para a fragmentação do trabalho profissional, desenvolvendo o mesmo dissociado das contradições da sociedade de classes. Tanto a evasão, quando a infrequência escolar, influenciam na garantia do acesso e da permanência na Política de Educação, sendo assim um dos focos de atuação das ações e objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil¹⁷ (PNAES).

¹⁷ No ano de 2007, o Ministério da Educação, após anos de reivindicação das organizações estudantis e dos gestores das IFES (Instituições Federais de Educação Superior), instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é contribuir com “a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (MEC, P.N nº. 39, 2007, p.1º, Art.3º). Esse programa

4.1.1. A ênfase no debate sobre a inserção e exercício profissional na política junto à Assistência Estudantil e sua interface com a Educação Profissional e Superior

Como foi visto no capítulo anterior, a Política de Educação é organizada e planejada para a ampliação do acesso e para a garantia da permanência, sendo o número de matrículas e o índice de evasão, indicadores avaliados pelas agências internacionais, órgãos dos quais o Brasil firma acordos para o alcance de metas e financiamentos. O esforço do governo brasileiro em viabilizar o direito à educação, faz emergir a assistência estudantil como ação que perpassa todas as etapas e modalidades para viabilização do acesso e da permanência. Ou seja, podemos entender a assistência estudantil como conjunto de ações governamentais para viabilizar o acesso e a permanência da classe trabalhadora, tendo em vista as múltiplas expressões da Questão Social por ela vivenciadas (classe) e a necessidade da reprodução da força de trabalho, via formação (preparação profissional) e controle político. Contudo, devemos compreender também a assistência estudantil como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora que, ao ingressar na educação institucionalizada, enfrenta um conjunto de desafios, pela sua condição de classe, que limitam ou dificultam a viabilização de sua permanência nas diferentes etapas da política (Educação Infantil até Educação Superior).

(...) ao reconhecer e institucionalizar algumas demandas sociais, o Estado responde a algumas reivindicações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que atende aos interesses do capital através das políticas sociais, viabilizando serviços sociais (BARBOSA, 2015, p.40)

Na Educação Profissional e Educação Superior se institui a partir de 2007 a assistência estudantil para dar conta da permanência dos sujeitos e redução das taxas de evasão, visto o aumento expressivo do contingente de estudantes oriundos da classe trabalhadora na universidade pública através do programa de

compreende ações da assistência estudantil, tais como: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Essas ações são viabilizadas, em grande parte, por meio de bolsas (transferência de renda) com o intuito de cobrir as despesas dessas várias necessidades.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo como objetivo principal garantir a expansão do acesso à Educação Superior. Diferentemente da Educação Básica (exceto a Educação Infantil) que o contingente de vagas (porta de entrada para o acesso) é descentralizada e pensada para atender a população no entorno da comunidade de residência dos estudantes, não gerando com isso uma significativa demanda por transporte escolar. Mesmo assim, como vimos no capítulo anterior, o MEC repassa recursos às redes municipais, viabilizando o acesso aos alunos oriundos da zona rural e/ou que possuem alguma deficiência. Também nessa etapa da Educação Nacional, há previsão de alimentação no período de frequência à escola, além de material e livro didático. Assim as questões ligadas ao transporte, material didático e alimentação são subsidiados a todos os alunos matriculados¹⁸, cumprindo assim o caráter universal da política. No entanto a qualidade dos serviços prestados, deve ser aspecto de constante controle social por parte dos conselhos de direitos (Conselhos Escolares, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho de Educação, Conselho do FUNDEB, dentre outros órgãos), visto a precarização dos serviços prestados pelos municípios e estados que, na sua maioria, acabam contratando a iniciativa privada para a execução, ou seja, a terceirização é uma realidade presente na gestão pública que desafia a viabilização dos direitos, no caso, o direito à educação pública.

A municipalização e a descentralização da Política de Educação na esfera administrativa municipal e estadual são responsáveis ao atendimento obrigatório dos estudantes de 04 até 17 anos de idade. Realidade que resultará em uma maior cobertura no atendimento, se comparado com a Educação Profissional e Superior de responsabilidade da esfera administrativa federal, a qual apresenta uma grande defasagem no número de matrículas, conforme ilustrado no quadro 02. Fator que desencadeou o REUNI e a ampliação dos Institutos Federais, levando a implementação do PNAES e consequentemente a emergente inserção do Serviço Social nessa etapa da educação nacional a partir de 2008, como podemos apontar a partir da análise dos dados trazidos no capítulo anterior, mostrando o aumento

¹⁸ Apenas o transporte escolar não é estendido a todos os alunos, mas apenas os residentes na zona rural e os alunos com alguma deficiência.

gradativo de publicações de trabalhos nesta área de atuação. Os extratos a seguir expressam essa realidade vivenciada pela profissão:

As situações de vulnerabilidade pessoal e social, oriundas das condições sócio-econômicas, são identificadas como causadoras da evasão escolar devido à impossibilidade de permanecer na escola, custeando transporte, hospedagem, alimentação, material escolar. **Esta assistência aos estudantes com comprovada carência sócio-econômica é atribuição do profissional do Serviço Social.** (T03, ENPESS, 2010)

A inserção do/a assistente social no ensino superior e tecnológico ocorre, principalmente, em função da ampliação dos programas de assistência estudantil nessas instituições. (T32, ENPESS, 2012)

Neste percurso torna-se possível compreender **o processo de inserção do Serviço Social nesse espaço ocupacional demandada para a profissão via a implementação da política de assistência ao estudante**, através de programas e projetos que garantam a permanência do aluno no ambiente escolar e elucidem seus direitos estudantis e sociais. **Vale salientar, que é necessário compreender que a educação é determinada socialmente pelos condicionamentos sócio-histórico da sociabilidade capitalista contemporânea, capazes de limitar também o exercício profissional.** (T15, ENPESS, 2012)

Sendo assim, os (as) assistentes sociais se inserem na Política de Educação, sendo requisitados pelo Estado para desenvolver ações ligadas à Assistência Estudantil, tendo como foco as ações para garantia ao acesso e à permanência dos estudantes, diminuindo as taxas de evasão. Dos 265 trabalhos, 114 (67 trabalhos da Educação Profissional e 47 trabalhos na Educação Superior) trazem *especificamente* a assistência estudantil¹⁹ como requisição ao Serviço Social. Dos trabalhos analisados foi possível sistematizar como a assistência estudantil é abordada nos mesmos,

A assistência estudantil tem sido tema que, nos últimos anos, vem saindo da posição periférica que sempre ocupou e assumindo seu protagonismo nas universidades federais. Com a adoção de ações que buscam ampliar o acesso à educação superior, que ganharam ênfase na última década, **a questão da permanência passa a ser considerada estratégica, especialmente por atuar diretamente na redução dos percentuais de evasão.** Este tem sido um grave problema a ser enfrentado pelas instituições federais **e apontado como meta das atuais políticas educacionais para a educação superior.** (T24, ENPESS, 2012)

¹⁹ Na educação Básica as ações desenvolvidas foram apreendidas como ligadas a assistência estudantil, no entanto não são trazidas de forma explícita nos trabalhos, assim como é na Educação Profissional e Educação Superior.

O Programa de Assistência Estudantil **consiste na concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino** presenciais ofertados pela Instituição. Compreende **benefícios voltados para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica**, além de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. (T22, CBAS, 2013)

A assistência estudantil ganha, portanto, **um papel de destaque**, pois de **nada adianta assegurar a inclusão sem um esforço no sentido de garantir a permanência dos estudantes na instituição, a conclusão do curso com êxito e a possibilidade concreta de competir no mercado de trabalho**. (T39, CBAS, 2013)

Os extratos trazem a assistência estudantil como ação que protagoniza o direito à educação, pensado pela lógica apenas do acesso e da permanência, sendo a permanência o foco de atenção das ações do programa que busca com a redução das taxas de evasão que os estudantes concluam seus estudos, como expresso no T39 (CBAS, 2013), passando a ter assim a possibilidade de competir no mercado de trabalho. Essa questão nos faz perceber que o paradigma da empregabilidade está presente inclusive na concepção desenvolvida pela profissão. Não sendo apreendida nenhuma concepção que expressa às contradições que perpassam pela assistência estudantil enquanto estratégia do Estado em manter os poucos segmentos da classe trabalhadora que acessam esta etapa da formação, visto a pouca oferta de vagas na Educação Profissional e da Educação Superior Pública, resultando em instituições centralizadas que demanda para população que as acessa a necessidade de transporte e ou moradia, visto o deslocamento dos estudantes. Realidade que acaba por gerar outras necessidades, como por exemplo, a alimentação. Uma vez a não universalização dessas etapas da educação nacional, as ações de Assistência Estudantil também não são para todos que necessitam, visto o pouco recurso destinado ao programa. Realidade que conforma estas etapas como espaço de atuação profissional. De acordo com os dados expressos nos 114 trabalhos foi possível sistematizá-los trazendo a atuação profissional nos extratos a seguir:

(...) o Serviço Social tem como objetivo principal dar condições aos alunos se manterem na escola, atuando na prevenção e no enfrentamento de questões sociais, propondo benefícios como bolsas de estudo, bolsas de monitoria, auxílio transporte e isenção de taxas, cópias e apostilas e outros projetos de extensão. (...) (T02, ENPESS, 2008)

Política de Assistência ao Estudante como espaço de inserção do Serviço Social na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Com a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional, **alargam-se as demandas de intervenção do profissional do Serviço Social, na formulação e implementação de uma Política de Assistência ao Estudante**, que tem como foco a permanência com êxito do aluno no espaço institucional, em face dos novos contornos da questão social que se apresenta na sociedade. (...) vem se configurando em dois âmbitos: no **atendimento direto aos estudantes, através de programas que viabilizam a permanência e o êxito no percurso escolar**, e no **planejamento, formulando a política de assistência ao estudante**. São dois âmbitos de inserção do Serviço Social na Política da Educação Profissional e Tecnológica, que se constituem em elementos da organização do trabalho do Assistente Social na Instituição (...) (T14, CBAS, 2010)

Sendo assim, nos Institutos Federais os profissionais de Serviço Social objetiva no seu exercício profissional contribuir para à permanência e uma melhor apreensão do ensino-aprendizagem do aluno na Instituição, intervindo, por meio dos programas e projeto assistenciais nas questões de ordem socioeconômica que afetam e/ou dificultam a concretização desse processo e garantindo, desta forma, a defesa dos direitos sociais relativos à educação. (...) torna-se **necessário um trabalho que garanta, não apenas a permanência do aluno, através dos programas de assistência estudantil**, mas também uma ação que trabalhe conjuntamente com os demais profissionais dos Institutos, na busca do desenvolvimento de **projetos e programas de caráter pedagógico, como um meio de prevenção e combate, as expressões da questão social** como a violência de gênero, discriminação por condições econômicas, violência contra o adolescente, questões de moradia, drogadição, preconceito racial, dentre outras. (T15, ENPESS, 2012)

O cotidiano profissional no Instituto tem sido prioritariamente com o Programa de Assistência Estudantil. (...) Esta ação permite viabilizar a isonomia entre os educandos, melhor qualidade de ensino e aprendizagem, agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão escolar decorrentes da insuficiência financeira. (T19, CBAS, 2013)

(...) **os assistentes sociais concentram sua atuação profissional na gestão e na execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, o que "dá" status e reconhecimento ao Serviço Social**. Há assistentes sociais presentes tanto nas reitorias, para atuarem na gestão, quanto no *campus*, na gestão e execução do mesmo. **Existe uma tendência dos gestores identificarem o assistente social como o profissional qualificado para atuar na gestão e execução do PNAES**; (T28, CBAS, 2013)

(...) com o intuito de garantir a permanência e o melhor desempenho dos alunos dentro da instituição, (...), **o profissional de serviço social atua junto à assistência estudantil com a execução de programas que estejam vinculados ao apoio financeiro dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social**, com a realização de avaliação socioeconômica e de visitas domiciliares do aluno usuário. (...) **o serviço social dentro do Instituto Federal X tem se dedicado preferencialmente às atividades de concessão dos programas da assistência estudantil**. No entanto, a Política de Assistência Estudantil do IF X não se resume à concessão de auxílios e bolsas, o trabalho da

assistente social vai muito além. (...), está atribuída ao Assistente Social na Política de Assistência Estudantil **a intervenção no processo ensino-aprendizagem, qualquer que seja a interferência nesse processo, o profissional deve estar atento no intuito de facilitar e fortalecer a permanência do estudante na instituição.** (T04, CBAS, 2016)

Com base nos extratos que expressam a atuação profissional, tendo a Assistência Estudantil como eixo norteador, é preciso termos clareza de que o Estado está requisitando os assistentes sociais para atuarem na educação (com ênfase na Educação Profissional e Superior) para o desenvolvimento de ações específicas da Assistência Estudantil, tendo em vista o acesso de segmentos da classe trabalhadora que vivenciam os diferentes processos sociais ocasionados pela desigualdade social e que são inerentes a sua condição de classe. Necessitando, tais segmentos, de subsídios materiais para conseguirem permanecer e concluir a etapa cursada, tendo em vista a não universalidade do direito à educação que é direito público e subjetivo.

É neste contexto que ganha visibilidade a ampliação da requisição pela inserção de assistentes sociais nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, para operarem diretamente com as “políticas”, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das “políticas”, programas e projetos na concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica. Mesmo considerando a diversidade das formas de inserção e atuação dos/as assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais, a predominância desse tipo de demanda profissional impacta decisivamente na imediata associação entre o desenvolvimento de tais “políticas”, programas e projetos e a sua atividade profissional, provocando equívocos e tensões (...) (CFESS, p. 40, 2012)

Através dos extratos dos trabalhos é possível apreender que, a realização das ações ligadas à Assistência Estudantil, expressa o exercício profissional nesse espaço sociocupacional. Sendo identificado no T28 (CBAS, 2013) que é através das ações ligadas a Assistência estudantil que o (a) profissional é reconhecido da dinâmica institucional. Podemos destacar, através dos extratos dos trabalhos trazidos anteriormente, que os (as) profissionais ao desenvolverem majoritariamente no cotidiano profissional as ações previstas no programa, acabam interiorizando os objetivos e metas do mesmo como se fosse o produto do trabalho profissional. Assim podemos sinalizar que os (as) assistentes sociais podem ser capturados pelos programas e requisições institucionais, transformando em produto do trabalho

os fins do programa, não estabelecendo nenhuma mediação entre o processo de trabalho que se insere na instituição e às dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas e, conseqüentemente, com o Projeto Profissional. Assim, a maioria dos trabalhos expõem as ações de assistência estudantil, realizadas pelo Serviço Social, sem estabelecer nenhuma relação com o Projeto Profissional. Segundo Netto (1999, p. 05): “Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas.”

Os extratos dos trabalhos apontam para a garantia do acesso e da permanência dos alunos na universidade e/ou institutos federais sem problematizar sobre qual educação está se buscando o acesso e a permanência. Sobre as contradições deste processo de trabalho, desenvolvem-se simplesmente ações de assistência estudantil para garantir o direito ao acesso e à permanência, objetivando a conclusão da etapa cursada. O que pode resultar, assim, numa ação profissional na *assistência estudantil como um fim em si mesma*.

Na maioria dos trabalhos não se identifica uma discussão, mesmo que de fundo, sobre a categoria educação. Evidencia-se que a categoria central de discussão é a assistência estudantil e a preocupação no fortalecimento da mesma como estratégia de garantia do direito à educação (ação necessária para garantir a permanência e a conclusão dos cursos, pois não basta a garantia apenas ao acesso, visto o público atendido representar segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora). No entanto, há outra questão que deve estar explicitada aos profissionais que atuam na Política de Educação que são as condições em que essa educação se processa, seja beneficiário ou não das ações da assistência estudantil. Qual a qualidade social e política desta formação? Qual o local que ela ocupa nessa sociedade e quais estratégias de resistência podem ser viabilizadas?

Dessa forma, salienta-se que o acesso e permanência tratados pela assistência estudantil não esgotam o potencial e o alcance do trabalho dos (das) assistentes sociais na educação. Identificamos, através do extrato do T04 (CBAS, 2016), a exposição de que a Assistência Estudantil não se resume às ações de concessão de bolsas, apontando que o trabalho do (a) Assistente Social deve se dar também no sentido de identificar os aspectos que influenciam o processo de ensino e aprendizagem, intervindo para que tais questões não prejudiquem a permanência

na instituição. Contudo, enfatizamos que tal tentativa de ampliar a atuação profissional para além de avaliar os aspectos socioeconômicos para conceder, ou não, o benefício não consegue extrapolar a visão implícita nesse processo de *ajustamento e controle* das expressões da Questão Social que interfiram no processo de acesso e permanência dos sujeitos na política, podendo obscurecer as contradições vivenciadas em tal processo. Ter clareza das contradições inerentes a este espaço sociocupacional, os projetos societários em disputa, materializados em projetos educativos, são essenciais para a apreensão deste espaço de atuação e sua estratégia de materialização do Projeto Profissional. Contudo, verificamos a atuação profissional na assistência estudantil voltada prioritariamente a atender as necessidades materiais dos educandos, através de uma atuação burocratizada, tecnicista e pontual. O que pode levar à redução do exercício profissional na realização de tarefas, atendendo as requisições postas sem a apreensão crítica da realidade.

É certo que estamos diante de algo que não é novo, ainda que certamente esteja repleto de componentes que o atualizam sem, todavia, promover qualquer tipo de alteração – por menor que seja – na sua essência. Perde-se, então, o ponto de vista de totalidade, reduz-se e reedita-se um tipo de “saber profissional” restrito à mínima sistematização de assuntos imediatamente impostos à profissão e aos profissionais, como prioridades que justificam a existência do Serviço Social no processo de gerenciamento do pauperismo, bem como lhes oferecem legitimidade e um porto seguro. (SILVA, p. 93, 2010)

A avaliação socioeconômica ganha destaque nos trabalhos como instrumento profissional utilizado para viabilizar as ações de assistência estudantil.

Em linhas gerais, podemos dizer que o assistente social atua na concessão destas políticas realizando análises socioeconômicas a depender dos critérios de elegibilidade existentes nas universidades, utilizando-se de vários instrumentos, tais como entrevistas, visitas domiciliares, e análise documental. **Cabe ressaltar que o trabalho vem sendo marcado pela construção dos parâmetros da análise socioeconômica, pela construção dos instrumentos, rotinas e formulários, bem como pela organização de toda a logística que envolve o processo desta atividade.** Além disto, a equipe também é responsável pela seleção e capacitação dos assistentes sociais a serem contratados para os processos de análise socioeconômica para fins de ingresso e concessão de bolsa. Nesta seleção, os profissionais são submetidos à análise curricular e entrevistas, nas quais **se observa, além da experiência na execução de análise socioeconômica, a organização, a responsabilidade e desenvoltura, tanto para o trabalho individual, quanto para o convívio**

em grupo durante a realização da atividade. Os assistentes sociais, selecionados após a entrevista, participam ainda de uma capacitação, na qual a Equipe de Serviço Social ministra palestras com o objetivo de aproximá-los da realidade da **análise socioeconômica**, bem como sobre o uso dos formulários específicos. (T10, ENPESS, 2010)

Um dos aspectos a ser ressaltado nas atividades desempenhadas pelas assistentes sociais no IFCT é o **lugar ocupado pela atividade de avaliação socioeconômica e/ou o estudo social**, como pode ser observado no detalhamento acima. **Este procedimento é amplamente utilizado na operacionalização dos programas de assistência estudantil, uma vez que a maioria dos programas de apoio aos/às estudantes na instituição utilizam critérios sociais e econômicos para inserção.** Assim, considerando que **cabe à assistente social definir quem tem o direito à assistência estudantil** (por meio da avaliação socioeconômica), a equipe do IF tem discutido e reafirmado que o critério de renda não deve ser superior às necessidades sociais. O/a estudante deve ser contextualizado/a no lugar social que ocupa e na família no/a qual se insere. (T27, CBAS, 2013)

A contribuição do Serviço Social, com vistas a corresponder a demanda, é avaliar socioeconomicamente a necessidade dos alunos inscritos nos processos seletivos. Para tanto, utiliza-se de um formulário de avaliação socioeconômica, objeto de construção da equipe técnica de Assistentes Sociais, ao longo dos anos. (T36, CBAS, 2013)

Por intermédio dos referidos extratos, é possível identificar a centralidade que a avaliação socioeconômica ganha no desenvolvimento do exercício profissional vinculado ao processo de trabalho ligado à assistência estudantil. A avaliação, assim como a assistência estudantil, dá um patamar de legitimidade à profissão no espaço de trabalho. Sendo muitas vezes esse instrumento confundido com o exercício em si. Assim, o exercício profissional pode se desenvolver destituído de sentido. É a técnica pela técnica, como se também tivesse um fim em si mesmo. Através do T10 (ENPESS, 2010), podemos destacar a centralidade que esta atividade ocupa no exercício profissional, visto a exposição de que o Serviço Social além de organizar todo o processo de avaliação dos alunos, ainda seleciona novos profissionais para esse fim e realizam capacitações aos selecionados, com o intuito de aperfeiçoar e qualificar o exercício profissional (no âmbito da avaliação socioeconômica). Sendo assim, a avaliação socioeconômica enquanto técnica (meio/instrumento de trabalho) pode ser confundida com o trabalho em si, ganhando *status* de trabalho profissional, tanto pelos demais agentes presentes no espaço sociocupacional, quanto pelo próprio profissional, sem a reflexão ética e a relação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões do trabalho profissional.

O caráter interventivo na profissão leva o profissional a dar respostas às requisições que lhes são feitas de maneira imediata, restritas ao processo de percepção instrumental e superficial da realidade social, e reforça a ideia da teoria de resultados, que deve ser aplicada à realidade (tecnicismo). (ALVES, p.181, 2015).

As ações desenvolvidas nos processos de trabalho ligados a assistência estudantil são legítimas e importantes da dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos (das) assistentes sociais, para a mediação de direitos, todavia, é importante analisar o nível de compreensão e criticidade que o (a) profissional possui acerca disso, para que não caía no fatalismo. A ênfase na realização dos estudos socioeconômicos estabelece uma tensão na caracterização da profissão nessa área, visto que, por atuarem prioritariamente na concessão de bolsas e auxílios, os assistentes sociais, podem ser tidos como meros executores de estudos socioeconômicos, reduzindo os processos de trabalho em que estão inseridos em processos burocráticos, que seguem o cumprimento de regras institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, que acabam por desconsiderar a dimensão educativa e política da prática profissional. De acordo com Guerra (2013):

A influência da razão instrumental e a tendência de converter todo conhecimento em modelos e em metodologias para a intervenção; a constante requisição por teorias que facultem pautas interventivas (numa verdadeira compulsão por teorias de resultado ou teorias de ação); a preterição da funcionalidade da profissão em face de procedimentos técnico-instrumentais são expressões de uma visão de Serviço Social como técnica social (de ajuda, de administração de conflitos, de resolução de problemas diversos, de gestão da pobreza, “de aplicação de direitos”). (GUERRA, 2013, p. 46)

Com base na análise de conteúdo realizada é possível dizer que os projetos societários em disputa (que se manifestam na Política de Educação através de projetos educativos distintos educação burguesa e educação emancipatória), se expressam na produção do conhecimento do Serviço Social sobre a inserção profissional na Política de Educação, sendo possível identificar um grupo de trabalhos que trazem o *atendendo as requisições do Estado sem análise crítica e apreensão das contradições e tensões* nesse processo (traços do conservadorismo profissional respaldado por um Projeto Profissional Tradicional, influenciado pela Teoria Positivista), e outro grupo de trabalhos que expressam à resistência as forças

alienantes presente no cotidiano profissional, *dialogando com os princípios que orientam o Projeto Profissional e com o compromisso ético e político com os interesses da classe trabalhadora*. Logo, através dos dados analisados e sistematizados da pesquisa, salientamos o tensionamento presente na produção de conhecimento entre o atendimento das requisições do Estado e o compromisso com os interesses da classe trabalhadora através dos extratos a seguir:

Assim como em outras políticas sociais o trabalho do/ assistente social na educação é permeado pela contradição, uma vez que atende os interesses legítimos dos trabalhadores na provisão de bens e serviços imprescindíveis para sua reprodução material e espiritual e ao mesmo tempo atende os interesses do capital. **Essa característica do Serviço Social não pode ser desconsiderada, pois é constitutiva da profissão e seu conhecimento pode evitar atitudes messiânicas por parte dos/as profissionais.** (...) O trabalho do/a assistente social na educação não pode desconsiderar essas questões, ou seja, **as possibilidades que a política de educação oferece para a elevação cultural dos trabalhadores e formação de uma consciência crítica e ao mesmo tempo sua limitação enquanto atividade desenvolvida por um Estado** marcado pelo caráter de classe. (T32, ENPESS, 2012)

Se de um lado existe a tensão – entre o projeto profissional e as requisições do mercado de trabalho –, de outro, existe a **necessidade do profissional, neste caso a política de educação a analisar e conhecer criticamente a maneira que essa política é operacionalizada**. É necessário saber o que regulamenta a gestão desta política, (...), sobre as metas e as estratégias do Plano Nacional de Educação em vigor, sobre os programas e projetos governamentais de acordo com os níveis e modalidades da educação, sobre os investimentos destinados a educação, sobre os acordos internacionais e suas metas. **Demonstra-se com isso o conhecimento técnico sobre a gestão desta política** e, com base nas necessidades diagnosticadas, através de indicadores, possa-se mediar a gestão desta política setorial, para além de indicadores quantitativos de universalização desta política – requisito para a concessão de subsídios internacionais –, para que, então, se possa trabalhar com base em indicadores que viabilizem a qualidade social da educação, **enquanto direito social como estratégia de enfrentamento a focalização das políticas sociais**. (T42, CBAS, 2013)

Sabemos que **a hegemonia de uma educação produtivista, aligeirada e empobrecida, oferecida aos filhos da classe trabalhadora prevalece** (apesar das lutas de entidades dos trabalhadores neste campo), mas **a ampliação do acesso e da permanência podem ser objetos de resistência**. Se temos mais instituições formativas públicas e mais filhos da classe trabalhadora em seu interior, fato inédito na jovem política educacional brasileira, temos condições novas para esta disputa, aprofundando contradições e assumindo posição na formação em curso. (T65, CBAS, 2016)

Em resumo, somos desafiados, enquanto categoria profissional, a construir estratégias de resistência (que perpassam desde a formação profissional, à

mobilização da categoria e às lutas travadas pela organização do Serviço Social enquanto profissão respaldada por um Projeto Profissional comprometido com um projeto societário para além do capital), que superem a influência e o desenvolvimento do exercício profissional com traços conservadores, atendendo, sem mediações, as requisições postas pela sociabilidade do capital. Muitas vezes tal resistência se expressa na leitura crítica da realidade, na qual se desenvolve os processos de trabalho, buscando subsídios para a realização do trabalho profissional com base no compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Damos ênfase aos extratos²⁰ a seguir que expressam as contradições inerentes ao trabalho profissional desenvolvido na assistência estudantil, fortemente influenciada pelos ditames do capital.

Vislumbramos a expansão da assistência estudantil como possibilidade de ampliação da abrangência da política no provimento das condições de permanência do estudante na educação superior. No entanto, trabalhamos sob a perspectiva da focalização, seletividade e bolsificação. **Ainda que imersos nessas contradições, cabe aos assistentes sociais o desafio de tencionar, por meio de suas práticas, os limites da política e desenvolver junto aos estudantes/usuários a proposta de construção de um modelo de assistência estudantil comprometido e consoante aos interesses de seus maiores demandantes.** O que implica o caráter político-pedagógico do profissional do Serviço Social no cotidiano das suas ações propiciando o envolvimento dos estudantes/usuários no planejamento, implementação e avaliação da política. (T06, ENPESS, 2014)

(...) respostas às necessidades socioeconômicas dos alunos, prioritariamente através dos auxílios e das bolsas da assistência estudantil, processo que vem sendo chamado entre os profissionais que atuam na área, como “bolsificação” da assistência estudantil, que podemos também entender **como redução da assistência estudantil e do trabalho do assistente social à concessão de auxílios e bolsas em caráter seletivo, focalizado e cada vez mais fragmentado e inoperante.** (T35, CBAS, 2016)

²⁰ Dos extratos dos trabalhos (representados pelos extratos em questão), que expressam as contradições e tensões presentes nesta área de atuação profissional, destacamos que a maioria corresponde aos ANAIS dos encontros ocorridos no ano de 2016. Podemos refletir que conforme os assistentes sociais estão se inserindo neste espaço (espaço de maior inserção para o Serviço Social na educação na atualidade), estão buscando mecanismos de formação permanente, mobilização e discussões em busca de respaldo e subsídios, realidade que favorece a formação política da categoria para a leitura e atuação crítica na realidade. Destacamos que foi no ano de 2011/ 2012 o lançamento dos Subsídios para o debate e atuação profissional do Serviço Social na Educação. Tendo a categoria inserida na educação um material que é fruto do amadurecimento da própria categoria atuante na Política de Educação, o que dá base aos profissionais para a apreensão crítica deste espaço sociocupacional, ficando ciente de como os projetos societários em disputa se expressam na educação, bem como o lugar que ela ocupa na sociedade de classes, assumindo compromisso ético e político com os princípios de uma educação emancipatória.

Verificamos na **fala das profissionais a forte vinculação do Serviço Social com a assistência estudantil, a ponto de confundir a atuação do assistente social com a própria política**. Esse fato deve-se a ampliação da requisição pela inserção dos assistentes sociais nas universidades e institutos federais para operarem diretamente com os programas e projetos de assistência estudantil. (...) Para a **maioria das profissionais entrevistadas a concepção de Serviço Social na Educação** que orienta a sua prática profissional está direta e restritamente relacionada com a **assistência estudantil**. (T08, ENPESS, 2016).

Os extratos expressos anteriormente trazem a reflexão ética sobre a assistência estudantil, explicitando as contradições, as tensões e os equívocos cometidos pela categoria profissional que atua na área. Os trechos apontam para o processo de *bolsificação* da assistência estudantil, tendo em vista que a ação requisitada e assumida exclusivamente por um grupo de profissionais é a avaliação socioeconômica para a concessão ou não de bolsas referente às ações previstas pelo PNAES. Podendo reduzir o exercício profissional a tais avaliações para a viabilização de subsídios materiais, através de bolsas, daí a chamada bolsificação da assistência estudantil. A redução das atividades ligadas à assistência estudantil sobre a concessão de bolsas de estudos, fragmenta, focaliza e reduz a atividade profissional à ações pontuais e burocráticas como se fossem de fato viabilizar a democratização da educação.

Conforme discorrido na introdução desse capítulo, o Serviço Social é requisitado para atuar no sentido de garantir a manutenção e o controle político da classe trabalhadora, através de ações que materializem projetos educativos que visam a subalternização. Por ser trabalhador assalariado e com relativa autonomia, vende sua força de trabalho devendo atender a tais requisições postas pelo Estado que organiza suas ações via Políticas Públicas. Todavia, com base no Projeto Profissional, a profissão é desafiada a construir o exercício profissional, mediando as requisições postas à profissão e, estrategicamente, à consolidação do exercício profissional que expressa a resistência, levando em consideração os interesses da classe trabalhadora e os princípios que respaldam o Projeto Profissional. O que se coloca ao profissional que tem clareza sobre o tensionamento entre as requisições do Estado (empregador) e o Projeto Profissional é a *capacidade de mediação* desses interesses antagônicos em disputa para a viabilização de formas *concretas de resistência e não a conciliação desses interesses*, ausente de contradições. “É neste espaço contraditório, tensionado por projetos societários em disputa, que no

contexto contemporâneo tem-se a ampliação da inserção do Assistente Social no âmbito da Política de Educação” (MARTINS, 2012, p.39)

Contudo, para além da seleção dos sujeitos para o fornecimento de subsídios materiais, o profissional deverá desenvolver frentes de trabalho com os diferentes segmentos presentes na dinâmica da Política de Educação através de projetos educativos que trabalhem a partir das contradições da realidade social e que mediem a formação crítica da classe trabalhadora. No entanto, muitos desafios são postos ao cotidiano profissional, dentre eles a capacidade crítica e a de desenvolver reflexão ética em torno das demandas e das requisições institucionais. Esse aspecto é fundamental para que o profissional consiga construir as mediações necessárias, compreendendo e explicitando as contradições existentes na educação referente ao local que ela ocupa na sociedade de classes. Os extratos dos trabalhos expressos anteriormente apontam para um exercício profissional permeado de contradições e tensões e que são desafiados a resistirem a burocratização, a fragmentação e ao imediatismo da prática profissional, sendo reforçado através do T08 (ENPESS, 2016) o risco da assistência estudantil, ser para além de um fim em si mesma, e mais agravante que isso, “ter objetivos do programa incorporados pelo Assistente Social como sendo os objetivos da profissão, a ponto de confundir a atuação do Assistente Social com a própria política” (T08, ENPESS, 2016).

Destacamos que o (a) Assistente Social, ao discorrer sobre as ações junto à assistência estudantil dão centralidade à dimensão técnico-operativa ao atendimento as requisições do Estado, negligenciando as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, não trazendo a análise crítica do espaço sociocupacional em que está inserido. Os profissionais se sentem reconhecidos e se percebem apenas enquanto profissionais ao realizar atividades de cunho socioeconômico. Dessa forma, a profissão se apega à dimensão técnico-operativa, como se essa desse a legitimidade para a profissão, como se essa consolidasse o trabalho profissional. Assim, o direito a uma educação com princípios emancipatórios, cede lugar as ações exclusivas da Assistência Estudantil pelo viés da concessão de subsídios materiais. Acabando por não vislumbrar outras possibilidades de atuação profissional, tão pouco a compreensão do lugar que a educação ocupa na sociedade

de classes, sendo esse, campo de atuação estratégico para a profissão materializar o Projeto Profissional.

Outro aspecto que emerge da análise dos trabalhos ligados a Assistência Estudantil é a sua relação com a cidadania. De acordo com os extratos dos trabalhos a seguir, objetivo do exercício profissional tem nas ações da Assistência Estudantil mecanismos para viabilizar o desenvolvimento da cidadania, por meio do acesso e da permanência dos sujeitos nas instituições educativas.

(...) **o Serviço Social na área de Assistência Estudantil** está inserido no Setor de Atividades Educativas e Preventivas (...), onde **trabalha na perspectiva de ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos dos alunos de graduação**, principalmente no que tange a Permanência Universitária. Dentre suas atribuições, destacamos a execução e implementação de projetos de intervenção. **Quando solicitado, o Serviço Social media os conflitos advindos da dinâmica de relacionamento entre os alunos da Moradia Universitária, realiza entrevista para a concessão de vagas para a Residência Estudantil, Bolsa Alimentação e Bolsa Permanência. (...) Assim como para realização de diagnósticos sociais, visando que sejam desenvolvidas alternativas às problemáticas vivenciadas pelos alunos.** (T23, ENPESS, 2012)

Objetiva proporcionar aos estudantes matriculados no IF X em vulnerabilidade social, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal, **com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de retenção e evasão, ao contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação.** (...) Com essa iniciativa, o estudante é visto como um ser que possui histórico familiar, com particularidades que são repercutidas no ambiente escolar. **Unir a assistência social e a educação garante o acesso e permanência de estudantes até a conclusão de seu curso e garante o exercício de cidadania.** (T02, CBAS, 2016)

Assim, **o assistente social tem fundamental importância, uma vez que, cria condições para o exercício da cidadania, contribuindo, assim, para a inclusão social de muitos alunos advindos de camadas populares de baixa renda**, um exemplo disso é a seleção e inclusão de alunos em consonância ao Decreto que dispõe sobre o programa de assistência estudantil direcionada as Instituições Federais de Ensino no Brasil (...) (T12, ENPESS, 2012)

Em um primeiro momento, o discurso da *preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania*, conforme preconiza a legislação brasileira (BRASIL, 1993), atrai diferentes categorias profissionais que atuam na Política de Educação, levantando bandeiras de luta por uma escola cidadã, que eduque para o pleno

exercício da cidadania dos sujeitos. Contudo, somos desafiados a desvendar tal discurso e perceber que a cidadania está ligada a emancipação política defendida pelo Liberalismo. Porém, são necessários, nessa perspectiva, índices cada vez mais elevados de acesso dos sujeitos à escolarização, para que os mesmos possam trocar sua força de trabalho, por dinheiro que irá oferecer o acesso a bens e serviços necessários para sua sobrevivência na sociedade do consumo, estando assim incluído, logo, cidadão e, por conseguinte emancipado politicamente, por ter garantido o seu direito à propriedade privada (MARX, 2005). Para Netto e Behring:

Propriedade privada burguesa, Estado "político" e "cidadania" apenas possuem existência histórica real enquanto partes de um mesmo todo, isto é, a sociabilidade regida pelo capital. Só existem na mútua relação um com o outro, não possuem qualquer existência fora desta "determinação reflexiva" (da qual a propriedade privada é o momento predominante). Tal como não podemos ter Estado "político" sem cidadania, não podemos ter cidadãos sem propriedade privada burguesa, nem esta sem o Estado "político". (NETTO; BEHRING, 2007, p. 05).

Para ser considerado cidadão, o sujeito necessita ser emancipado politicamente para poder exercer sua liberdade no mercado e consumir descartáveis produtos para satisfação das necessidades engendradas pela ideologia dominante que vende um tipo de qualidade de vida a ser consumida no mercado de coisas. Necessidades que servem duplamente ao capital: movimentando o mercado e consolidando o processo de alienação. Porém a cidadania, de acordo com Tonet (2007, p.63) "poderá ser uma mediação, junto com outras, mas jamais o fim maior da humanidade", o que significa dizer que a busca pelo acesso da população aos diferentes níveis da Política de Educação e para a inserção no mercado de trabalho garantirá as condições de sobrevivência na sociabilidade capitalista. Mesmo assim, segundo Tonet:

... por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital. Isto é muito claramente expresso pelo fato de que o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado. (TONET, 2007, p.63).

De acordo com os extratos dos trabalhos que trazem o exercício da cidadania como objetivo do exercício profissional vinculado à Assistência Estudantil,

precisamos novamente dar destaque para a importância do embasamento teórico da nossa atuação profissional. Muitas vezes a profissão, como trazido anteriormente, dá ênfase à dimensão técnico-operativa, deixando de compreender que está destituída de sentido, servirá apenas para a manutenção da lógica da sociabilidade do capital. Precisamos dar sentido para o exercício profissional, através dos fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social, possuindo estes, uma extrema importância para a apreensão da realidade social e na condução do exercício profissional que se quer engajado politicamente com o Projeto Profissional. Apreendendo as contradições implícitas nos espaços de atuação profissional e nas requisições postas à profissão pelo Estado. Que no caso da educação, perpassa pelas ações do acesso e da permanência, precisando que a profissão avance na direção de construir estratégias que impactem na qualidade social de tal política, possibilitando que canais de participação sejam ampliados para que a classe trabalhadora possa se engajar na luta por uma educação pública de encontro com suas necessidades.

Os trechos a seguir expressam a precarização do trabalho profissional ligado a assistência estudantil, sendo que tal precarização é um agravante para o desenvolvimento do exercício profissional.

(...) a atuação nesse programa toma grande parte do tempo do cotidiano dos assistentes sociais, trazendo limites às possibilidades de atuação desse profissional junto aos *campi*, fato que lhes tem gerado certa insatisfação. Esses desejam atuar em ações para além das demandas apresentadas pela instituição, no que se refere à gerência dos auxílio/benefícios da assistência estudantil. **Almejam empregar esforços em ações de permanência de acompanhamento dos estudantes, em trabalhos de extensão comunitária, em pesquisas, dentre outras possibilidades que se apresentam no cotidiano, e que, pela sobrecarga de trabalho na execução do PNAES, não lhes é possível ir além, neste momento;** (T28, CBAS, 2013)

Atuar neste programa me trouxe o **limite de intervenção profissional, tendo em vista que eu era a única assistente social, para acompanhar o programa,** com o total de 900 alunos participantes em 10 municípios. (T30, CBAS, 2013)

Desafios referentes **às condições de trabalho - a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e das ações de Assistência Estudantil tem repercutido nas condições de trabalho dos/das Assistentes Sociais** e tem se constituído um grande desafio superar as dificuldades cotidianas. As questões mais apontadas foram: recursos humanos insuficientes para atender a demanda excessiva de trabalho, **levando ao imediatismo;** falta de recursos materiais para garantir as condições éticas e técnicas para o

exercício profissional, como de um espaço próprio e/ou específico para atendimento; não respeito à jornada de 30 horas; comprometimento do sigilo do material pela indisponibilidade de espaço físico; falta de apoio de técnico administrativo para realização das atividades burocráticas do setor; falta de condições adequadas para atendimento aos estudantes com necessidades específicas – as **ações afirmativas possibilitam o acesso, mas as condições de permanência caminham em passos lentos**; carência de profissionais de outras áreas (...) **sobrecarga de funções que não são atribuições do Assistente Social; falta de espaços de reflexão coletiva sobre a política educacional e a atuação/possibilidades para o Serviço Social.** (T06, ENPESS, 2016)

Os trechos trazidos anteriormente revelam que além do tensionamento inerente no cotidiano do exercício profissional, visto a tensão entre as requisições do estado e o compromisso profissional com os interesses da classe trabalhadora, há a precarização das relações e condições de trabalho, as quais fragilizam a materialização do exercício profissional crítico e de resistência que objetivam superar as relações que subalternizam a classe trabalhadora. Neste caso, a precarização do trabalho profissional deixa claro que o Assistente Social, trabalhador assalariado, logo, pertencente à classe trabalhadora também, se vê em um processo de trabalho que o subalternizam na medida que a exploração da força de trabalho faz com que o mesmo por intermédio de metas e períodos para cumprir um grande volume de atividades, tenha que dar conta de um número grande de atribuições, às vezes em mais de um local de trabalho (no caso de mais de um *campus*) como expresso na no T30 (CBAS, 2013), sendo na maioria das vezes o único Assistente Social da instituição. Além da estrutura física, que não resguarda as condições éticas para a realização do trabalho, o profissional possui uma sobrecarga de tarefas com prazos a serem cumpridos, sob pena de perda de recursos destinados ao PNAES.

A realidade expressa nos trechos dos trabalhos em questão contribui para que o profissional, ao não se perceber nesse processo de trabalho, visto o acúmulo de atividades e a realização de um trabalho que o afasta do que de fato particulariza o exercício profissional da Política de Educação, desenvolva um exercício profissional burocrático, pontual, atendendo de imediato as situações demandadas. Levando assim o Assistente Social a ser um mero realizador de tarefas, desenvolvendo um trabalho abstrato (destituído de sentido), mas que é estratégico para os interesses do capital. O extrato do T06 (ENPESS, 2016) sinaliza para os

desafios postos aos profissionais nesse espaço precarizado de trabalho, como a superação do imediatismo e da possibilidade do profissional atuar para além da concessão de benefícios. Segundo Silva (2010):

É preciso destacar que a sociabilidade em curso não apenas engessa o profissional nas suas relações de trabalho assalariado/estranhado, mas também, simultaneamente, endurece sua “alma crítica” (vista como desnecessária), retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa. (SILVA, 2010, p. 95)

Todavia, os referidos extratos dos trabalhos, ao trazerem suas condições de trabalho precarizadas como desafios a serem superados para a realização de um exercício profissional que trabalhe com os princípios do Projeto Profissional, demonstram que, apesar da precarização e da captura da subjetividade do trabalhador Assistente Social, apesar da sociabilidade capitalista, conforme Silva (2010), acabam por engessar o profissional nas suas relações de trabalho, conseguem suspender a cotidianidade e fazer uma reflexão ética e crítica sobre as condições que se processam o trabalho profissional e dos desafios presentes. Ou seja, apreendem a realidade no seu movimento dialético e contraditório, não estando às contradições do espaço de trabalho profissional, alheias e latentes. O primeiro passo para que o profissional pense em estratégias de resistência sobre a própria precarização do trabalho, que afastam o exercício profissional com base nos princípios do Projeto Profissional, é ter clareza desse processo em que o profissional está mergulhado e que faz parte das relações sociais de produção capitalisticamente alienadas (MÉSZÁROS, 2016). Para que o profissional consiga consolidar projetos de trabalho de resistência, é premente que ele **tenha consciência da necessidade da resistência**.

Os extratos a seguir trazem que:

E ainda que a alienação seja intrínseca a essa lógica, não necessariamente todas as atividades desempenhadas são alienadas. É partir dessa reflexão que se afirma que apesar das condições da realidade, é possível uma inserção profissional propositiva e consciente e que rompa com os limites institucionais, proporcionando assim uma outra realidade do cotidiano profissional no processo educacional, aqui especificamente, no IF X. Apesar das dificuldades e adversidades que se apresentam, o contraditório

apresenta a possibilidade da resistência, da proposição e superação. (T20, CBAS, 2016)

Nesse contexto, cabe ao assistente social na educação profissional e tecnológica refletir: as ações profissionais desenvolvidas estariam buscando desvelar os direcionamentos da política governamental? Quais estratégias estão sendo ou podem ser utilizadas para superar essa concepção mercadológica de educação? As ações desenvolvidas conseguem garantir de fato e de direito o acesso e a permanência dos estudantes na escola? Os desenhos de políticas de assistência estudantil que estão se constituindo têm como perspectiva a garantia universal de formação dos sujeitos? Estamos contribuindo para a qualidade dos serviços prestados a comunidade escolar? Temos incentivado os processos de mobilização para uma gestão democrática e participativa da política de educação? Ou nossa atuação profissional tem apenas reforçado a concepção neoliberal sem conseguir fazer a crítica a estas formas focalistas e seletivas das políticas sociais, sem problematizar a reprodução social dos sujeitos e sem vislumbrar a perspectiva de construção de uma educação emancipadora? (T29, CBAS, 2013)

Os extratos dos trabalhos em questão nos apontam a importância da reflexão ética no cotidiano profissional, enquanto mediação crítica fundamental para que o profissional, mesmo embebido dos processos alienantes da sociedade capitalista, tenha clareza do direcionamento ético e político do trabalho profissional, tendo através disso a suspensão da cotidianidade (BARROCO, 2008), como possibilidade de apreendermos as contradições intrínsecas no exercício profissional para que possamos planejar o trabalho profissional de acordo com os princípios que orientam o Projeto Profissional, possibilitando o enfrentamento às ações focalistas, que buscam respostas imediatas, pontuais e fragmentadas às situações demandadas pela classe trabalhadora.

4.1.2. A ênfase no debate sobre a inserção e exercício profissional na política junto à Assistência Estudantil e sua interface com Educação Básica

Os conteúdos trazidos anteriormente, como exposto no início do item, trazem extratos dos 114 trabalhos analisados da Educação Profissional e da Educação Superior (trabalho técnico) que discorreram majoritariamente sobre a assistência estudantil como um conjunto de ações para viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições educativas, visto os índices de evasão e a necessidade da *concessão de subsídios materiais*. No entanto, nos demais trabalhos analisados, ligados à Educação Básica e a modalidade de Educação Especial, a atuação

profissional, embora não seja explicitada como ligada a Assistência Estudantil, foi assim apreendida e sistematizada. O profissional é requisitado para atuar na Política de Educação (independente da etapa e modalidade de atuação) para atuar prioritariamente com as demandas do acesso, da permanência e como desdobramento dessa, a infrequência e a evasão escolar. No decorrer desse item serão trabalhados os conteúdos apreendidos nos trabalhos referentes às ações profissionais ligadas a: Assessoria e Formação; Trabalho em Rede e Trabalho com Alunos e Famílias.

Podemos destacar que o foco de atuação com a Assistência Estudantil difere dependendo da área administrativa da Política de Educação. Na Educação Profissional e Educação Superior, cuja competência é da esfera federal o que marca o exercício profissional na Assistência Estudantil são os processos de seleções aos programas e o acompanhamento dos alunos beneficiários, visto a avaliação de permanência ou não da concessão dos benefícios. Na área de abrangência municipal e estadual, o que corresponde a Educação Básica, cuja cobertura do atendimento da Política de Educação é descentralizada e universalizada (exceto a Educação Infantil²¹), visto a obrigatoriedade, a atuação profissional não se caracteriza pelo caráter de seletividade da Assistência Estudantil, embora o (a) profissional esteja sendo cada vez mais requisitado (a) para acompanhar os beneficiários do Programa Bolsa família, cuja condicionalidade de frequência escolar é monitorada pela educação.

Com relação à assessoria e à formação enquanto exercício profissional os trabalhos trazem o que segue:

(...) assessorar as Unidades Escolares **na promoção de ações que visem reduzir os níveis de infrequência, garantindo a permanência do aluno e prevenindo a evasão escolar.** (T04, CBAS, 2010)

²¹ Dos 265 trabalhos publicados, destacamos que 04 se referem à Educação Infantil, abordando em sua maioria o trabalho com as famílias das crianças, com assessoria a creches comunitárias (conveniadas com o setor público para a compra de vagas) e na **realização de avaliação socioeconômica**, visto o **caráter seletivo e focalizado** que perpassa as políticas sociais, principalmente a educação que é direito público e subjetivo. No entanto, é **uma etapa ainda não universalizada da Educação Básica**, sendo realidade da maioria dos municípios brasileiros a defasagem entre oferta e demanda. Fator que resulta na **criação de critérios socioeconômicos para o ingresso, levando a avaliação pelo Serviço Social.**

A atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação vem ocorrendo tanto no âmbito das Unidades Educacionais ou nas Secretarias Municipais (ou estaduais) de educação, o que possibilita a contribuição do Assistente Social no **planejamento, assessoramento à elaboração de políticas, programas e projetos com base na análise da realidade social e institucional**, respondendo aos interesses e reais demandas da população demandatária do Serviço Social. (T07, CBAS, 2013)

A expansão da requisição de profissionais de Serviço Social para a Política de Educação nas últimas décadas e as múltiplas contradições que marcam esse campo impõem a essa categoria uma inserção capaz de **elaborar propostas de intervenção que ultrapassem a perspectiva de realização de atendimento direto a alunos e suas famílias**. Vimos crescer a demanda deste profissional para a realização de trabalhos de assessoria/ consultoria, para o planejamento e acompanhamento de programas e projetos em nível de gestão ou nas unidades escolares, além de ações voltadas para os trabalhadores. (T67, CBAS, 2016)

Os trechos apontam para a realização da assessoria²² nos eixos da gestão da política (órgãos gestores) e na execução da política (unidades executoras). Sendo que na área da gestão a assessoria ocorre no âmbito da gestão social, ou seja, com base em diagnósticos da realidade do município e ou estado o profissional subsidia a elaboração de programas e projetos destinados a viabilização do direito à educação. Com relação às unidades executoras o profissional desenvolve a assessoria e a formação das equipes no sentido de subsidiar as instituições educativas com relação às demais políticas setoriais e no trabalho frente aos processos sociais vivenciados pelos alunos e suas famílias que impactam no acesso e na permanência, bem como no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Com relação ao processo de formação continuada os trechos abordam que:

Além do trabalho com os/as estudantes outra demanda colocada para os/as assistentes sociais é a **intervenção junto aos trabalhadores da educação**. (T32, ENPESS, 2012)

(...) a participação do Assistente Social no processo de formação continuada de funcionários, educadores juntamente com a equipe interdisciplinar (psicólogos e pedagogos) refletindo sobre temas pertinentes as expressões da Questão Social (violência doméstica,

²² De acordo com a lei de Regulamentação da Profissão (Lei, 8.662/9,1993), artigos 4º e 5º que dispõe sobre as competências e atribuições privativas do Assistente Social, elenca-se a assessoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social, cabendo aos Assistentes Sociais: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam de âmbito de atuação do Serviço Social (SILVEIRA, 2013).

drogas, pobreza, concepção de família, indisciplina, etc.) e aos inclusive sobre os instrumentos jurídicos que orientam o atendimento a criança e ao adolescente, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente; (T12, ENPESS, 2010)

Alguns temas referentes à formação continuada dos educadores foram trabalhados pelo profissional do Serviço Social. **A temática da comunicação não violenta e de práticas voltadas à cultura de paz, com foco na justiça restaurativa, surgiu nas demandas dos trabalhadores, assim como o tema da mediação de conflitos, entre os educandos.** O planejamento pedagógico foi construído e compartilhado com o Serviço Social. **Contribuímos na formação permanente dos educadores e no desenho curricular**, que foi pensado de forma horizontal. (T59, CBAS, 2016)

Destacamos a importância das ações profissionais se direcionarem para o trabalho educativo com os diferentes atores presentes na dinâmica da Política de Educação (educadores, comunidades, estudantes, famílias, dentre outros.), através da formação continuada expressa nos trechos em questão. Como expõe Martinelli (1998, p.141) “somos educadores no sentido pleno do termo, trabalhamos com a consciência, com a linguagem que ‘é relação social’...”, trabalhando valores e proporcionando vivências potencialmente democráticas, capazes de fortalecer a participação dos sujeitos na elaboração de projetos educativos, possibilitando a construção coletiva e a problematização de uma cultura de subalternidade e de tutela, colaborando assim para a construção de experiências que viabilizem o protagonismo.

Por intermédio desse trabalho o (a) profissional poderá possibilitar que os sujeitos repensem a educação pública, discorrendo sobre a história desse direito social no Brasil, suas contradições, concepção, interesses em disputa, por exemplo. Tendo a possibilidade da construção de conhecimento ser um instrumento de resistência ao projeto de educação burguesa. Através da formação continuada o (a) Assistente Social, estrategicamente, poderá mediar a ampliação do olhar de tais sujeitos para a construção de projetos educativos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

O Assistente Social na educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar (...). Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social. Assim, o Assistente Social, coerente com o projeto ético-político profissional, assumirá em seu trabalho socioeducativo um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de

enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conservadora, apesar de ainda estar presente na profissão (MARTINS, 2012, p. 46).

Como abordado no capítulo três, com a expansão do acesso e a inserção de diferentes segmentos da classe trabalhadora na educação emerge no interior das instituições educativas outro perfil de público atendido. Antes da LDB em vigor frequentavam as instituições educativas, uma pequena parcela da população, visto o caráter ainda mais seletivo da política, e nela permanecia os sujeitos que apresentassem um comportamento e um desenvolvimento de acordo com as regras instituídas pela educação burguesa elitista. Aquele sujeito, que vivenciava as diferentes expressões da Questão Social, como violência, o trabalho infantil, a dependência química (dentre outros), e que por ventura tivesse questões ligadas a chamada indisciplina poderia ser expulso ou suspenso. Com a mudança no marco regulatório os diferentes seguimentos da classe trabalhadora, bem como suas demandas, ingressam nas instituições educativas, impactando diretamente nas ações desenvolvidas suscitando na necessidade de se repensar os Projetos Políticos Pedagógicos das referidas instituições. O Serviço Social tem muito a contribuir para tal processo de avaliação e planejamento de novas práticas educativas que podem resistir ao processo de tutela e opressão até então vivenciados.

Através de projetos socioeducativos, o (a) Assistente Social pode trabalhar a partir dos temas transversais²³, como a ética, a orientação sexual, a igualdade e a diversidade de gênero, a identidade de gênero, a diversidade cultural e religiosa, o preconceito, a discriminação, dentre tantos outros temas que fortaleçam uma educação que se busca emancipadora. Temas que, fortemente atacados pelo Projeto de Lei nº 193/2016 que tramita no Senado Federal e que dispõe sobre a inclusão na LDB do "Programa Escola sem Partido", representando uma afronta aos avanços e aos direitos humanos conquistados ao longo dos anos, tentando extinguir e proibir que sejam trabalhados temas como a orientação sexual e a diversidade de gênero, além de temas ligados ao cenário político e econômico, sob a alegação de poder ser realizado pelos educadores uma doutrinação ideológica de esquerda, visto

²³ São temas da vida cotidiana que não estão ligados diretamente aos conteúdos formais, ministrados pelas diferentes disciplinas, mas que podem e devem ser trabalhados pelas instituições educativas de forma transversal.

que os protagonistas que defendem o Programa Escola Sem Partido estão ligados a extrema direita. As forças opressoras e conservadoras são aspectos concretos que o Serviço Social terá que enfrentar ao defender um projeto de educação com princípios emancipatórios, visto a tarefa das instituições educativas, ligada desde a sua gênese, a legitimação do projeto burguês de educação. Entretanto, a formação é um estratégico e importante instrumento de trabalho profissional, na materialização de projetos socioeducativos que busquem a ampliação dos canais de participação e protagonismo dos sujeitos.

Além de o profissional assessorar as instituições educativas com relação ao trabalho intersetorial, um grupo de trabalhos expressa a atuação em rede como ação do Assistente Social inserido na Política de Educação.

O/A Assistente Social deve buscar a articulação das políticas sociais com a educação pública no sentido de percebê-la como espaço estratégico para intermediar o processo de reconhecimento e garantia dos direitos sociais e da rede de proteção social existente – seja para o estudante, a família, o trabalhador ou a comunidade. (T38, ENPESS, 2012)

Outro aspecto essencial no trabalho do Assistente Social na educação é a **articulação efetiva que realiza entre a Política de Educação e as demais políticas setoriais**. Compreende-se essa articulação muito além do mero encaminhamento aos serviços, mas o **estabelecimento de um efetivo trabalho em rede que visa, em última instância, a aglutinar forças progressistas comprometidas com a formação de projetos societários de interesse da população**, criando propostas alternativas de ação conjunta escola e demais serviços referentes a outras políticas sociais, efetivando uma 'ponte' entre estas políticas e instituições. (T07, CBAS, 2013)

Pensar as questões pedagógicas da escola junto com a equipe interdisciplinar, para que as ações sejam pensadas a partir da e na realidade do aluno, **buscando uma atuação para além do cotidiano escolar, participando das reuniões da rede de proteção, dos fóruns relativos à educação, dos conselhos de políticas sociais e dos conselhos de direitos e estreitando relações com os movimentos sociais**. Faz-se necessário **um trabalho intersetorial, extrapolando os muros escolares, construindo uma gestão da proximidade, articulando diferentes e estratégicas políticas sociais e organizações que dialoguem, desenvolvam ações compartilhadas e desenhadas em conjunto (...)**. (T54, CBAS, 2016)

O trabalho em rede, trazido nos extratos de trabalhos anteriores, nos remetem a entender que na sociedade de classes – onde a educação se processa em instituições educativas, tendo como princípios a obrigatoriedade e a universalidade do atendimento, resulta, como estamos desenvolvendo ao longo

deste capítulo, no esforço de se viabilizar o acesso e a permanência na referida política –, com o atendimento da classe trabalhadora pela Política de Educação as expressões da Questão Social começam a fazer parte da dinâmica das instituições educativas e influenciar as condições de acesso e de permanência nesta política. Realidade que resultará ora no baixo rendimento dos estudantes, ora na sua infrequência e evasão escolar. Essa realidade faz com que o Assistente Social seja requisitado para responder a tais expressões da realidade social no âmbito escolar.

Contudo, tendo em vista que o atendimento na sociedade capitalista é focalizado e setorizado através das políticas sociais (forma com que o Estado responde as demandas sociais), se faz necessário articular o atendimento com as demais políticas setoriais, pois a evasão escolar além de ser uma expressão da Questão Social (que acompanha a Política de Educação, visto seu caráter elitista e com projetos pedagógicos dissociados da realidade social dos estudantes), é agravada por outras expressões da Questão Social visto a realidade vivenciada pela classe trabalhadora. A intersectorialidade constitui-se assim em uma necessidade concreta, devendo a realidade vivenciada pelos estudantes ser pensada e entendida em sua totalidade, objetivando atendimentos planejados, integrais e articulados pela rede de proteção social. O trabalho intersectorial é uma forma de atuação necessária não na Política de Educação, mas uma atuação necessária em todos os demais espaços de trabalho, por apreender a totalidade dos processos vivenciados pelos sujeitos, bem como o ser social enquanto ser integral. Logo, a intersectorialidade não é atribuição específica do Serviço Social inserido na educação, tão logo é o que deva justificar a inserção profissional nesse espaço, assim como nos aponta os trechos dos trabalhos seguir:

(...) nota-se a necessidade de um trabalho em rede para o enfrentamento das expressões da questão social, buscando assim a garantia e a ampliação de direitos. (...) Daí a necessidade do/a Assistente Social na educação, não como um/a profissional que irá resolver todos os problemas, mas um/a profissional que possibilitará o acesso aos direitos sociais via políticas sociais, e que dará respaldo na formulação, implementação e execução da política educacional, através da articulação em rede, e da intersectorialidade entre as políticas públicas. (T43, CBAS, 2013)

(...) a principal atribuição do assistente social é a articulação da escola com outras políticas públicas, o que prescinde o trabalho efetivado em rede, inserindo as instituições educacionais na ampla rede de proteção

à criança, adolescente e sua família. Garantir a intersetorialidade entre as políticas sociais, especificamente envolvendo a política de educação com as demais políticas setoriais, principalmente as políticas de assistência social e saúde é uma tarefa peculiar ao exercício profissional do Assistente Social, pelo acúmulo teórico que possui e larga experiência no campo das políticas sociais. (T12, ENPESS, 2010)

O trabalho do Assistente Social na escola deve ser desenvolvido em rede, tanto com os professores, família e gestores, como também com órgãos como o Conselho Tutelar que pode contribuir para diagnosticar situações de violência sexual e/ou doméstica e de trabalho infantil; os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) que podem auxiliar na implantação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) na escola, além de verificar, a partir das visitas domiciliares outros serviços e benefícios que as famílias desses alunos possam estar sendo inseridas; (T17, ENPESS, 2010)

A intersetorialidade se constitui de fato em uma importante contribuição do trabalho profissional, visto que nosso objeto de atuação é a Questão Social e essa é compreendida em sua totalidade, não podendo a realidade vivenciada pelos sujeitos ser aprendida de forma fragmentada e focalizada. O Serviço Social, na medida em que desenvolve seu trabalho poderá contribuir para que tanto as contradições, como a totalidade dos processos sociais, quanto seu movimento histórico seja discutido com os demais profissionais que atuam no referido espaço. O trabalho intersetorial possibilita a articulação com a rede de proteção, além de subsidiar o processo de conhecimento de determinada comunidade atendida pelas diferentes políticas sociais, suas necessidades e interesses para além da Política de Educação, atuando na perspectiva do território, ou seja, trabalhar a Política de Educação articulada e mobilizada com as demais políticas sociais existentes, é articular as instituições educativas, as Unidades Básica de Saúde, os Centros de Referência em Assistência Social, o Conselho Tutelar, dentre outros serviços. De acordo com Couto (2010, p.50): “O território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da Questão Social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para o seu enfrentamento”.

Trabalhar na perspectiva da territorialidade é proporcionar que os sujeitos assistidos pela Política de Educação se percebam em suas relações enquanto sujeitos coletivos e sejam atendidos em sua totalidade pelas diferentes políticas. O trabalho, nesse sentido, não poderá contribuir para o isolamento do ser social, mas proporcionar, através do trabalho intersetorial, para além de articulação de

atendimentos e serviços, a vivência da participação e da mobilização social na luta pela efetivação dos seus direitos, rompendo com as diferentes formas de subalternidade que impedem a liberdade do ser social e a vivência de processos sociais emancipatórios. Neste sentido, o (a) Assistente Social é desafiado a não ser o (a) profissional dentro da Política de Educação que ao fazer um estudo social da realidade vivenciada pelos alunos e famílias seja o (a) profissional dos encaminhamentos para a rede de atendimento.

Outro grupo de trabalhos analisados traz relatos de trabalhos realizados com os alunos e suas famílias como exercício profissional para a viabilização do direito à educação (acesso e permanência).

É necessária a presença de profissionais aptos para **interligarem estes dois relevantes aspectos para a formação e o desenvolvimento do indivíduo que é o Estado e a família**, para isso, ele deve ser crítico, de um olhar perspicaz, propositivo e **que tenha um instrumento profissional adequado para falar diretamente com as famílias ausentes da escola, através da visita domiciliar, além de, possuir um Código de Ética que servirá de diretriz**, ao abordar temáticas tão complexas como violência doméstica; uso de álcool ou drogas etc. O assistente social ao ser preparado, teórico e metodologicamente, **é o profissional parceiro da escola e de todos que a compõe, na busca de uma educação de qualidade para a formação do cidadão de direitos e de uma população que verá o Serviço Social de mãos dadas com a escola, a família e a sociedade.** (T03, CBAS, 2013).

A **contribuição do profissional de Serviço Social no espaço escolar pautada em uma atuação interventiva e propositiva na realidade dos educandos tem como perspectiva promover o encontro entre a política de educação com a realidade social do aluno**, bem como de sua família e a comunidade onde este está inserido. Ademais, **sinaliza-se a grande importância do profissional de Serviço Social no espaço escolar visto que dentro do mesmo perpassam as mais diversas expressões da questão social que somente este profissional poderá dar as respostas de imediato** por meio de uma visão crítica e propositiva **na perspectiva de contribuir com a política de educação**, garantindo uma aproximação solidificada entre família e escola para uma educação cidadã crítica e propositiva, não na crítica infundada, mas para a construção cidadã. (T61, CBAS, 2016).

(...) todos os entrevistados aprovaram a **inserção do assistente social no quadro funcional da escola já que este possui as atribuições e competências para agir nos casos em que os alunos demonstrem indícios de violação de direitos**, pois através dos relatos dos profissionais das escolas observamos que muitas medidas tomadas em determinadas situações não são efetivas e os próprios entrevistados admitiram esta falha, uma vez que a expulsão ou a transferência do aluno por comportamento inadequado não surte efeito e transfere o conflito para outra escola solucionar, prejudicando quase sempre o desempenho do aluno, **porque a maioria dos profissionais não está preparada para analisar os reais motivos que levam o aluno a tomar devidas atitudes no espaço**

escolar, sendo o assistente social o profissional mais habilitado para agir nestas situações, devido suas competências e atribuições. (T20, ENPESS, 2016).

As respostas sinalizam que a compreensão dos profissionais sobre a contribuição do/da assistente social na escola está voltada especialmente para ações que envolvam as famílias e a comunidade, o que sem dúvida é importante, tendo em vista que esta é uma das dificuldades enfrentadas pela escola, porém **a família não deve ser o único enfoque de atuação do/da assistente social neste espaço, pois reduzir a atuação do/da assistente social apenas a família seria conceber uma ação voltada para cuidar dos desajustes dessa levando assim os profissionais a uma prática reducionista e de culpabilização, aspectos que não se alinham ao posicionamento teórico-metodológico e ético-político assumindo hegemonicamente pela categoria profissional.** (T25, ENPESS, 2014).

Os extratos dos trabalhos apontam que, com o agravamento da Questão Social, muitas expressões são vivenciadas na dinâmica das instituições educativas, impactando na viabilização do acesso e da permanência. Realidade que irá requisitar a intervenção do Assistente Social juntamente com os alunos e suas famílias. Em nenhum momento os referidos extratos trazem as contradições presentes nesse espaço de atuação, sendo enfocada a necessidade do trabalho profissional, pois é dotado de capacidade técnica para atuar com a Questão Social, como expressa o T20 (ENPESS, 2016) “sendo o Assistente Social o profissional mais habilitado para agir nestas situações, devido suas competências e atribuições.”

Por intermédio do T03 (CBAS, 2013), podemos perceber que o sentido da intervenção profissional é promover uma parceria entre família e Estado na busca de uma educação de qualidade. O mesmo extrato de trabalho traz certo messianismo do profissional em relação à profissão, “sendo este parceiro que andarás de mãos dadas com a escola, a família e a comunidade.” Devendo o (a) Assistente Social, dotado (a) de capacidade e competência para o trabalho com a Questão Social contribuir para o bom andamento da sociedade, sendo o seu trabalho primordial para estabelecer a harmonia. A abordagem sobre a atuação profissional, nesse extrato de trabalho, instiga-nos a refletir sobre as estratégias que a categoria profissional precisa desenvolver, dentre elas a busca pela formação permanente, a participação nos Grupos de Trabalho vinculados ao conjunto CFESS/CRESS, principalmente nas regiões que possuem grupos específicos sobre Serviço Social na Educação, buscando subsídios para estarmos em constante vigília para a não

materialização de um exercício profissional embebido em uma concepção da profissão ainda marcada pelo **conservadorismo**, possuindo no seu interior o objetivo de *ajustamento e controle social* para o bom andamento da sociedade. Segundo Guerra (2013):

Se considerarmos a efetiva inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, vemos que a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas, especialmente aqueles que tencionam e ameaçam o ordenamento social. (GUERRA, 2013, p.40)

Contudo esse traço conservador pode contribuir para que o profissional absorva as requisições institucionais, como demandas de forma imediata, conforme expresso pelo T61 (CBAS, 2016), atuando de acordo com as requisições do Estado no atendimento aos alunos e suas famílias, não realizando as mediações necessárias de forma crítica e reflexiva, sem trabalhar a essência dos fenômenos, as contradições do processo de acumulação capitalista no âmbito educacional, assim, negligenciando a possibilidade do trabalho na Política de Educação, como estratégia de consolidação dos princípios do Projeto Profissional.

O T25 (ENPESS, 2014) traz que o trabalho do (da) Assistente Social na educação não deve limitar-se ao atendimento dos alunos e suas famílias. Destacamos que todos os segmentos presentes na dinâmica da Política e Educação são sujeitos da intervenção profissional (de acordo com a realidade vivenciada nos espaços de atuação profissional, suas demandas e necessidades de intervenção), podendo tal enfoque (de trabalho apenas com famílias) levar a uma prática *reducionista e de culpabilização* (T25, ENPESS, 2014) dos sujeitos pela sua condição de classe, visto que tais traços conservadores ainda são presentes na profissão como podemos apreender através dos trechos a seguir:

Parece claro que os **problemas enfrentados pelas escolas são em sua maioria, problemas de ordem social, que englobam sempre a escola, a família e a comunidade**. Isto torna fundamental a prática do Assistente Social (...) Primeiramente um estudo diagnóstico dessa realidade, trabalhar em equipe interdisciplinar, traçar projetos para trabalhar família e escola, articular com outras instituições a fim de criar parcerias para possíveis encaminhamentos, dentre outras atribuições (...) (T16, ENPESS, 2010)

O Serviço Social tem como papel desenvolver pesquisas e atividades em núcleos escolares **para amenizar problemas frequentes em crianças e**

jovens que pertencem a famílias pobres, como: evasão escolar, marginalidade e trabalho infanto-juvenil. (...) Na Educação, o Serviço Social tem como papel resolver problemas que se tornam cada vez, mais frequente no que diz respeito à inserção de crianças pertencentes a famílias carentes, trazendo soluções para que a criança não deixe de estudar para buscar meios (na marginalidade ou não) para ajudar na renda familiar. Com base nesses problemas levantados o Assistente Social junto ao meio pedagógico **irá criar formas e soluções para que haja uma regularização e providencias imediata** para as soluções de questões que se perpetuam na sociedade como pobreza e o abandono escolar. (T11, ENPESS, 2010)

A atuação do profissional do Serviço Social na educação seria como uma ligação entre a escola e a família. **O Assistente Social após diagnosticar os problemas sociais das famílias, passa a conhecer e analisar a realidade social enfrentada por cada família. Assim, sendo um profissional mediador entre escola-família, com a coleta de informações, que serão repassadas aos dirigentes escolares, com o apoio dos educadores, gestores, conselhos de classe e colegiado escolar, o Assistente Social fará encaminhamentos,** atendimentos individuais e com grupos, juntamente com Psicólogos e Terapeutas. (T51, CBAS, 2013)

O conservadorismo responsável por uma atuação profissional disciplinadora, principalmente no que tange às famílias, pode levar a não compreensão da realidade social permeada de contradições, resultando em uma intervenção de ajustamento e de controle social, através de uma compreensão moralizadora da Questão Social, sendo os processos sociais desencadeados pela desigualdade social e vivenciados pela classe trabalhadora, entendidos como problemas subjetivos que precisam ser tratados, levando à culpabilização dos sujeitos. Os trechos expressos anteriormente remetem para uma inserção profissional na Política de Educação com um caráter policaresco, cabendo ao profissional intervir nos *problemas* trazidos pelos alunos e suas famílias de forma focalizada, imediata, sem mediações, e livre de contradições para que os fatores que influenciam no acesso e na permanência dos sujeitos nas instituições educativas sejam solucionados, possibilitando que os projetos educativos de reprodução do *status quo* sejam desenvolvidos pela política, permitindo que a resistência e as formas de organização da classe trabalhadora no âmbito da educação sejam *invisibilizadas* pelo exercício profissional, podendo resultar na negação dos princípios éticos e políticos assumidos pela categoria e expressos no Projeto Profissional do Serviço Social. Os extratos em questão desafiam a categoria a pensar formas de enfrentamento e resistência a esta tendência que obscurece a apreensão profissional das

contradições inerentes da sociedade de classes e conseqüentemente do lugar que a educação ocupa nessa sociabilidade, distanciando o profissional do trabalho que se busca para a materialização dos princípios que balizam o Projeto Profissional.

4.2. A INSERÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS

No item anterior os trechos extraídos dos trabalhos analisados trazem os eixos de acesso e permanência como balizadores do exercício profissional, realizado juntamente a assistência estudantil, através de programas de transferência de renda (bolsas e auxílios) ou ainda através do acompanhamento dos alunos e suas famílias, do trabalho intersetorial, bem como da assessoria e formação aos segmentos que compõem a dinâmica da Política de Educação (seja na instância de gestor e/ou execução da política). Nesta parte do desenvolvimento do capítulo será exposto e trabalhado com os extratos dos trabalhos que foram apreendidos como um exercício profissional que objetiva, para além do trabalho com o ingresso e ações que viabilizem a permanência dos estudantes, a formação da consciência crítica da classe trabalhadora através do desenvolvimento de processos sociais emancipatórios (participação, protagonismo e mobilização) que podem se materializar na Política de Educação como processos de resistência aos projetos educativos subalternizantes. Segundo Silva (2010):

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, como direção social estratégica, possui três pilares centrais: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética profissional (aprofundado em 1986 e maturado em 1993) e as diretrizes curriculares amplamente discutidas e aprovadas pelo MEC (com cortes) na segunda metade dos anos 1990. Elegendo a liberdade como valor central – explicada como a possibilidade de escolha entre alternativas reais-concretas –, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social afirma seu compromisso com a autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. (SILVA, 2010, p. 141)

O Serviço Social, através do Projeto Profissional, assume o compromisso com o exercício profissional na perspectiva dos processos sociais emancipatórios, visto a filiação política da categoria com um projeto societário na contramão da sociabilidade do capital. Sendo assim, o Serviço Social desafia-se a atuar,

fundamentando seu trabalho na teoria social crítica, cujo foco é a emancipação humana, consolidada apenas em uma sociedade em que o trabalho é uma atividade livre (trabalho associado), e não uma mercadoria consumida (trabalho assalariado), mergulhado nas relações capitalisticamente alienadas (MÉSZÁROS, 2016). Logo, a categoria profissional precisa ter clareza de que:

(...) não esperemos do Serviço Social o que ele objetivamente não poderá jamais oferecer: a revolução e a emancipação humana (uma tarefa da práxis social). Porém, ao mesmo tempo, isso impõe à profissão a necessidade dela forcejar nesta direção nos níveis de atuação profissional em que isso é possível – e nem todos eles o são - sem gradualismos e etapismos sustentados na sobrevalorização do papel desempenhado pelos direitos. (...) Desconsiderar essa possibilidade significa inscrever as diferentes ações dos profissionais e a profissão – em todos os seus níveis de intervenção – no campo único da reprodução do capital. Isso não apenas “arrebenta” com o Serviço Social como também, simultaneamente, engessa as possibilidades que estão inscritas na correlação de forças (dentro e fora dos espaços institucionais), anulando o profissional como sujeito histórico possível capaz de comprometer-se – ética e politicamente – nas suas pequenas e grandes ações, com a emancipação humana (mesmo sabendo que a sua profissão, em si, não a realizará). (SILVA, 2010, p.165)

Com base na fala de Silva (2010) é possível compreendermos que a emancipação humana é a direção social a ser trilhada pelo Serviço Social, compreendendo que a mesma só é possível em uma sociedade para além do capital. No entanto, é essa perspectiva que permite o movimento dialético no interior da profissão, fazendo com que o Serviço Social resista ao poder subalternizante do capital e avance na direção de estratégias contra-hegemônicas, sendo tais avanços influenciados pela capacidade e pelo posicionamento crítico dos (as) profissionais na apreensão da realidade social (a articulação das dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa), do espaço sociocupacional que se inserem e sobre o próprio movimento contraditório da realidade social. Esses fatores influenciam nas formas/histórias concretas em que a categoria reafirma o Projeto ético e político do Serviço Social. Através da análise de conteúdo, destacamos os extratos de trabalhos que fazem referência ao referido projeto:

Em consonância com o projeto ético-político profissional, o trabalho do Assistente Social se desenvolve tendo duas frentes de atuação. A primeira relacionada à defesa intransigente dos direitos e ampliação dos mesmos para atingir a sua universalização. Ainda neste aspecto garantir formas democráticas e participativas da população nas instâncias de poder

decisório, pertencentes ao controle social das políticas sociais, contribuindo no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Ter ainda, como meta, a luta contra qualquer forma de discriminação e opressão incentivando a diversidade. Também assumir o compromisso em sua atividade profissional, pela qualidade dos serviços prestados à população e o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. A segunda, que ocorre concomitantemente à primeira, sendo uma premissa para outra frente de atuação que é a articulação com diferentes categorias de trabalhadores vinculada ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, portanto, uma outra sociedade, para além do capital. (T07, CBAS, 2013)

São muitos os desafios que se colocam ao profissional nos dias atuais. O maior deles é tornar o Projeto Ético-Político um caminho efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação, ainda que siga na contramão da exigência neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada. (T14, ENPESS, 2016)

O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) afirma uma direção política e um conjunto de referenciais teóricos (também baseado num projeto de sociedade) que devem subsidiar a atuação profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais, dentre eles a educação, que não pode ser concebida vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora. (T10, CBAS, 2016)

Os extratos anteriores reafirmam o compromisso do Serviço Social com outro projeto societário, sendo premente a atuação profissional na consolidação de canais que ampliem a participação da classe trabalhadora, bem como o seu protagonismo frente a suas histórias de vida, contribuindo para a ampliação das lutas e mobilizações em prol da consolidação dos diferentes direitos sociais. Enfrentando com isso, na realidade concreta, o projeto neoliberal que fragmenta, focaliza e precariza as políticas sociais, espaço de atuação do Serviço Social, exigindo dos (as) profissionais uma formação permanente²⁴ que seja capaz de subsidiar teórico e metodologicamente a profissão na busca constante pela construção de estratégias de atuação nos diferentes espaços que se inserem, dentre eles a Política de Educação. Os trechos a seguir expressam a contribuição do Serviço Social no processo de formação da consciência crítica dos diferentes sujeitos presentes no âmbito da Política de Educação.

²⁴ Todavia, a formação pós-universitária deve ser enfrentada de todas as formas possíveis, desde que a organização e as estratégias utilizadas estejam comprometidas com um projeto de formação voltado à qualificação intelectual, como espaço de socialização de produções e de conhecimentos (relacionadas ou não, diretamente, ao Serviço Social) que contribuam para isso. (SILVA, 2010, p.181 e 182)

Afiançamos a importância da dimensão educativa do trabalho profissional do Assistente Social com os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar, contribuindo na construção da visão crítica da realidade, (...) Dessa forma, a dimensão educativa do exercício profissional do Assistente Social é de extrema importância na área da educação, pois adquire significado estratégico. Justifica-se essa relevância considerando o multifacetado perfil de educadores que constituem o universo educacional e que, por condições precárias, no processo de formação (tanto inicial quanto continuada) se distanciam das análises críticas da conjuntura histórica. Para além desses, a situação se complexifica quando se trata dos estudantes e famílias cujo senso comum é impregnado pelos conhecimentos e valores da ideologia dominante, a ideologia burguesa. **Envolver a comunidade escolar nessa ação socioeducativa poderá possibilitar a mobilização de uma consciência crítica, coletiva, que reconheça a educação como um direito social, que precisa ser garantido pelo Estado, para todos e com qualidade.** (T11, ENPESS, 2016)

Baseados em nossa experiência, acrescentamos que temos também importante papel na **construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social** nos espaços educacionais, de modo a **problematizar a percepção dos atores da educação sobre a família, as condições de vida e de aprendizado dos estudantes.** (T34, ENPESS, 2012)

O Assistente Social nesse campo precisa qualificar sua atuação, de modo que, possa contribuir com uma leitura de mundo, na qual meninos e meninas, homens e mulheres sintam-se participando na construção de um jeito novo de compreender as contradições e as desigualdades delas decorrentes e que também **sejam capazes de, organizados, lutarem pela sua transformação.** (T18, ENPESS, 2014)

Os trechos anteriores nos permitem compreender que há um indicativo que o exercício profissional possa ser desenvolvido enquanto expressão de resistência à educação burguesa. Trazendo a necessidade de o trabalho mediar uma formação da consciência crítica, principalmente dos trabalhadores da Política de Educação no que se refere à concepção que os mesmos possuem da pobreza e das famílias, por exemplo, bem como o trabalho a partir da concepção de educação que a instituição traz e que se materializa através de suas ações cotidianas com os sujeitos sociais. De acordo com Silva (2010):

A formação da consciência crítica advém de um trabalho educativo (que discute e denuncia a exploração em curso), atividade que deve compor a dimensão socioeducativa do exercício profissional do assistente social e ser cultivada junto à população atendida. (SILVA, 2010, p. 143)

Desenvolver o exercício profissional, nessa perspectiva, é possibilitar que o conhecimento sobre diferentes aspectos da vida cotidiana sejam socializados e

construídos, contribuindo para a apreensão crítica da realidade por parte dos sujeitos, em que as contradições por eles vivenciadas possam ser explicitadas e sua interação com a realidade social se desenvolver de forma participativa, com engajamento social e político frente às necessidades sociais compartilhadas, superando relações sociais de opressão e de tutela. Por intermédio da análise de conteúdo, realizada nos trabalhos, foi possível identificar o processo social de mobilização social trabalhado pelos Assistentes Sociais, sendo representado pelos trechos a seguir:

A prioridade seria a mobilização das famílias, alunos e profissionais da educação para participação consciente na gestão democrática das escolas com vistas à manutenção e ampliação dos direitos assim como garantia de qualidade. Penso que a ação profissional deva privilegiar a organização e participação das famílias, alunos e profissionais da educação no processo educacional. (T02, CBAS, 2010)

(...) apesar de o Serviço Social enquanto profissão estar sendo inserido nesse contexto por obrigações legais, compreende-se que o mesmo poderá contribuir não somente nas situações cotidianas, oriundas das expressões da questão social, **mas também por meio da mobilização social da comunidade escolar**, colaborando no **processo de democratização da educação**, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar. (T48, CBAS, 2016)

No momento do atendimento, o serviço social tem orientado os usuários, socializando informações referentes às suas demandas pessoais e contribuindo **para a formação de sujeitos coletivos**, quando situa tais demandas na realidade social da comunidade. **Os trabalhos realizados em grupo representam momentos dessa construção, na qual o relato e o compartilhamento de experiências expõem demandas coletivas, que a princípio eram consideradas casos isolados.** Esse processo fomenta novos debates e fortalecimento dos atores envolvidos. (T60, CBAS, 2016)

Considerando que a política de educação é um espaço de atuação profissional **privilegiado de ativação das lutas sociais, no sentido geral de poder ir além dos limites que o capital impõe.** O pressuposto é que **a política da educação configura-se como um campo estratégico onde o assistente social pode atuar diretamente com a classe trabalhadora, incitando-a a mobilização e tensionamento para que o Estado garanta os direitos sociais.** (...) Neste sentido, **entende-se que a atuação do serviço social na educação constitui-se como mais um canal pelo qual é possível construir estratégias de mobilização, capacitação e organização da classe trabalhadora, visando à recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de uma cultura contraposta à cultura capitalista dominante** (...) (T52, CBAS, 2013)

O T48 (CBAS, 2016) destaca que o Serviço Social deve ir além das requisições pelo qual é contratado, como já discutido no item anterior (trabalho com

as condições de acesso e permanência, garantindo a diminuição das taxas de evasão escolar e contribuindo para o aprendizado dos alunos), e protagonizar trabalhos que visem à mobilização social dos sujeitos. Destacamos que o trabalho através da mobilização social permitirá a desacomodação dos sujeitos, contribuindo para que tenham o entendimento da necessidade de se inserir em instâncias de luta e controle social pelos seus direitos. Para tanto, o trabalho profissional a partir dos direitos sociais, se faz necessário, iniciando pelo direito a uma educação pública e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A mobilização social é uma estratégia de resistência ao poder de imobilização que aflige os sujeitos, visto a interiorização da alienação via projetos que consolidam a tutela e a opressão. O trecho do T52 (CBAS, 2013) destaca a atuação do Serviço Social na educação como uma estratégia de mobilização da classe trabalhadora, visando uma cultura contra-hegemônica.

Salienta-se a importância da formação dos sujeitos coletivos, abordado pelo T60(CBAS, 2016), como possibilidade de contextualizar as demandas, tidas como individuais, no seu sentido coletivo, como realidade vivenciada pela classe trabalhadora, assim evidenciando a totalidade da realidade e a apreensão crítica dos sujeitos frente aos processos sociais que vivenciam, fragilizando a concepção fragmentada, baseada na culpabilização dos sujeitos e na criminalização da Questão Social. O trabalho, tendo como base a mobilização e a formação dos sujeitos poderá contribuir para que seja desenvolvida a consciência de classe, enquanto estratégia de resistência a sua condição de classe subalterna. “Nenhum desses objetivos emancipadores é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá além dos limites do capital.” (MÉZÁROS, 2008, p. 73).

O protagonismo (dos sujeitos frente a sua vida) enquanto objetivo do trabalho profissional aparece nos trabalhos analisados, sendo expresso através dos extratos a seguir:

(...) o espaço do Grêmio de inserção do assistente social, onde poderá contribuir para instrumentalizar os estudantes, no que tange a constituição das suas formas de organização, a fim de que possam participar ativamente da dinâmica da unidade escolar. Percebemos que os meios desta ação devem superar as tradicionais metodologias de transmissão de conhecimentos intelectuais e de valores docentes, (...)

Objetivou-se **fortalecer e fomentar o protagonismo juvenil (...)** (T05, CBAS, 2010)

Entendemos que a **intervenção do Serviço social deve pautar-se na busca por garantir os direitos dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Uma educação que garanta e fortaleça a capacidade do indivíduo de expor seus pensamentos**, sua compreensão de sociedade, de cultura, de política, realizar **atividades formativas que questionam a banalização e naturalização da violência e a discriminação** social, étnica, de gênero; que possibilite o acesso a descobertas científicas, filosóficas e sociológicas, desenvolvendo pensamentos e ações criativas **que levem os educandos a questionarem situações de exclusão, discriminação e violência de gênero e homofóbica.** (T51, CBAS, 2016)

Somos **desafiados a estabelecer articulação junto ao movimento estudantil, construindo/fortalecendo a discussão sobre a política de assistência estudantil.** Afinal, de que forma os diversas pautas do movimento estudantil se relacionam com o nosso objeto de trabalho profissional? **Tal competência remete a necessária articulação profissional junto aos movimentos sociais e o desenvolvimento da função pedagógica inerente ao exercício profissional, contribuindo para dar visibilidade às lutas sociais dos trabalhadores e estudantes, suas demandas sociais e para a ampliação dessas experiências organizativas.** O investimento nesse diálogo é também potencial para interferir nas correlações de forças institucionais, que por muitas vezes dificultam profundamente a autonomia profissional e extirpam a participação dos/as estudantes nas decisões e planejamento de seus rumos; (T31, CBAS, 2016)

Os extratos anteriores apontam a construção do exercício profissional objetivando o protagonismo dos sujeitos, sendo essa realidade a possibilidade de consolidar a formação crítica e política como forma de resistência ao projeto de educação burguesa, pautada em práticas pedagógicas que visam a opressão e a reprodução da ideologia dominante. O profissional, ao contribuir para o protagonismo dos sujeitos, desenvolve o trabalho profissional enquanto resistência ao poder pacificador do capital, contribuindo para a viabilização de uma educação com princípios emancipatórios, se contrapondo a uma cultura clientelista e tuteladora a serviço da opressão. Segundo Frigotto (2000):

A luta primeira e fundamental é garantir a escola básica unitária e pública (primeiro e segundo graus) – dentro de uma perspectiva político-pedagógica que *parta* da diversidade cultural e social das crianças e jovens – a todos como a mais adequada formação político-profissional. (FRIGOTTO, 2000, p. 204).

Com a expansão do acesso e com a universalização da escolarização obrigatória, além das ações afirmativas e da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), na

Educação Profissional e Superior fruto de lutas sociais, teremos a dinâmica educacional sendo fortemente mergulhada pela realidade social. A Política de Educação não pode mais negar essa realidade, pois agora essa realidade faz parte da política, ela não está mais divorciada do ambiente e neutra (FERNANDES, 1966) frente às diferentes expressões da Questão Social que passam a serem vivenciadas no âmbito da educação. A educação pulsa por mudanças, tendo em vista os impactos da inserção dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, bem como suas bandeiras de lutas, no seu interior. As instituições educativas, mesmo com forte viés conservador, classista e elitista, que estavam alheias da realidade concreta, mesmo que ainda possuem muros altos, separando sua estrutura física do território do qual fazem parte, se veem com a ampliação da oferta desencadear a necessidade de que Projetos Políticos Pedagógicos sejam repensados. Categorias como: inovação e conservadorismo, resistência e reprodução, princípios emancipatórios e disciplinadores disputam espaço e tencionam o trabalho profissional na Política de Educação.

A partir das contradições de classes que determinam a profissão – e daí a dimensão política da prática profissional, (...) os assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política – o que significa afirmar que tal democracia é um pressuposto para a própria existência do projeto ético-político –, escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores (...) colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.11)

Os projetos educativos em disputa que tencionam o trabalho profissional na Política de Educação exigem do (a) Assistente Social clareza e direcionamento político frente a direção social expressa no Projeto Profissional, reafirmando o compromisso com outro tipo de sociabilidade e com isso pautando a prática profissional através de princípios de uma educação emancipadora. O momento vivenciado pela Política da Educação é profícuo e acaba suscitando a necessidade de se discutir o papel da educação, as concepções que norteiam seus projetos e práticas, sua estrutura, a acessibilidade, a multiplicidade de culturas e as

particularidades trazidas pelos diferentes sujeitos que passam a frequentar e ser assistidos pela política.

Como aborda o T51 (CBAS, 2016), questões referente à discriminação étnica racial, a identidade de gênero, a diversidade cultural estão presentes no cotidiano das instituições educativas, precisando serem trabalhadas, fomentando o protagonismo dos diferentes sujeitos presentes nesse espaço. É nesta realidade tensionada que o Assistente Social se insere na Política de Educação e é através da mediação a um projeto de educação, a ser pensado e construído **com e para** a classe trabalhadora, que o profissional poderá atuar reafirmando os princípios que norteiam o Projeto Profissional. Parafraseando FRIGOTTO (2000, p. 192): “Isto significa dizer que a direção das propostas e práticas educativas devem germinar no interior dos movimentos e organizações da classe trabalhadora e de suas lutas concretas.”

Através do trabalho socioeducativo o profissional poderá fomentar a participação, o protagonismo e a mobilização da classe trabalhadora, para que possa, mediada pelo conhecimento crítico da realidade concreta vivenciada, se apropriar e se envolver na construção de um projeto educativo que atenda aos seus interesses.

O que nasce aqui é outro tipo de trabalho socioeducativo fundado na realidade dos seres sociais atendidos, no sentido de valorizar um denso processo que unifica sem identificar pensamento e realidade, ontologia e gnosiologia, teoria e prática, o imediatamente visível e sua complexidade mediata, carências-necessidades e possibilidades reais de satisfazê-las por meio de programas e projetos sociais, demandas apresentadas e formas de encaminhá-las mais amplamente com o apoio do trabalho profissional. (...) Isso impõe ao assistente social a necessidade de uma articulação pessoal e profissional com instâncias localizadas para além dos limites da esfera profissional: movimentos sociais e outros grupos comprometidos com certo tipo de crítica à ordem burguesa. (SILVA, 2010, p.189)

Acreditamos que está é a maior contribuição profissional nesse campo, atuando na mobilização da classe trabalhadora para sua organização na luta e na busca por um projeto educativo de acordo com seus interesses, em detrimento de um projeto de educação que visa à reprodução do capital, visto a necessidade de legitimação do processo de apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante. E, visando a um projeto educativo pensado e construído pela e

para a classe trabalhadora é o que particulariza o trabalho profissional nessa política pública.

Com base nessa perspectiva de atuação profissional, o (a) Assistente Social trabalha através do reconhecimento da liberdade como valor ético central, e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (contribuindo para que a experiência e o conhecimento trazido pelos sujeitos sejam o ponto de partida para a elaboração dos projetos educativos de acordo com suas necessidades, resistindo a projetos elaborados por uma minoria, sem diálogo e participação dos sujeitos atendidos pelas instituições educativas); defesa do aprofundamento da democracia (ampliando os canais de participação no âmbito da Política de Educação, possibilitando a vivência da gestão democrática, tais como: conselhos escolares, Grêmios Estudantis ou outra organização dos estudantes); respeito à diversidade (através do trabalho a partir dos temas transversais tais como: igualdade e diversidade de gênero, identidade de gênero, igualdade racial, dentre tantos outros temas de extrema importância), à participação dos grupos socialmente discriminados, dentre outros (BRASIL, 1993).

O trabalho profissional necessita atuar de forma a mobilizar os sujeitos a participarem da gestão democrática, levando e defendendo suas bandeiras de lutas que devem pautar a elaboração dos programas e projetos a serem desenvolvidos, mediando à construção e um espaço em que todos os sujeitos possam se perceber enquanto sujeitos históricos, que influenciam e são influenciados pelas relações sociais que se processam no âmbito da política e na sociedade. Sentir-se pertencente a esse espaço e não alheio a ele é o caminho necessário a ser trilhado para a superação dos processos de alienação vivenciados pelos sujeitos. A gestão democrática é abordada pelos trechos de trabalhos a seguir:

Trata-se de ressignificar a discussão da Gestão Democrática. Há vários apontamentos do Projeto Ético-político do Serviço Social que estabelecem possíveis diálogos que perpassam a possibilidade de fomentar a participação da família na escola: a construção de fóruns de pais e mestres, o Grêmio Escolar e diversos espaços coletivos que podem ser potencializados a fim de contribuir no repensar da escola pública. E para isto, tem-se claro que estas ações organizativas devem estar atreladas ao campo teórico. (T25, CBAS, 2010).

Desse modo, observamos a necessidade da construção de um fazer profissional voltado para o fortalecimento da participação nos espaços de controle social dentro das escolas, por meio da união de forças dos atores que executam a política de educação (gestores, professores, alunos, comunidade, especialistas e demais funcionários) e desempenham papel preponderante em termos de assegurar a manutenção do direito à educação. Sendo esta, um componente dos direitos humanos assegurados na legislação brasileira. (T19, ENPESS, 2014).

A participação democrática da comunidade estudantil nas instituições de ensino é um desafio para o Serviço Social no sentido de tencionar esses espaços para atender os interesses dos/as usuários e contribuir para que essas entidades desenvolvam suas atividades a partir do contexto no qual está inserida, tendo como referência a realidade vivenciada pelos seus componentes. A ocupação dos espaços decisórios como os conselhos, órgãos colegiados entre outros por sujeitos políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora **é fundamental para encaminhar os rumos da política de educação na direção dos interesses dos/as trabalhadores** com vistas à disseminação de valores contrários a sociabilidade do capital. (T32, ENPESS, 2012).

O trabalho profissional com base na mobilização e no protagonismo dos sujeitos trabalhará diretamente com a participação dos mesmos nos processos que se inserem. Logo, a gestão democrática será consequência desse trabalho, ao mesmo tempo em que poderá ser o vetor para o desenvolvimento da mobilização e protagonismo dos sujeitos, ou seja, não há como desenvolver isoladamente os processos sociais emancipatórios que estão interligados, servindo um para a consolidação do outro. A atuação dos indivíduos na instância de gestão e controle social das instituições educativas será um importante degrau para a participação social nas diferentes instituições que o indivíduo se relaciona, contribuindo para sua atuação consciente e crítica na luta pela viabilização dos direitos sociais e na elaboração de frentes de resistência as formas de opressão e de tutela da sociedade capitalista.

Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, (...) (MÉZÁROS, 2008, p. 76)

Porém, destacamos que dos 265 trabalhos analisados identificamos, em 31 deles, o exercício profissional através de atividades socioeducativas que desenvolvem os processos sociais emancipatórios (participação, protagonismo,

mobilização). Assim em torno de 12% dos trabalhos publicados nos Anais (CBAS e ENPESS) no período de 2008 e 2016 trazem o exercício profissional através de atividades educativas emancipatórias ou processos sociais emancipatórios. Dado que expressa que a categoria profissional acaba inserindo-se na Política de Educação e atendendo as requisições do Estado, muitas vezes não conseguindo transpor esta realidade e acaba não vislumbrando o exercício profissional enquanto estratégia de resistência aos projetos educativos subalternizantes que contribuem para a reprodução da classe trabalhadora sem a possibilidade de sua leitura crítica da realidade a qual vivenciam. Tal dado da pesquisa consolida aqueles já apreendidos na pesquisa de mestrado²⁵ da referida autora, sendo constatado que “(...) o foco do trabalho está voltado para as ações de acesso e permanência, sendo o trabalho de mobilização, participação e protagonismo da comunidade escolar ainda pouco expressivo nos espaços sociocupacionais.” (SILVEIRA, p.132, 2013).

O profissional, ao não identificar as contradições postas no espaço sociocupacional não consegue apreender o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, *logo não consegue desenvolver o exercício profissional, enquanto instrumento de resistência, pois não percebe a necessidade de resistência*. Com isso, acaba por potencializar o projeto de educação burguesa a classe trabalhadora, afastando a possibilidade de resistência, através de uma formação crítica as práticas opressoras e de tutela destinadas a reprodução e consolidação do capital.

Enfatizamos que a Política de Educação é um espaço estratégico para a atuação profissional por se tratar da formação dos sujeitos, sendo possibilitado o trabalho na política com diferentes segmentos que compõe a dinâmica das instituições, seja nas instâncias de gestão (gestores e assessores) ou execução (toda a comunidade escolar: estudantes, gestores, educadores e famílias). Com relação ao trabalho profissional se dar através de atividades educativas emancipatórias é viabilizado ao profissional a formação da consciência crítica, através de um trabalho que ao partir das contradições vivenciadas pelos sujeitos,

²⁵ Pesquisa de Mestrado do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social/escolas de Humanidades da PUCRS, apresentada em janeiro de 2013. Tendo como objeto o trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação Básica na região metropolitana de Porto Alegre/RS.

possa mediar o entendimento da totalidade social dos processos por eles vivenciados. A formação da consciência crítica e política da classe trabalhadora enquanto objetivo, mesmo que implícito no desenvolvimento do exercício profissional, uma vez que o foco é fomentar a participação dos sujeitos frente à realidade que vivenciam nas instituições educativas, seja na elaboração de projetos, seja na tomada de decisões sobre o trabalho a ser desenvolvido através das instâncias de controle social previsto na política, via conselhos escolares e conselhos de educação que viabilizam uma gestão que se quer democrática.

Isso porque os princípios orientadores da transformação socialista da sociedade são irrealizáveis sem o pleno envolvimento da educação como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista. Todos os princípios orientadores (...) desde a participação genuína em todos os níveis de decisão até o planejamento abrangente (concebido no sentido do planejamento que inclui a autônoma “obtenção de sentido da própria vida” pelos indivíduos) (...) só podem traduzir-se em realidade se o poder da educação for plenamente ativado para esse propósito. (MÉZÁROS, 2008, p. 92)

Sendo assim, a educação passa a ser concretamente um espaço que fomenta a mobilização dos sujeitos sociais e o seu protagonismo frente os seus projetos de vida e na luta pela viabilização do direito a educação, assim como os demais direitos sociais. “(...) sem a mobilização das grandes massas do povo não pode haver esperança de sucesso contra a disparidade esmagadoramente favorável ao capital sob as condições históricas vigentes.” (MÉZÁROS, 2008, p. 118). A construção de conhecimentos a partir da vivência do trabalho com os processos sociais emancipatórios é estratégico no sentido de viabilizar a inserção crítica dos sujeitos sociais em outras instancias da vida. Contribuindo para que as contradições da sociedade de classes sejam explicitadas e trabalhadas no sentido de se *construir formas concretas de resistência a partir da apreensão da necessidade de se resistir ao poder subalternizante do capital.*

A partir da apreensão dos processos de trabalho, os quais os Assistentes Sociais se inserem, pode-se perceber que os mesmos são estratégicos, pois possibilita ao profissional o desenvolvimento do trabalho tendo como foco a mediação de projetos educativos construídos com e para a classe trabalhadora com base nas necessidades humanas e não nos interesses privados de apropriação da

riqueza socialmente construída. O exercício profissional desenvolvido a partir de ações que objetivam viabilizar o acesso e a permanência da classe trabalhadora na educação, como expresso no primeiro item deste capítulo, precisa compreender o acesso e as ações de permanência como importante instrumento para viabilizar o direito a educação a segmentos da classe trabalhadora que até então possuía violado o direito à educação. Contudo, esse trabalho não pode ser um fim em si mesmo, ele precisa transpor a requisição puramente institucional e atuar na qualidade da permanência, para isso o profissional precisa compreender: o lugar que a educação ocupa na sociedade classes, as contradições inerentes ao espaço sociocupacional em questão, bem como os processos societários em disputa para se apreender a necessidade do exercício profissional enquanto estratégia de resistência. Os extratos dos trabalhos a seguir apontam que:

Nesse sentido, a reivindicação pela inserção do Serviço Social na educação encampada pelas entidades representativas da categoria em articulação com outros sujeitos políticos desempenha um papel estratégico na construção de uma política educacional alicerçada nos interesses da classe trabalhadora e se contrapõem a mercantilização dessa política social. Não se trata de uma luta corporativista, mas está conectada com a defesa de uma educação pública, gratuita, referenciada socialmente e de qualidade. (T32, ENPESS, 2012)

(...) a importância do Assistente Social ir além das requisições do Estado, não limitando a sua atuação apenas como executor dos projetos de governo, mas sim, se colocar criticamente e se antecipar às necessidades que se apresentam. Outro desafio é atuar na base da elaboração e implementação desses projetos, objetivando mudanças mais concretas. E por fim, é essencial intensificar o processo de organização e mobilização da categoria para contribuir na ampliação dos grupos de debates já existentes. (T01, CBAS, 2013)

Enfrentar os obstáculos à efetivação da Política de Educação, diante do conservadorismo que se apresenta ocultamente no neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, não depende exclusivamente da vontade política da categoria profissional. Contudo, no que se refere às diretrizes profissionais e a sua dimensão ética e política, a categoria conta com o acúmulo de conhecimentos capaz de orientar novas estratégias no rumo da defesa da liberdade como valor central, da justiça e da democracia como princípios políticos imprescindíveis na promoção de processos que levem a construção de novas formas de sociabilidade. (T52, CBAS, 2013)

As requisições institucionais na Política de Educação estão postas e o profissional, insere-se enquanto trabalhador assalariado que precisa dar respostas. No entanto, a maneira como o profissional responderá a tais requisições é o que o

aproximará ou não da afirmação dos princípios éticos e políticos, expressos no Projeto Profissional, comprometidos com uma educação pública com princípios emancipatórios, alinhada com os interesses da classe trabalhadora, tendo como direção social, outro projeto de sociedade, uma sociedade *para além do capital*, como enfatizou Mészáros (2008).

5. CONCLUSÃO

A Política de Educação possui uma posição estratégica na reprodução da sociedade de classes, atendendo tanto as requisições dos organismos multilaterais, com o objetivo de que os índices de escolarização da população sejam elevados, quanto às reivindicações e bandeiras de lutas da classe trabalhadora para a viabilização do direito à educação. Nesse contexto de intensificação das ações governamentais para a ampliação do direito a educação pós Constituição de 1988 e LDB de 1996, constata-se a crescente inserção do Serviço Social na Política de Educação. Para tanto, o referido estudo problematizou: Como a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a inserção dos profissionais na Política de Educação vem se conformando, no Brasil, no período de 2008 a 2016?

Ao analisarmos os conteúdos referentes à trajetória histórica do Serviço Social na Política de Educação no Brasil, identificamos que a produção do conhecimento analisada aponta para um campo que, apesar de emergente, não se constitui em um espaço de atuação novo, remontando a inserção profissional ao início da profissão no Brasil - década de 1930 -, período histórico em que o Serviço Social se inseria para efetuar práticas de ajustamento e controle social dos sujeitos atendidos pela Política de Educação. No entanto, será a partir da década de 1990 que teremos informações de que o Serviço Social passa a discutir sobre a Política de Educação como *locus* de trabalho profissional, tendo a partir de 2008 uma maior articulação e envolvimento do conjunto CFESS/CRESS nessa discussão, visto a necessidade de engajamento às reivindicações da categoria profissional na luta por uma educação pública como direito de todos, demonstrando o amadurecimento da própria categoria frente a este espaço sociocupacional estratégico para a afirmação do Projeto Profissional.

Para apreendermos o objeto em questão, se fez necessário compreender sobre qual educação estamos falando, ou seja, qual a concepção de educação, bem como o lugar que essa categoria ocupa na sociedade de classes. Sendo necessário desvendar a concepção de educação expressa na produção de conhecimento, constata-se que a concepção de educação não aparece na produção analisada do Serviço Social de forma expressiva. Dos 265 trabalhos, identificamos uma discussão

sobre essa categoria como pano de fundo para se apreender o trabalho profissional com esta dimensão da vida do ser social em 74 trabalhos, representando 27% do total dos trabalhos. Nesse universo, percebemos que na maioria dos trabalhos, os profissionais abordam a educação emancipatória como noção que deve orientar o trabalho profissional na referida política em sintonia com o Projeto Profissional. No restante dos trabalhos, representando 73%, não identificamos nenhuma discussão referente à concepção de educação.

Essa realidade nos leva a compreender a necessidade da categoria profissional, inserida nessa política, seja através do exercício profissional e/ou através da pesquisa, discutir sobre a concepção de educação, sobre as concepções que estão em jogo na sociedade capitalista, apreendendo o lugar que a educação ocupa na vida dos sujeitos e sobre como essa dimensão da vida é direcionada na sociedade de classes, servindo para a reprodução da ideologia dominante, inerente para a manutenção da ordem vigente. Entendemos, a partir disso, que a produção aponta que a profissão, ao inserir-se nesse espaço, pode estar afastada dessa discussão. Tal realidade que pode desencadear uma atuação sem o entendimento das contradições, do processo histórico e da totalidade dos processos sociais que envolvem a categoria, podendo levar a uma atuação tecnicista e imediatista, sem as necessárias mediações na intervenção com a realidade social concreta.

Nesse contexto de projetos societários em disputa, expressos na Política de Educação através de uma concepção de educação burguesa e educação emancipatória, é que se inserem os (as) Assistentes Sociais. Destacamos que, como consequência do afastamento da discussão da categoria educação nos trabalhos, teremos na produção de conhecimento analisada uma minoria que discute a Política de Educação, sendo expressa como uma política tensionada por projetos em disputa, servindo como estratégia do Estado tanto para a reprodução do capital, como para o atendimento das bandeiras de luta da classe trabalhadora. O que nos permite compreender que a profissão é requisitada pelo Estado, maior empregador da categoria profissional na referida política, que acaba requisitando o Serviço Social para atuar basicamente nos eixos de acesso e permanência da política, buscando a garantia do direito à educação burguesa para a classe trabalhadora. Assim, o Serviço Social que possui um Projeto Profissional comprometido com os interesses

da classe trabalhadora vê-se no tensionamento entre o atendimento das requisições institucionais e o atendimento dos interesses da classe trabalhadora.

Todavia, esse tensionamento aparece em parte dos trabalhos. Outra parte apenas discorre sobre os processos de trabalho que se inserem e são requisitados para atuarem na Política de Educação, deixando de evidenciar as contradições e os tensionamentos inerentes entre o Projeto Profissional e o trabalho assalariado. Assim, destacamos que a ausência de contradições, de atendimento às requisições do Estado de forma imediata, à focalização das ações pode fazer com que o trabalho desenvolvido pelo profissional seja destituído de sentido (trabalho abstrato). Compreende-se que como trabalhador assalariado, o (a) Assistente Social, pertencente à classe trabalhadora, também é capturado pelas relações sociais capitalistamente alienadas (MÉSZÁROS, 2016), desenvolvendo um trabalho alienado, inerente a sociedade de classes. Concomitantemente somos instigados e tensionados pelo Projeto Profissional a fazer a apreensão crítica da realidade e compreender a necessidade de resistência aos processos de exploração vivenciados pela classe trabalhadora, no qual a categoria faz parte.

A grande maioria dos conteúdos analisados diz respeito aos processos de trabalho, os quais os (as) Assistentes Sociais desenvolvem na Política de Educação, enfatizando a dimensão técnico-operativa do exercício profissional em detrimento das demais dimensões que julgamos fundamentais para uma atuação intencionada e engajada politicamente com o Projeto Profissional. Os trabalhos, majoritariamente, apontam para os eixos de acesso e permanência, como eixos fundantes para a inserção profissional e para o exercício profissional na referida política a partir da década de 1990. Destacamos que, parte da produção, onde há a ausência das contradições inerentes a esse processo, podem acabar representando, no trabalho profissional, *um fim em si mesmo*. Por outro lado, enfatizamos que outro grupo de trabalhos, ao abordar as requisições postas à profissão, ao atuarem com os programas e ações governamentais referente ao acesso e à permanência, apreendem o lugar que a Política de Educação ocupa na sociedade de classes, expressando as contradições inerentes a essa sociedade e aos interesses antagônicos, visto os projetos societários em disputa, trazendo o compromisso do

Serviço Social com seu Projeto Profissional, cujo direcionamento é um outro projeto societário, tendo como princípios os interesses da classe trabalhadora.

No entanto, não foi possível apreender na produção de conhecimento analisada a articulação de tal inserção com o processo de negação desse direito que acompanha a formação sócio-histórica da sociedade brasileira, enquanto país de capitalismo periférico e dependente, resultando na não universalização do direito à educação, desencadeando assim as requisições postas à inserção nesse espaço sociocupacional, principalmente no que concerne a Educação Profissional e Superior.

Compreendemos através produção de conhecimento analisada que a atuação profissional se processa por um lado, a partir do acesso e a permanência no âmbito da seletividade para o ingresso e para a aquisição de bolsas e auxílios nas etapas e modalidades fora da faixa etária da escolarização obrigatória, o que nos leva a apreender essa inserção, pelo viés da *não universalização do direito à educação*. Outro, que diz respeito à atuação profissional com as expressões da Questão Social²⁶ que influenciam nas condições de acesso e de permanência da classe trabalhadora na referida política. Todavia, enfatizamos que a inserção profissional deve contemplar a necessidade de que *projetos educativos sejam repensados pela e para a classe trabalhadora*, visto a mudança do público atendido, através do acesso dos diferentes segmentos da referida classe, bem como suas bandeiras de luta e com isso a possibilidade de trabalharmos com a formação da consciência crítica, ampliando os canais de participação dos sujeitos, em contraposição aos projetos de opressão e tuteladores da vida nessa sociabilidade.

Precisamos ter clareza que o direito à educação no Brasil (sua democratização), ainda é um desafio, embora tenhamos a partir da década de 1990 um movimento de expansão da oferta. Expansão essa que nos leva a compreender que ainda temos muito que avançar nos aspectos qualitativos dessa importante e estratégica política pública. Se por um lado, temos uma expansão do acesso que é viabilizado nos ditames do neoliberalismo, visto as orientações dos organismos multilaterais e da parceria público e privado no provimento de vagas, principalmente nas etapas e modalidades fora da cobertura da escolarização obrigatória (Educação

²⁶ Tais como: evasão, infrequência e fracasso escolar.

Infantil de zero a 03 anos; Educação Profissional e Superior), por outro, pela primeira vez na história do país, temos a expansão desse acesso que, de fato, se processa com uma precarização dos serviços prestados, mas contraditoriamente carrega uma possibilidade de resistirmos ao projeto de educação burguesa, visto a apropriação deste espaço pela classe trabalhadora e suas bandeiras de lutas, ganhando visibilidade e demonstrando as grandes arestas da desigualdade social vivenciada pela classe.

As diferentes expressões da Questão Social impactam no cotidiano das instituições educativas e precisam ser enfrentadas pelos profissionais. Não em uma perspectiva disciplinadora e que requer do Assistente Social uma postura de profissional que decifra a realidade e encaminha para a rede de proteção. O enfrentamento deve ser articulado politicamente, envolvendo todos os atores presentes na dinâmica da política no planejamento de uma proposta de educação que parta da realidade social vivenciada pelos sujeitos, que escute sua história e suas reivindicações. Um projeto de educação que seja pensado *com e para* a classe trabalhadora. Que seja um projeto que consiga ir além da justificativa das dificuldades de aprendizagem dos sujeitos pelo viés da culpabilização dos mesmos, reduzindo os processos sociais vivenciados, fruto da desigualdade social, a problemas subjetivos.

Pelo contrário, que seja um projeto que questione as negações vivenciadas pela classe, que questione as violações, dentre elas as dificuldades de aprendizagem, o analfabetismo, a evasão, a infrequência e o fracasso escolar. Um projeto que não seja conivente com as injustiças sociais, mas que seja articulado com a comunidade, com suas necessidades, denunciando e resistindo as violações concretas enfrentadas na vida cotidiana. Violações que são vivenciadas por muitos educadores e suas famílias. Violações que se intensificam nesse momento histórico.

O momento vivido, permeado de contradições – pois é assim que apreendemos a realidade social – é profícuo para mudanças, que podem caminhar para a construção de novas alternativas de resistência e/ou de alternativas que inovem a reprodução. No entanto, enquanto categoria profissional, somos instigados pelo Projeto Profissional a construirmos alternativas de resistência e, resistir nesse momento, é poder buscar constantemente o conhecimento do tempo vivido, é poder

compreender a necessidade da formação continuada, de articulação de estratégias com outras áreas do conhecimento, é poder se mobilizar com outras categorias que também compartilham da luta por outro projeto societário, contrário ao vivido.

Mas, na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc. -, nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o torna solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população. (NETTO, 1999, p. 19)

Cerca de 43% da produção de conhecimento analisada faz referência ao trabalho profissional na Política de Educação orientado pelo Projeto Profissional, sendo esse projeto afirmado através da atuação do profissional na defesa intransigente dos direitos sociais, da busca pela liberdade como valor ético central e na luta por uma sociedade sem exploração e desigualdade social. Tendo o trabalho profissional engajamento político na busca por uma sociedade com justiça e equidade social, na contramão dos princípios que orientam a sociabilidade capitalista e as exigências neoliberais de desmonte das políticas sociais.

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. (NETTO, 1999, p.18 e 19)

Quem disse que seria fácil? Quando escolhemos o Serviço Social, como profissão, já nos desafiamos a viver na luta, no tensionamento e com interesses e projetos em disputa. Não fomos iludidos. Nosso Projeto Profissional é claro, a direção social que ele busca é antagônica à realidade vivida. O que nos deve fortalecer é a nossa capacidade de sempre estar em busca do conhecimento, saber que a aprendizagem é para toda vida, e a mobilização da categoria, bem como o

protagonismo profissional na luta e inserção em espaços de atuação profissional estratégicos, assim como a Política de Educação.

É preciso ressaltar, então, que a formação e a produção de conhecimentos em Serviço Social devem ter por objetivo enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais para além de demandas imediatas; ou seja, urge combater o utilitarismo-pragmatismo no uso de “conhecimentos” diante das demandas práticas (e vice-versa), valorizando aquele tipo de produção que enriqueça a “massa crítica”, o debate crítico, fincado na explicação dos mecanismos de produção e de reprodução da sociabilidade burguesa e, nela, as particularidades do Serviço Social. (SILVA, 2010, p.199)

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a inserção profissional na Política de Educação no Brasil é abordada na produção de conhecimento do Serviço Social, com vistas a subsidiar a categoria profissional para uma apreensão crítica e sintonizada com o Projeto Profissional. Visto que, por intermédio dessa análise, chegamos a seguinte Tese:

A produção de conhecimento do Serviço Social, tendo como campo de análise os Anais do CBAS e do ENPESS (2008-2016) aborda a inserção profissional na Política de Educação através de duas perspectivas apreendidas: uma que diz respeito à reprodução da ideologia dominante, visto que parte da produção não expressa às contradições inerentes a esse espaço de atuação profissional, bem como o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, o que dificulta a mediação entre as requisições do Estado à profissão e ao compromisso ético e político da categoria, através de um exercício profissional que pode ser confundido com os objetivos de programas e projetos institucionais, apoiando-se na dimensão técnico-operativa do trabalho profissional. Outra, que diz respeito à resistência ao poder subalternizante da sociabilidade do capital, evidenciando em parte da produção as contradições, o lugar que a educação ocupa na sociedade de classes, trazendo o exercício profissional enquanto estratégia de superação ao projeto de educação burguesa, atuando na mediação entre as requisições postas pelo Estado e os interesses da classe trabalhadora, através de um trabalho norteado pelos princípios de uma educação emancipatória. Assim, a inserção profissional na Política de Educação é expressa na produção de conhecimento pela “perspectiva de reprodução e/ou pela perspectiva de resistência demonstrando o tensionamento

entre o Projeto Profissional e o conservadorismo ainda presente no trabalho profissional na Política de Educação.”

Identificamos, assim, que para além do tensionamento presente no trabalho profissional que exige dos profissionais uma formação permanente para construir subsídios teóricos e metodológicos para atuar mediando as requisições postas pelo empregador, no caso das produções majoritariamente o Estado, e o direcionamento ético e político do Projeto Profissional, temos o tensionamento a ser enfrentado pela profissão que desafia-se a resistir ao conservadorismo ainda presente no interior da mesma e que expressa traços de um projeto profissional tradicional, tanto debatido, mas ainda não superado pela categoria profissional.

Com base nisso, enfatizamos que o conjunto CFESS/CRESS tem uma atribuição de extrema importância nesse sentido: articular a categoria inserida na Política de Educação e mediar a formação permanente e política através dos Grupos de Trabalho específicos de Serviço Social e Educação, que desempenharam importante papel, mais especificamente, entre os anos de 2008 a 2012, culminando no I Seminário Nacional sobre Serviço Social na Educação e no lançamento dos Subsídios para o Debate e para Atuação Profissional na política, demonstrando o amadurecimento e o comprometimento ético e político da categoria com uma educação emancipatória. Também destacamos a importância das Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS), da ABPESS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) no debate constante sobre os desafios enfrentados pela formação profissional e na luta pelo direcionamento da mesma de acordo com o Projeto Profissional.

Por este motivo, gravita como um tema de extrema relevância para a delimitação das bases de sustentação teóricas e políticas do processo de consolidação do projeto profissional em suas diferentes instâncias de construção e disseminação: congressos e encontros da categoria, os espaços de formação, as entidades da categoria, nos espaços sócio-ocupacionais e nas instituições e grupos produtores de conhecimento sobre a realidade social e ação profissional. (ALMEIDA; ALENCAR, 2016, p.180)

O momento presente é um período por deveras difícil. Estamos vivenciando no Brasil a materialização do desmonte do Estado democrático de direito, no qual

forças conservadoras colocam em prática a contrarreforma neoliberal que ataca fortemente os direitos sociais. O período de análise da produção do conhecimento (2008 até 2016) apresenta uma emergência da inserção profissional na Política de Educação, visto a operacionalização das ações de expansão do acesso e da permanência da classe trabalhadora a referente política. Se por um lado, tais ações são para efetivar uma agenda ditada pelo neoliberalismo, de outro, é a concretização das bandeiras de lutas pelo acesso a maioria da população que não tinha ainda garantido seu ingresso em uma instituição educativa.

A partir da aprovação da PEC 241/2016 conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos (atual EC 95/2016) como estratégia de enfrentamento da crise econômica mundial que no Brasil é influenciada e intensificada por uma crise política, teremos ações de desmonte dos direitos sociais, representando significativos cortes no investimento público das políticas sociais, dentre elas a educação. São ações que perpassam desde o atraso e parcelamento de salários dos servidores públicos, como o corte de recursos para manutenção de bolsas de estudos e de projetos nos diferentes níveis e modalidades da educação nacional, chegando a algumas localidades ao fechamento de turmas. É um projeto perverso que resulta ainda mais na fragilização das lutas e na polarização política. Vivemos além dos cortes de investimento nas políticas sociais, um estado de repressão a tudo que possa colocar em xeque o projeto de ajuste do Estado. O tempo presente demonstra diariamente que os lentos passos dados para frente rumo a uma sociedade democrática no país, é violentamente atacado por uma onda antidemocrática que precisa ser enfrentada com formação política e com conhecimento crítico da realidade social.

O momento é de tensão, de violações de direitos a toda a classe trabalhadora, demonstrando forte afronta aos direitos até aqui duramente conquistados, com a aprovação da reforma trabalhista, com o projeto de reforma da previdência. O pensamento conservador ganha espaço na realidade atual, com, por exemplo, o chamado “Programa Escola Sem Partido” que representa as forças conservadoras que lutam para a manutenção de que a educação siga fortalecida na consolidação da reprodução da ideologia dominante, representando uma ameaça aos projetos educativos emancipatórios. Apesar do momento difícil, precisamos

olhar para a história e apreender o momento presente como possibilidade de fortalecimento e unidade da classe trabalhadora. É um momento rico para se instaurar fóruns de debate sobre os direitos sociais e sobre as estratégias de resistência.

Contudo, o momento exige conhecimento, planejamento, mais do que nunca, estratégias de resistência e mobilização da categoria para potencializar as ações e a luta que não pode ser isolada, muito menos focalizada. É ainda mais necessária a formação política para a busca de estratégias que dialoguem com os novos e emergentes desafios do tempo presente. Apesar de dias cinzas e nebulosos que estamos vivenciando, precisamos nos inspirar no Projeto Profissional, na trajetória histórica já vivida pela categoria, nos avanços e no amadurecimento conquistado, através de duras lutas pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº8. 662/9 de 1993), pelo Código de Ética do Serviço Social, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social, pela produção de conhecimento do Serviço Social, e mais do que nunca resistir, com competência, coerência, clareza e direcionamento ético e político.

Não serei o poeta de um mundo caduco

Também não cantarei o mundo futuro

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças

Entre eles, considero a enorme realidade

O presente é tão grande, não nos afastemos

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história

Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela

Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida

Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes

A vida presente

(Mãos Dadas, Carlos Drummond de Andrade)

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola Pública e Pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de.; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social e Trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira**. In: O Social em Questão: Trabalho e Políticas Públicas. Ano XVIII nº 34, 2015. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço e desafio desta relação**. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

_____. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: CFESS. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília: DF, 2011.

_____. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócioocupacionais**. Palestra proferida no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, 2007.

_____. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. Caderno Especial nº 26. Edição: 04 a 25 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>

ALVES, Giovanni. **Lukács e o Século XXI: Trabalho, estranhamento e Capitalismo Manipulatório**. Londrina: Praxis; Bauru, 2010.

ALVES, Giovanni. **Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI**. Documento eletrônico. In: Textos e Contextos. Porto Alegre, v.12, n.2 Edipucrs, 2013.

ALVES, Gláucia Lelis. **Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária**. In: O Social em Questão: Trabalho e Políticas Públicas. Ano XVIII nº 34, 2015. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006. Trad. Luis Antero e Augusto Pinheiro.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia. *Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social* – ABEPSS, ano 01, nº 01 Janeiro/Junho – Brasília: ABEPSS, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 1995. 33ª ed.

BRASIL. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, 1993.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. Brasília, 1996.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação (2014/2024)**. Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL, MEC. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da Educação Pública**. Brasília: MEC, SEB; 2004.

BRASIL, MDS. **Programa Bolsa Família. Lei nº 10.836/04**. Brasília, 2004.

BRASIL. **PNAS – Política Nacional de Assistência Social (2004)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, nov. 2004.

BRASIL, MEC. **Programa Todos pela Educação**. Decreto nº 6.094/07. Brasília, 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL, MEC. **Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação/MEC**, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009.

CBAS - XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: Mediações e Consolidação do Projeto Ético Político Profissional.** Brasília/DF, 2010. CD-Room.

CBAS - XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social.** Águas de Lindóia/SP, 2013. CD-Room.

CBAS - XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **80 anos do Serviço Social no Brasil.** Olinda/PE, 2016. CD-Room.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Resolução nº. 273/03, Brasília, 1993.

CFESS. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação.** Brasília: DF, 2011.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: DF, 2013.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: Ser, Saber e Fazer.** São Paulo: Saraiva, 1995. 10º ed.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da S.; RAICHELIS, Raquel (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2011.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A escola como contexto de desenvolvimento: risco ou proteção? In: ANTUNES, Helenise Sangoi (org.). **A Escola que Protege: Dimensões de um Trabalho em Rede.** Porto Alegre, RS: Asterisco, 2010.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e Avanços.** São Paulo: Papirus, 1997. 21ª ed.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1993. 1ª ed.

ENPESS - Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **“Trabalho, Políticas sociais e Projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”.** Porto São Luis-MA, 2008. CD-Room

ENPESS - Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **“Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”**. Rio de Janeiro-RJ, 2010. CD-Room

ENPESS – Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **“Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”**. Juiz de Fora-MG, 2012. CD-Room

ENPESS – Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **“Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital”**. Natal/RN, 2014. CD-Room

ENPESS – Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Ribeirão Preto/SP, 2016. CD-Room

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. Dominus Editora: São Paulo, 1966.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social**. In: Textos & Contextos. Porto Alegre. V.6 n.1 p.207-218, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação e Participação Comunitária. In: CASTELLS, Manuel (et al.) **Novas Perspectivas Críticas em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1991. 2ª ed. p. 71-90

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2000. 4ª ed.

_____. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1999. 5ª ed.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da educação: Um Estudo Introdutório**. São Paulo: Cortez, 2012. 16ª ed.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKI, Beatriz Gerhenson. **A construção da cultura de paz como uma estratégia de superação da violência no meio escolar: impasses e desafios.** Revista Educação. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 415 – 433, Maio/Agosto. 2006.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares.** Revista Katálysis. Florianópolis, v.16, n. especial, p. 39-49, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ª ed.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1999. 2ª ed.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010. 4ª ed.

_____. **A Questão Social no Capitalismo.** Revista Temporalis 3 – Ano II, nº 3, Jan/Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade.** CFESS. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social. Em Pauta. Brasília: DF, p.13-50, fevereiro 2002.

_____. Dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOLINA, M. L. M (Org.). **La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana.** San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004.

_____. **Mundialização do Capital, Questão Social e Serviço Social no Brasil.** Revista em Pauta. Mundialização Resistência e Cultura, nº 21, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo.** Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 2002. 18ª ed.

LIMA, Kátia. **Brasil em tempos de contrarrevolução.** Universidade e Sociedade. Ano XXVII - Nº 59 - janeiro de 2017

LUIZ, D. **Emancipação Social: fundamentos à prática social e profissional.** Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 94. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, Georg. Segunda Conversa: Sociedade e Indivíduo. In: ALVES, Giovanni. **Lukács e o Século XXI: Trabalho, estranhamento e Capitalismo Manipulatório**. Londrina: Praxis; Bauru, 2010.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. Revista Serviço Social e Sociedade. Temas Contemporâneos, nº 57. São Paulo: Cortez, Julho 1998, ano XIX.P. 133-148

MARTINS, Eliane Bolorino Canteiro. **O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político**. In: SILVA, Marcela Mary José da Silva (org.). Serviço Social na Educação: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**.1843. Disponível em: <http://www.marxist.org>. Acesso em: 20/08/2011

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: www.mec.gov.br.

MENDES, Jussara Maria R.; PRATES, Jane Cruz. **Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares**. Revista Temporales nº 14, Brasília, ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 2ª ed.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org) **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007. 10ª ed.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, Sueli do. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2010, n.101, p. 95-120.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central.** Ponência na 33ª. Conferência Mundial das Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, agosto de 2006. Mimeo.

NETTO, J. P. & BEHRING, E. **A Emancipação Política e a defesa de direitos.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, junho de 2007. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea** In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque, 2007.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas & questões.** 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. **O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social.** Revista Temporales nº 09, Brasília, ABEPSS, 2006.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social.** Disponível em: http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=21&Itemid=36 Marcelo Braz Projeto ético.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social e Contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política?** Rev. Ciências Humanas UnitaU, Vol 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/456/413> <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/456/413>>

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência ou emancipação?** 2010. 210 f. Tese de Livre-Docência Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010

SILVA, Marcela Mary José da Silva (org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP; Papel Social, 2012.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação Básica na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2013.

SIMIONATO, Ivete; LUZA, Edinaura. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass>.

SIMIONATTO, Ivete. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização?** Cadernos Especiais n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>.

_____. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social** In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Pesquisa e conhecimento em Serviço Social. Ano V, nº 09 janeiro/junho, 2005. Recife: Ed. Universitária da UEPE, 2005.

_____. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação: Saberes e Competências Necessárias no Fazer Profissional**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília; CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TONET, Ivo. **Marxismo e educação**. Disponível em: [www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo e Educação.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf).2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2007. 1ª ed.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

WITIUK, Ilda; CANTEIRO, Eliana. **A inserção do Serviço Social no Espaço da Educação Escolarizada**. 19º Conferência Mundial de Serviço Social. Salvador, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social**: expressões da questão social no Brasil. Revista Temporalis 3 – Ano II, Nº3, Jan/jul. 2001. Brasília:ABEPSS, Grafline, 2001.

_____. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília; CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social** In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Pesquisa e conhecimento em Serviço Social. Ano V, nº 09 janeiro/junho, 2005. Recife: Ed. Universitária da UEPE, 2005.

APÊNDICE A

Roteiro – Análise Bibliográfica

- 1) Trajetória histórica do Serviço Social na Educação;
- 2) Concepção de Educação;
- 3) Processos de Trabalho desenvolvidos;
- 4) Projeto Profissional
 - a) Abordagem
 - b) Aspectos éticos e políticos
 - c) Referencial Teórico
 - d) Direção Social

APÊNDICE B

Quadro de estados e o número de produções da categoria nos encontros (CBAS e ENPESS)

ESTADO	ANO	NÚMERO DE TRABALHOS	TOTAL POR ESTADO
ALAGOAS	2008	01	03
	2010	0	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	01	
	2016	01	
AMAZONAS	2008	01	12
	2010	01	
	2012	02	
	2013	01	
	2014	0	
	2016	07	
BAHIA	2008	0	12
	2010	03	
	2012	03	
	2013	03	
	2014	0	
	2016	03	
CEARÁ	2008	0	09
	2010	0	
	2012	02	
	2013	0	
	2014	0	
	2016	07	
DISTRITO FEDERAL	2008	0	02
	2010	0	
	2012	0	
	2013	01	
	2014	0	
	2016	01	
ESPÍRITO SANTO	2008	01	02
	2010	01	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	0	
	2016	0	
GOIÁS	2008	01	06
	2010	01	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	03	

	2016	01	
MARANHÃO	2008	0	02
	2010	0	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	01	
	2016	01	
MATO GROSSO	2008	0	05
	2010	02	
	2012	01	
	2013	0	
	2014	0	
	2016	02	
MATO GROSSO DO SUL	2008	0	03
	2010	01	
	2012	0	
	2013	01	
	2014	0	
	2016	01	
MINAS GERAIS	2008	01	19
	2010	04	
	2012	08	
	2013	04	
	2014	0	
	2016	02	
PARÁ	2008	0	05
	2010	0	
	2012	02	
	2013	0	
	2014	0	
	2016	03	
PARAÍBA	2008	0	09
	2010	02	
	2012	0	
	2013	01	
	2014	02	
	2016	04	
PARANÁ	2008	0	07
	2010	0	
	2012	0	
	2013	01	
	2014	0	
	2016	06	
PERNAMBUCO	2008	0	12
	2010	03	
	2012	01	
	2013	03	
	2014	01	

	2016	04	
PIAUI	2008	0	06
	2010	0	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	02	
	2016	04	
RIO DE JANEIRO	2008	02	53
	2010	14	
	2012	10	
	2013	09	
	2014	04	
	2016	14	
RIO GRANDE DO NORTE	2008	0	09
	2010	01	
	2012	01	
	2013	02	
	2014	0	
	2016	05	
RIO GRANDE DO SUL	2008	0	12
	2010	01	
	2012	03	
	2013	04	
	2014	0	
	2016	04	
RONDÔNIA	2008	0	02
	2010	01	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	0	
	2016	01	
RORAIMA	2008	0	01
	2010	0	
	2012	0	
	2013	0	
	2014	01	
	2016	0	
SANTA CATARINA	2008	0	07
	2010	01	
	2012	02	
	2013	0	
	2014	01	
	2016	03	
SERGIPE	2008	0	12
	2010	03	
	2012	02	
	2013	02	
	2014	01	

	2016	04	
SÃO PAULO	2008	0	21
	2010	02	
	2012	02	
	2013	04	
	2014	04	
	2016	09	
TOCANTINS	2008	0	05
	2010	01	
	2012	0	
	2013	01	
	2014	0	
	2016	03	
TOTAL			236

DADOS GERAIS:

TOTAL DE TRABALHOS CBAS: 153

TOTAL DE TRABALHOS ENPESS: 112

TOTAL DE TRABALHOS: 265

TOTAL DE TRABALHOS COM ESTADOS MAPEADOS: 236

TOTAL DE TRABALHOS SEM IDENTIFICAÇÃO DOS ESTADOS: 29

EM TORNO DE 90% DOS TRABALHOS FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR OS ESTADOS.

APÊNDICE C

RELAÇÃO DOS TRABALHOS ANALISADOS POR ENCONTRO/ CBAS

ENCONTRO	TRABALHO/ARTIGO	AUTORES
CBAS 2010	PENSANDO A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE NITERÓI	Rosane Fratane de Oliveira
	REFLETINDO SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Sílvia Dabdab Calache Distler
	A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Eblin Joseph Farage, Lorena de Almeida Magalhães, Alessandra Alves Silva Miranda da Silva, Débora Rodrigues de Araujo, Núbia Erineuba Alves, Paula Correia de Miranda, Lenardo Fragozo da Luz
	"Família, Escola e Sociedade – Instrumentalizando Profissionais da Rede Municipal de Educação de Niterói no Atendimento às Famílias"	Rita DE Cássia Pereira, Vivian Padial Leão, Isis Azevedo Damasceno

	GREMIO ESTUDANTIL UM ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO POSSIVEL	Sarai Basilio Ribeiro, Luciana Braga Palma
	O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: duas experiências em questão	Flander de Almeida Calixto, Odete Dan
	O SERVIÇO SOCIAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR: A Experiência da Rede de Proteção ao Educando	Marina Fernandes Bueno
	SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: DEBATE CONTEMPORÂNEO ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	Leila Chaban Duarte Soares, Terezina Fátima Paes de Arruda
	A CENTRALIDADE DA INFORMAÇÃO NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS SURDAS: a democratização do acesso a informação através de uma cartilha	Beatriz Rodrigues Diniz, Cila Ferreira Portugal Ramos, Leandro Ferreira DE Freitas, Rosária DE Fátima Correa Maia
	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN: demanda e oferta no Campus Caicó	Késsia Roseane de Oliveira França

	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO.	Vania DE Jesus
	A INTERFACE DA EDUCAÇÃO COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL: relato de uma experiência	Eliene Estevão de Almeida
	O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFS: uma análise do Programa de Inclusão Social no período de 2009.	Ingredi Palmieri Oliveira, Ana Paula Leite Nascimento, Ana Paula Gama Santa Bárbara, Lucyana Barros Santos, Maria Auxiliadora Silva Moreira Oliveira, Vania de Jesus
	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: ESPAÇO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Maria Alice Silveira
	PROJETO SOCIOEDUCATIVO EDUCAÇÃO PARA TODA VIDA	Ana Flávia Melillo Ramos

	A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE FORMAÇÃO: SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E FORTALECIMENTO PROFISSIONAL NO CAMPO EDUCACIONAL.	Jurema Alves Pereira
	Economia Solidária na Educação Pública	Ana Cristina Brito Arcoverde, Delânio Horácio dos Santos
	A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM.	Jurema Alves Pereira
	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	Elizete Rodrigues de Oliveira, Edmara Martins de Souza
	UNIVERSIDADE, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS NO TEMPO PRESENTE.	Isabel Cristina Sampaio Angelim
	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO DE GRADUAÇÃO – UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA UFRJ.	Ana Carla Galvão Ferraz, Eliana Pereira Borges, Leandro Duarte de Oliveira, Roseni Lana da Mota, Telma Fernandes B. Gil, Vanessa Pontes

		da Costa
	PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: entre a assistencialização e as armadilhas da pobreza	Maisa Miralva da Silva
	REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, CAMPUS DE HUMAITÁ SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO PROGRAMA BOLSA PERMANENCIA.	Elaine Lucio Loeblin
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: considerações sobre a assistência estudantil no processo de expansão do ensino superior	Flávia Augusta Santos de Melo
	EDUCAÇÃO E ESCOLA PÚBLICA: NOTAS PARA PENSAR A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	Francine Helfreich Coutinho dos Santos
	EDUCAÇÃO E ESCOLA PÚBLICA: NOTAS PARA PENSAR A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	Francine Helfreich Coutinho dos Santos
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SERVIÇO SOCIAL: UM CAMINHO POSSIVEL	Eliane Beatriz da Silva ,Ivone Aparecida Vieira da Silva ,Maria Amélia Pansane Seabra ,Valquiria

		Alves Mariano
	EDUCAÇÃO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA.	Tathiana Meyre da Silva Gomes
CBAS 2013	A TENDÊNCIA DA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E OS IMPACTOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE	Renata Nascimento da Silva, Elane Machado Alves Pires
	UNIVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO E PROGRAMA DE BOLSAS DE ENSINO	Eliana Monteiro Feres, Angela Maria Leite , Ana Luiza Ferraz Cerqueira, Mary Lucia do Espirito Santo Pessanha , Cristiano Correa Pessanha , Francelyneda Silva de Assis , Isabella Motta de Oliveira Pinto , Maria da Penha Lyrio Barreto Moura
	O SERVIÇO SOCIAL DE MÃOS DADAS COM A ESCOLA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE	Fábia Castro de Albuquerque Maranhão, Rita Jussara Rocha DE Almeida Barros , Francisca Raquel C. César de Souza
	POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E FORTALECIMENTO ÉTICO NA EDUCAÇÃO: reflexões a partir do estudo do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental do município de Limeira/SP	Priscila Cardoso, Juliana Christofoli Panza

	A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO AMBIENTE ESCOLAR: uma pesquisa com os educandos e educadores da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães no Município de Maragogipe – BA.	Ana Cláudia Dias de Oliveira, Chirlene Oliveira de Jesus Pereira
	EXPERIÊNCIA EXITOSA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	Claudete Alves Dórea, Marcela Mary José DA Silva
	REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)	Eliana Bolorino Canteiro Martins
	"A TERCEIRIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA CHAMADA FILANTROPIA E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REPRODUÇÃO DESSE MOVIMENTO"	Marcela Braga de Souza
	O TRABALHO DO ASSSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	Silvia Regina Silveira
	ENSINO RELIGIOSO NO RIO DE JANEIRO: um olhar do Serviço Social sobre a intolerância religiosa e a violação de direitos de crianças de religiões de matrizes africanas na escola.	Rachel de Souza da Costa e Oliveira

	EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E O CONTEXTO FAMILIAR, SOB OS PARADIGMAS DA “LIBERTAÇÃO” E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	Maria Luisa da Costa Fogari, Márcia Maria da Costa, Fábio do Espírito Santo Martins
	PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS/AS USUÁRIOS/AS DO CEMEAES: ANÁLISE & CRÍTICA	Heloá Julio Silva, Ana Cláudia Ribeiro de Souza Garbelini
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti
	A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: fazendo do problema um desafio	Rosangela Santos e Santos, Cintia Rugno de Aguiar dos Santos
	O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO SÓCIOPEDAGÓGICO	Valéria Gonçalves da Costa Silva

	OS IMPACTOS DO CAPITAL NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A residência estudantil como um <i>locus</i> de direito	Ana Cristina do Nascimento Peres Albernaz, Reginaldo Pereira Ramos, Paula Fabiana Rosa Ferreira Salomão
	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES INSERIDOS NO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DO IFS/CAMPUS ITABAIANA-SE: Indicadores para as ações da Política de Assistência Estudantil	Gláucia da Rocha Acioli
	SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: atuação e perspectiva no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins	Patrícia Régia de Oliveira Vicenal
	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: a política de permanência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Juliana Fernanda da Silva
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: intensificação do trabalho profissional na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Lígia da Nóbrega Fernandes

PROJETO SOCIOEDUCATIVO EDUCAÇÃO PARA TODA VIDA	Ana Flávia Melillo Ramos
O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL -O relato de uma experiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Rita de Cássia Cristino Marcos Rissi
PERFIL DOS ESTUDANTES DO IF FLUMINENSE: traços iniciais dos bolsistas do programa de assistência estudantil	Josemara Henrique da Silva Pessanha, Eloisa Rodrigues dos Santos, Lenon Araújo de Matos
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL Análise do perfil socioeconômico dos alunos do PROEJA IFAM Centro e Distrito Industrial	Irlândia Araujo de Vasconcelos
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS AUXÍLIOS, CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E MANUTENÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	Selma de Fátima Vanderley, Roberta de Almeida Sorano Tropaldi
A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO RN E O TRABALHO DO/A	Késsia Roseane de Oliveira França

	ASSISTENTE SOCIAL NO IFRN	
	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS GAÚCHOS	Josiela Silveira Cavalheiro, Mara Rosange Acosta de Medeiros
	AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: reflexões sobre as atribuições e as competências profissionais	Jaqueline Lima da Silva
	O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL -O relato de uma experiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Rita de Cássia Cristino Marcos Rissi
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PARAÍBA: um olhar à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública estadual nos municípios de Campina Grande e Catolé do Rocha – PB	Maria Aparecida Barbosa Carneiro

	O ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA POPULAÇÃO INDÍGENA	Aline Kadije Sandim, Eli Mendes Pitaluga, Hortência Albina Irlandes
	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma análise prévia do acesso e permanência na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	Mireille Alves Gazotto, Célia Maria David
	O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS- CAENE DA UFRN	Érika Luzia Lopes da Silva Ferreira, Francisco Ricardo Vieira de Melo, Danielle Ferreira Garcia, Tacylla Danyelle Lopes da Silveira
	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UAST/UFRPE USUÁRIOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE PERMANÊNCIA, NO PERÍODO DE 2009 A 2011	Fábia Castro de Albuquerque Maranhão, Claudia Rejane Lino DA Silva , Rafaela Monique Fernandes Leite, Francisca Raquel C.césar de Souza
	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: impactos, desafios e possibilidades postos ao Serviço Social no contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil	Ana Beatriz de Souza Cyrino, Ingrid Câmara Areque, Roberlane Neves Grana

	<p>PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</p> <p>Campus da Capital</p>	<p>Marília Rita Ribeiro Zalaf, Alice Abi Eçab, Carla Magalhães Cucolo, Eliane de Souza Queiroz, Gina Margareth Garcia Pimentel, Lucimara Troiano Dias, Luiza Cristina Canzian, Neusa Maria Franzoi, Priscila Aparecida Marchioli, Rosana A. Campanhã da Silva</p>
	<p>SERVIÇO SOCIAL E ENSINO SUPERIOR:</p> <p>o PET enquanto política educacional para uma formação profissional de qualidade</p>	<p>Mariana Rosa Alves Ladeira, Natália Cristina Freitas, Marta Regina Farinelli</p>
	<p>A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR: perspectivas para análise da atuação dos assistentes sociais na política de Educação.</p>	<p>Kleber Rodrigo Durat, Ivana Aparecida Weissbach Moreira</p>
	<p>PROGRAMA DE PERMANÊNCIA NA UNIPAMPA</p>	<p>Simone Barros de Oliveira, Rafaela Rios, Melissa Welter Vargas, Clara Caroline Barreto de</p>

	Impacto e desafios para a assistência estudantil	Carvalho, Charles Machado Hoepner, Jonatan Ariel de Oliveira Melo
	Os reflexos da crise do capitalismo sobre a Educação	Simone Eliza do Carmo Lessa
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: da tentativa de ruptura com o conservadorismo à crise do capital e neodesenvolvimentismo	Francisca Gomes Lima, Mailiz Garibotti Lusa
	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: análise de uma experiência profissional	Ana Cláudia Ribeiro de Souza Garbelini
	A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	Sílvia Regina Silveira
	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Algumas aproximações	Jaqueline Dayane da Silva Medeiros, Juliana Neves Saikkonen
	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A PREVENÇÃO ENVOLVE A ESCOLA	Claudete Alves Dórea, Marcela Mary José DA Silva

	ELEMENTOS PARA O DIÁLOGO ENTRE DIREITOS HUMANOS E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO	Jefferson Lee de Souza Ruiz
	EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL	Jamille Arcanjo Moreira, Maria Aparecida Tavares dos Santos, Francielly Corcini Hermes
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Compreendendo o espaço e pensando a intervenção do assistente social	Irlândia Araujo de Vasconcelos, Hamida Assunção Pinheiro
	A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	Marla Cristina Barbosa Santos
	EDUCAÇÃO E HOMOFOBIA: Uma reflexão sobre as possibilidades de contribuição do Serviço Social.	Daniel Borsatto da Silva, Clarice Barbosa Vieira, Kaline Ferreira Monteiro , Haynara Jociely Lima de Almeida

	A EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: um resgate histórico	Ingredi Palmieri Oliveira
	A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	Maria de Fátima Nunes Ferreira
CBAS 2016	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: distância entre o conceito e a prática. Um estudo comparativo entre a política nacional de educação inclusiva e sua equivalente no estado de Pernambuco (2007-2014).	GLAUBIA MELLYSSA ALVES, EVA MARIA DE ARAÚJO SANTOS, MARIA MIRELLY LEAL BATISTA
	EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLITICAS PÚBLICAS: um olhar do serviço social	CLAUDIA DE MELO BRITO BAEDESKI, MATILDE DIAS MARTINS PUPO, DANIELLE AYRES SILVA
	A INCLUSÃO DE PCD's NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO COMO GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS	CLECIA GRAZIELY DA SILVA BASTOS, LUIZ EDUARDO GOMES PORTUGAL, MARIA EDIANE LEONARDO DOS SANTOS, JAMILE CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA, HERLAN JOSÉ DA SILVA SMITH, MARIA LÚCIA DIAS GASPAR GARCIA
	A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERESINA	CARMEN CÉLIA ARAÚJO GOMES
	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	PAULO FERNANDO MAFRA DE SOUZA JUNIOR, KARLA NADJA BEZERRA DOS ANJOS,

		Shearley Lima Teixeira
	INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO	ÂNGELA DE FÁTIMA ULRICH JEISS, BRUNA AURELIANO FABRICIO, MARGARETE ALCINO, THILAIRY SIQUEIRA CESAR, ODARIO GONÇALVES JUNIOR
	AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, AS ESCOLAS FILANTRÓPICAS E A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: Uma reflexão teórica do fenômeno a partir do materialismo histórico e dialético	MARCELA BRAGA DE SOUZA
	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, QUESTÃO SOCIAL E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MIRANORTE – TO: os saberes dos profissionais de educação.	JONATHAN CARNEIRO CARVALHO, WESLEYA SILVA DIAS
	EXPERIÊNCIA DE SISTEMATIZAÇÃO DA AÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: Relato de parceria entre profissionais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	SARAI BASÍLIO RIBEIRO, LUCIANA BRAGA PALMA
	EXPERIÊNCIAS COM GRUPOS MULTIDISCIPLINARES-MULTIPROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA	MAYARA CASTRO DE SOUZA, SILVIA CRISTINA YANNOULAS

O COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS EM FORTALEZA.	REGINA CÉLIA FERREIRA DE OLIVEIRA
A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE LIMEIRA/SP NA PERSPECTIVA DO ACESSO, PERMANÊNCIA E DESENVOLVIMENTO PLENO DOS ALUNOS	CAROLINA BARBOSA, MARIA HELVIRA ARANTES ANDRADE HANSEN MARTINS, RAFAELA CASSIMIRO PRATES TOMÉ, TATIANA CRISTINA BERNARDO COELHO, VALDIRENE BORGES
A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR a experiência do Serviço Social em práticas educativas com adolescentes no Complexo de favelas da Maré	KELLY CRISTINE MARQUES DA SILVA, DANIEL SOARES MARTINS, LEONARDO FRAGOSO DA LUZ
O RETORNO PARA A ESCOLA DA COMUNIDADE DOS ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO FECHADO	JÉSSICA SANCHES
NOTAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL	LEILA CHABAN, TEREZINA FÁTIMA PAES DE ARRUDA, GÉSSICA CRISTINA DE DEUS SILVA
PRÁTICAS DE COMUNICAÇÕES DE NÃO VIOLÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	ROCHELE PEDROSO DE MORAES

DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO NAPEM DE ITABORAÍ: expressões da questão social no contexto familiar dos alunos da Rede Municipal de Ensino”.	JANAINA ALVES BARRETO	
FAMÍLIA, ESCOLA E CIDADANIA: relação interconexa e necessária na cena contemporânea	ANTONIA PEREIRA PONTES, PATRICIO AZEVEDO RIBEIRO	
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: apontamentos sobre o debate	DISLAINE SOUSA DE SÁ	
SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético-político	JOSE FILHO ARAUJO SANTOS, MARIA LEIVANETE FERREIRA DE SOUSA, RAIMUNDA CREULANE FERREIRA FERNANDES	
REFLEXÃO SOBRE AS RESPOSNSABILIDADES DO ESTADO PARA COM A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RESPOSNSABILIDADES DA FAMILIA	VANESSA CRISTINA MATOZO, NAYARA HAKIME DUTRA OLIVEIRA	
A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JARAGUÁ DO SUL: um relato de experiência de orientação de pesquisa	GIANA CARLA LAIKOVSKI	

	AS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: a experiência do IFS.	ADRIANA ARAUJO DE LISBOA, VANIA DE JESUS , RAQUEL DE OLIVEIRA MENDES , EMANUELLE MOREIRA SANTOS , GLAUCIA DA ROCHA ACIOLI , ODAILDE FERREIRA CAMPOS DOS SANTOS , FLÁVIA MUNIK GUARRIDO DE OLIVEIRA , INGRID PALMIERI OLIVEIRA , MARIA AUXILIADORA SILVA MOREIRA OLIVEIRA , LUCYANA BARROS SANTOS
	A INTERFACE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM A EDUCAÇÃO ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA AMPLIAÇÃO DE CIDADANIA AOS ESTUDANTES NO IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO	ROSIMARY DE SOUZA LOURENÇO, ÉRICA OLIVEIRA DE CASTRO FARIAS, JÚLIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA ATAÍDE FERREIRA, JOELMA PAZ DA SILVA
	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO IFPI/CAMPUS PIRIPIRI: ano 2014	Mirella Thais Araújo Santos
	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: particularidades da atuação do Serviço Social no Instituto Federal de Alagoas	JAQUELINE DA SILVA LIMA, JULIANA CARLA DA SILVA GOIS, RITA CRISTINA LIMA SOUZA MONTEIRO
	Atuação da Assistente Social no IFRJ diante da implementação do Programa de Assistência Estudantil	MICHELLE RODRIGUES DE MORAES

	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A experiência profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, <i>Campus Cacoal</i>	LORENA SOARES DE OLIVEIRA
	O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS AÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS PARNAÍBA-PI.	KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA DINIZ
	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES: perfil e expectativas dos estudantes de cursos técnicos do IFSC – Campus Jaraguá do Sul	GIANA CARLA LAIKOVSKI (APRESENTADORA), RITA DE CASSIA MARCHI
	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, NA GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	MARIA ELIANE DE LIMA, MARIA JOSE DE SOUZA BARBOSA, DEUSANETE PINTO MACHADO, LEIDIAN COELHO DE FREITAS, MARIA DA PAZ DEMES GONÇALVES
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: reflexões iniciais a partir do Projeto Ético Político do Serviço Social	THAÍS RIBEIRO ESTEVES
	CONDICIONALIDADES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIA OU DE RESIGNAÇÃO	ÉRIKA ALVES MARTINS, EDILAINE LÚCIA DE SOUZA FRIAÇA

	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: O SERVIÇO SOCIAL NO CEFET RJ-CAMPUS MARIA DA GRAÇA	ARLENE VIEIRA TRINDADE
	A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO TRANSPORTE PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO IFRN CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CARINA LILIAN FERNANDES PINHEIRO, CELLY FRANCK DA CRUZ MOURA
	ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: desafios e perspectivas no campo da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	SORAIDE ISABEL FERREIRA, TATIANE ELOIZE FURYAMA MOTA, MARIAM HITOMIUETA
	REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA TRANSFORMADORA: a relação família e escola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	ANDRESSA PASSOS SOUZA SANTOS, JUANILDES CRUZ SANTOS, PÂMELA ROCHA NASCIMENTO
	ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL INSERIDO AO PRONATEC JUNTO AO SISTEMA	NIRLEIDE DANTAS LOPES

SOCIOEDUCATIVO FECHADO DE JOÃO PESSOA/PB	
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB: acesso e permanência, um direito?	KELLY SAMARA DO NASCIMENTO SILVA
O COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO EDUCACIONAL DO IFSULDEMINAS	NATHALIA LOPES CALDEIRA BRANT
OS DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS PARA A UNIVERSALIDADE DE ATENDIMENTO NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	GLEYCE FIGUEIREDO DE LIMA
A PROPOSTA DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	ALTAIR JUSTINO DE CARVALHO MICHELI , FRANCISCO DE ASSIS COSTA E SILVA, LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA, MÔNICA DE OLIVEIRA FERNANDES, OLINTO BRANDÃO SOBRINHO, SANDRA LÚCIA GONÇALVES
O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE ARTES/TEATRO E FILOSOFIA DA	DORACY DIAS AGUIAR DE CARVALHO, ELIZAMARA JOSIENE DA SILVA , ROBERTO

UFT/PALMAS	FRANCISCO DE CARVALHO
A implementação do Serviço Social na política de Assistência Estudantil	ISABEL CRISTINA VELASQUES STOELBEN
AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-CAMPUS MANAUS CENTRO: um estudo com os alunos dos cursos de graduação do primeiro semestre do ano 2015	JÚLIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA ATAÍDE FERREIRA, ÂNGELA EMÍLIA GAMA DA SILVA, ERICA OLIVEIRA DE CASTRO FARIAS, JOELMA PAZ DA SILVA
Política Social Fundamental: a Assistência Estudantil no ICSEZ/UFAM-Parintins	MARIA SANDRELLE GONÇALVES CARDOSO
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: avaliação dos Programas de Assistência Estudantil a partir da análise avaliativa dos assistentes sociais da UFCG e UFPB	SEBASTIÃO RODRIGUES MARQUES, BERNADETE DE LOURDES FIGUEIREDO DE ALMEIDA
O VOO DA ÁGUIA NA INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	Isabel Cristina Velasques Stoelben
O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A particularidade da dimensão educativa	FABRICIA DANTAS DE SOUZA
CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A assistência estudantil na percepção dos alunos/as da UFERSA/RN	ANNE KAROLINE SILVA FELIX, FABRICIA DANTAS DE SOUZA, JANAINA MARIA DA SILVA HOLANDA, DAYSE DARLENE QUEIROZ DE LIMA, LEIDILANE DE OLIVEIRA HONORATO

		ALENCAR, LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO: elementos para o debate	FABIANA MARIA DA COSTA, JOSELYA CLAUDINO DE ARAÚJO VIEIRA
	REFELXÕES SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA	JÉSSICA OLIVEIRA MONTEIRO
	O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFMS: relato de uma experiência participativa	FRANCIELI PIVA BORSATO, SAMANTA FELISBERTO TEIXEIRA, ANA LÚCIA MARTINS DE SOUZA, CAMILA BOLFER MOURA BAPTISTA, CAROL MARIA PEREIRA, MARLENE DARE MARTINS
	ANÁLISE DOS CRITÉRIOS E INDICADORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS, KIMBERLY METZKER ORO, VANESSA ISHIKAWA RASOTO
	SOCIALIZANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE – CAMPUS	BARBARA DINIZ LIMA VIEIRA ARRUDA, YLANA BEATRIZ VIEIRA MELO, JOSÉ RONIERE LUNA LIMA, RAQUEL SIMÕES MONTEIRO ALVES,

CRATEÚS	IZABELA DE ARAUJO CASTRO, ALEXSANDRO SOUZA DOS SANTOS
O PROCESSO DE “ASSISTENCIALIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL: Requisições para o trabalho do assistente social na assistência estudantil	Amanda Silva Belo
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSM <i>CAMPUS</i> PALMEIRA DAS MISSÕES: ANÁLISES A PARTIR DO PERFIL DOS ALUNOS	CASSIA ENGRES MOCELIN
UMA REFLEXÃO ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA FEDERAL: IFCE CAMPUS CRATO	MARIA LUCILEIDE COSTA DUARTE, MARIA ALBANEIDE FORTALEZA
CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: relato de uma experiência com estudantes do ensino fundamental	LORENA FERREIRA PORTES, CLAUDIA NEVES DA SILVA, RELLY AMARAL R. VICENTE, HELOIZY DA SILVA VIOTTO
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR: uma análise a partir da compreensão de gestores de escolas municipais e estaduais de Londrina- Pr.	LORENA FERREIRA PORTES, CLAUDIA NEVES DA SILVA, DANIELE SOARES SANA, PATRÍCIA APARECIDA PEIXOTO FLÁVIA SILVA DE OLIVEIRA

	EXPRESSÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFCE	PATRÍCIA FERNANDES DE FREITAS, MARIA JUCILENE BORGES DE SOUZA
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A atuação do/a Assistente Social no IFCE em pauta	ARIADINE DE OLIVEIRA RABELO DA SILVA, PATRICIA FERNANDES FREITAS, TERESA HELENA GOMES SOARES, MARIA JUCILENE BORGES DE SOUSA
	BULLYING ESCOLAR: uma experiência na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca	DALNES CRISTINE DE FREITAS GONDIM, M ^a DE FÁTIMA LEITE GOMES, M ^a GORETTI RODRIGUES DE S. OLIVEIRA, M ^a APARECIDA PEREIRA, NÁJILA BRANDÃO DA SILVA, YAGGO LEITE AGRA
	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO REDE ESCOLA CIDADÃ	HIRIS RODRIGUES VILHENA, MARIA LÚCIA DIAS GASPAR GARCIA, GEORGE HEVERTON MORAES PONTES
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: uma experiência extensionista	SANDRA CARLA PEREIRA DE LIMA FRANÇA, VALDENICE JOSÉ RAIMUNDO, JULYANNA MARIA GOMES PEREIRA , THYAGO LOPES PENALVA
	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM	ADRIANA FREIRE PEREIRA FERRIZ, ANDRESSA PASSOS SOUZA SANTOS, INGRID

	SALVADOR: análise das condições objetivas de trabalho	BARBOSA SILVA, JUANILDES CRUZ SANTOS, PÂMELA ROCHA NASICMENTO, TAMIRES SANTOS DO ESPÍRITO SANTO, MARIANA DA SILVA FARIAS
	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: histórico, sentidos, potencialidades e limitações	Simone Eliza do Carmo Lessa
	O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA	DOUGLAS ALVES DOS SANTOS
	A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	BRUNA DE OLIVEIRA DA SILVA ANTUNES GOMES, LUANA ATANAZIO DE MORAES
	REFLETINDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS	MARENILSE SATURNINO DA SILVA, SILVIA DABDAB CALACHE DISTLER
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: reflexões sobre a dimensão ético-política na atuação dos profissionais	GRAZIELLE NAYARA FELÍCIO SILVA

	O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL	ALINE NASCIMENTO SANTOS CORREIA, MIRIAN DOS SANTOS RIBEIRO
	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	TELMA SUANNE ROCHA DOS SANTOS, ROSIMAR SOUZA DOS SANTOS BORGES, IVONE DOMINGOS E SILVA, IARANI AUGUSTA GALUCIO LAUXEN, REGINA TEODOSIO DOS SANTOS RODRIGUES PAIXÃO, ALCIVANE CALDEIRA DE SOUSA, LORENA GUIMARÃES FERREIRA HONORATO, VILMA GUIMARÃES ESTEVES, MARCIO BORGES DA SILVA, JULIANA FIALHO CASTRO DE LIMA
	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: compromisso com a emancipação humana e a transformação social	ALEJANDRO VAILLANT VALDES

APÊNDICE D

RELAÇÃO DOS TRABALHOS ANALISADOS POR ENCONTRO/ ENPESS

ENCONTRO	TRABALHO/ARTIGO	AUTORES
ENPESS 2008	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ENFRENTANDO O FRACASSO ESCOLAR	Gizelly Ilha Candido
	A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO CEFETES PARA UMA ESCOLA MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA	Francielle Sesana Zuqui, Erica Giles Bragança, Maria Madalena Bravo DE Oliveira, Cristina Mota Damasceno, Marilucia DOS Santos Mattos
	Serviço Social e drogas: relato de experiência	Ivone Gomes de Santana Moura
	A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA:problematizando esta demanda	Simone Eliza do Carmo Lessa
	A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” MANIFESTADA NA ESCOLA PÚBLICA	Mariele dos Santos

ENPESS 2010	A ESCOLA COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	Vanessa Campos Gomes, Camélia Vaz Penna
	PENSANDO A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE NITERÓI	Rosane Fratane de Oliveira
	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA: contribuição do Serviço Social a uma construção coletiva e essencial	Heide de Jesus Damasceno, Valdeluce Nascimento Santos, Paula Roberta Sá do Nascimento, Nivia Barreto Ferreira Costa, Tatiane Santos Barbosa, Eliana Silva Nascimento
	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA- CAMPUS JI-PARANÁ	ELEN AMARAL SIQUEIRA
	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO NO PROEJA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	Marilucia dos Santos Mattos, Marcelo Queiróz Schimidt
	OS CÍRCULOS RESTAURATIVOS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PORTO ALEGRE	Patricia Teresinha Scherer, Sonia Maria Araujo Figueiredo Almeida, Andréia Mendes Santos, Pâmela Garcia, Roberto Dahn Junior, Patricia Krieger Grossi
	GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma experiência de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e projeto político profissional	MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA

	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DE DIREITO DE CIDADANIA	Isabel Cristina Sampaio Angelim, Ana Ester Sampaio Angelim
	POLÍTICA EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: o direito à permanência no ensino superior	Denise Pereira de Araújo Campos, Tânia Maria Santana dos Santos
	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA NA UERJ	SIMONE GIGLIO PAURA, IVANA ALVES MACHADO, MARIA LUIZA LOMBA SORIANO
	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA VISÃO DAS FAMÍLIAS POBRES DE MANAUS	LISSIANY FRANÇA BARROS, SUELLEN BRANCO SOUZA, IZABELE PEREIRA MARQUES, DAIANA PEREIRA MARQUES, ROBERTA MARTINS JARDINA
	EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: ELO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	Eliana B.C. Martins
	O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: o perfil socioeconômico e cultural do estudante-trabalhador	Priscila Sayuri Goto, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE	Suellem Dantas Mariz

	PRECARIZAÇÃO: impactos da implantação do REUNI na UFPB	
	A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADÃOS	Nailí Conceição de Carvalho
	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA	Daniela Simões Menezes Santos
	ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	FRANCIELE SANTANA DE SOUZA , MARILENE LEITE DE CALASANS
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Sandra Cristina Santos Alves
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: um estudo de caso	Lara Terezinha Rodrigues Rosa, Nilton dos Santos Portugal, Maria Argenice de Sousa Pacheco
ENPES S 2012	A INTERVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO	Ana Karoliny dos Santos Pereira
	EDUCAÇÃO BÁSICA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: notas para pensar o processo de ampliação da requisição profissional e possibilidades de ação	Francine Helfreich Coutinho dos Santos

	UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR: EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL	Leila Chaban, Terezina Fátima Paes de Arruda
	INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: um estudo na cidade de Viçosa-MG	Jaqueline de Freitas Lopes
	EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM ARACAJU/SE: estudo de demandas e respostas sócio-profissionais	Ingredi Palmieri Oliveira
	POTÊNCIAS INVISÍVEIS NO CHÃO DA ESCOLA: do fracasso escolar à vida produtiva	Marina Fernandes Bueno
	OUVIDORIA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: limites e possibilidades da atuação profissional na ouvidoria da Secretaria de Educação do Pará	Sandra Shirlei Valente Santana, Marcos Wilke Silva Lima
	ANÁLISE DO DISCURSO DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Lauren Almeida Cunha
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: avanços e desafios dos assistentes sociais inseridos em instituições escolares.	Ernny Coêlho Rêgo

	SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL: AS AÇÕES PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	Carla Rosane Bressan
	A PRÁTICA POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: limites e possibilidades neste espaço sócio-ocupacional contemporâneo	Maria Asenate Conceição Franco, Jacibarbara de Santana Oliveira, Luzinete da Conceição dos Santos, Erica de Jesus Aranha Vieira
	EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O trabalho do assistente social no IFTO	Ágela Maria Pereira da Silva, Elvira Aparecida Simões de Araújo
	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS	Ana Flavia Melillo Ramos, Estelamaris da Cunha Borges, Ana Kelly Arantes, Kely Meiry Damasceno
	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	Rita de Cássia Cristino Marcos Rissi
	A EXPANSÃO DOS IFRN'S: limites e possibilidades do Serviço Social na educação	Mariana Libânio de Melo
	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO	Ana Flavia Melillo Ramos, Estelamaris da Cunha Borges, Ana Kelly Arantes, Kely Meiry Damasceno

	<p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p> <p>Perfil socioeconômico dos alunos usuários</p>	
	<p>SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO IFBA – 2008 A 2012</p>	<p>Heide de Jesus Damasceno</p>
	<p>EDUCAÇÃO PARA A PAZ EM FRONTEIRA: UMA EXPERIÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO ENTRE BRASIL E ARGENTINA</p>	<p>Simone Barros de Oliveira, Jonatan Ariel de Oliveira Melo, Cássio Eduardo Tøndolo, Charles Machado Hoepner</p>
	<p>OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO ESPAÇO ESCOLAR E O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</p>	<p>Jurema Alves Pereira</p>
	<p>PET SERVIÇO SOCIAL CONEXÕES DE SABERES: compromisso com a efetivação de direitos e emancipação política</p>	<p>Mariana Rosa Alves Ladeira, Nathália Moreira Albino</p>
	<p>SERVIÇO SOCIAL E INTER-RELAÇÃO EDUCACIONAL: o que temos a dizer?</p>	<p>Cristina Lúcia Gomes Carvalho</p>
	<p>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: FUNDAMENTAÇÕES E TRAJETÓRIAS</p>	<p>Aline Souza Araújo</p>
	<p>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRRJ: Um espaço de atuação do assistente social</p>	<p>Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves Pinto, Amanda Silva Belo, Malú Ribeiro Vale</p>

	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: O PROGRAMA DE BOLSAS IMPLEMENTADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Simone Cazarin de Menezes
	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR	Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves Pinto
	DIMENSÃO INVESTIGATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: apreensões a partir da experiência de supervisão de estágio na política de educação	Flavia Augusta Santos de Melo
	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	Miriam Moreira DA Silveira
	PROJETO - VOCÊ NA UNIVERSIDADE: compromisso ético com a educação	Natália Cristina Freitas, Terezinha de Paiva Silva
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Betina Alves Graeff, Francisco Arseli Kern, Larissa Ramalho Pereira
	DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	Cristiane Queiroz Leite Carvalho

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: perspectivas para atuação do Serviço Social	Priscila Sayuri Goto
A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: discutindo esse espaço sócio-ocupacional	José Albuquerque Constantino
ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	Rosa Cristina Fernandez Prado Ferian
EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E SERVIÇO SOCIAL: notas para debate	Simone Eliza do Carmo Lessa
GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: realidade e desafios para o serviço social na contemporaneidade	Francisca Rejane Bezerra Andrade
HÁ LUGAR PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO?	Edval Bernardino Campos, Carlos Alberto Batista Maciel
O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: uma inserção possível e necessária	Aparecida Maria Gonçalves, Deborah Naiara Leal Aguiar
O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ARTICULAÇÃO	Fábio dos Santos

	COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA	
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: LIMITES E DESAFIOS PARA O ROMPIMENTO COM A LÓGICA DO CAPITAL	Regiane de Carvalho dos Santos Silva, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, Valquiria Alves Mariano, Luana Braga
ENPESS 2014	EDUCAÇÃO BÁSICA: a tensão entre a imagem do assistente social e o projeto	
	ESCOLA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE CRIANÇAS NEGRAS: POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	
	GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO: reflexões conceituais e possíveis interfaces com o Serviço Social	
	INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: Reflexões críticas da educação enquanto direito social	
	O CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A atuação do Assistente Social na	

	perspectiva da teoria crítica.	
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS	
	O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PERSPECTIVA DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA EM FRANCA/SP	
	PROGRAMAS DE BOLSAS AUXÍLIO-PERMANÊNCIA EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO: problematizando e construindo a assistência estudantil em um Colégio de Aplicação	
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: notas introdutórias ao debate da atuação profissional em rede federal	
	SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: reflexões sobre essa necessidade na escola estadual Buriti em Boa Vista-RR	
	SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: incidência e conceitos	

	norteadores da ação profissional	
	UMA REFLEXÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MACEIÓ	
	A EVASÃO ESCOLAR E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFSP: uma experiência em construção	
	ACOMPANHAMENTO DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO IFPI: dados preliminares no nível médio do Campus Parnaíba	
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O DUALISMO EDUCACIONAL	
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: INTERFACE COM O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
	O PROCESSO DE EXPANSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM GOIÁS	
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	

	RESSIGNIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPI E DESAFIOS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO	
	SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: atuação profissional na rede federal de educação	
	UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DO IFS (2008-2012)	
	EDUCAÇÃO PRISIONAL, UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS: o direito de estudar das pessoas privadas de liberdade no Campus Avançado do Serrotão – Campina Grande – PB. EXPERIÊNCIAS DE DIMENSÃO INSTITUINTE NA RELAÇÃO EDUCAÇÃO-FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES DE UM PROJETO	
	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CEFET/RJ	
	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: educação profissionalizante e tecnológica e desafios para o Serviço Social	

	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: desafios ao projeto ético político profissional	
	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO - UMA APROXIMAÇÃO ATRAVÉS DO "ESTADO DA ARTE"	
ENPESS 2016	O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: uma análise do exercício profissional nas APAE's do Vale do Ivaí/PR	Peterson Alexandre Marino, Jéssica Anali Da Silva
	DIVERSIDADE HUMANA E O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À QUESTÃO DO FRACASSO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA	Gisela Alves Paulo Faria
	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: uma análise das demandas e respostas profissionais	Ingredi Palmieri Oliveira
	OS IDOSOS E A IMPORTÂNCIA DAS OFICINAS INTERGERACIONAIS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: o assistente social escolar	Maria Luisa Da Costa Fogari, Maria Carolina Fogari, Márcia Maria Da Costa, Fábio Do Espirito Santo Martins
	O DIREITO A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: a necessária inserção do assistente social na política de educação básica pública estadual e	Scharleni Strey ,Carla Rosane Bressan

	nos municípios da Grande Florianópolis	
	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO: uma interlocução necessária.	Raimunda Creuliane Ferreira Fernandes Jose Filho Araujo Santos
	AREALIDADE EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA E A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR	Thais Sousa Silva Larissa Ivete Lopes De Carvalho Camilla Maria De Lima Ferreira
	AS CONDIÇÕES DETRABALHO DOS ASSISTENTESSOCIAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM SALVADOR	Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Mariana Da Silva Farias Yane Gonçalves De Souza Costa
	A INTERFACE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM A EDUCAÇÃO ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA AMPLIAÇÃO DE CIDADANIA AOS ESTUDANTES NO IFAM CAMPUS MANAUS CENTRO	Rosimary De Souza Lourenço Érica Oliveira De Castro Farias Júlia Angélica De Oliveira Ataíde Ferreira Joelma Paz Da Silva
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: O SERVIÇOSOCIAL NO CEFETRJ- CAMPUS MARIA DA GRAÇA	Arlene Vieira Trindade
	DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DAPOLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Edna Maria Coimbra De Abreu

	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?	Milena Carlos De Lacerda
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: reflexões sobre seu lugar enquanto política social e considerações a partir do Projeto Ético-Político do Serviço Social	Thaís Ribeiro Esteves
	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: dimensão assistencial da Política de Educação e espaço sócio-ocupacional do assistente social na Educação Superior	Fabricia Dantas De Souza
	O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a ética como ligação entre o saber e o saber-fazer no terreno das possibilidades profissionais	Hellen Bastos Gomes Márcia Irene Pereira Andrade Ivamar Moreira Da Silva Thalita Renata Oliveira Das Neves
	“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO: DESVELANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA AVALIATIVA.”	Michelli Aparecida Daros Aline Paes De Araujo
	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Desafios e possibilidades de intervenção profissional	Elizabeth Cabral Gomes Da Silva Ana Cláudia Galvão Matos
	AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA	Eliana Bolorino Canteiro Martins

	EDUCAÇÃO	
	ESTADO E EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: possibilidades que se tem na política educacional brasileira	Ana Cristina Almeida De Oliveira Márcia Da Silva Pereira Castro
	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma reflexão sobre a dimensão pedagógica do exercício profissional na política de educação	Luana Atanzio De Moraes
	O SERVIÇO SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: limites e possibilidades	Bruna De Oliveira Da Silva Antunes Gomes Luana Atanázio De Moraes



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad